

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH -
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS**

**HISTÓRIA AGRÁRIA DO MÉDIO ALTO URUGUAI – RS:
COLONIZAÇÃO, (RE)APOSESSAMENTO DAS TERRAS E EXCLUSÃO
(1900 – 1970)**

WILSON OLKOSKI

Prof. Orientador: Dr. Marcos Justo Tramontini

São Leopoldo, junho de 2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH -
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS**

**HISTÓRIA AGRÁRIA DO MÉDIO ALTO URUGUAI – RS:
COLONIZAÇÃO, (RE)APOSESSAMENTO DAS TERRAS E EXCLUSÃO
(1900 – 1970)**

WILSON OLKOSKI

Prof. Orientador: Dr. Marcos Justo Tramontini

**Dissertação apresentada como requisito parcial para
a obtenção do grau de Mestre em História, na área de
Estudos Históricos Latino-americanos.**

São Leopoldo, junho de 2002

***Aqueles que esquecem
o passado
estão condenados
a repeti-lo.***

(George Santayana)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI e Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS que, em parceria, nos possibilitaram participar do Curso de Mestrado.

Ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em História - PPGH, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, especialmente aos professores que atuaram nas disciplinas do currículo - em nós há algo a mais graças a vocês.

Ao Prof. Dr. Marcos Justo Tramontini que, desde a seleção para o ingresso no curso até o término deste trabalho, tem nos orientado de forma segura, com sabedoria e espírito crítico e, acima de tudo, com conhecimento sobre a História Agrária.

Aos Colegas do Curso, pelas discussões e amizade.

À Prof^a Eliane G. Buzatto, pelo acompanhamento, digitação e revisão lingüística, a qual serei sempre grato.

Enfim, a todas as pessoas que nos compreenderam, ou não, neste período de muita luta e trabalho.

RESUMO

Este trabalho aborda a História Agrária do Médio Alto Uruguai, priorizando o processo de colonização e o (re)apossamento das terras, através do poder público e de relações socioeconômicas da região. Enfocamos espacialmente o Médio Alto Uruguai por ser a última região a ser colonizada no Estado e por apresentar, desde a colonização, no início do século até 1970, características peculiares que foram definindo a região. Nossa intenção precípua será estudar o processo de colonização da região e ver quais as forças que contribuíram para tal, além de verificar se a legislação agrária contribuiu ou não para o fenômeno migratório, ocasionando o desapossamento e/ou desapropriação de caboclos e índios, provocando a exclusão/expulsão dos mesmos. O presente estudo foi elaborado através da análise e interpretação da produção teórica disponível sobre a questão agrária, bem como de uma farta documentação e depoimentos existentes na Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen e no Centro de Documentação e Pesquisas Históricas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Frederico Westphalen – RS.

ABSTRACT

This work approaches the History Agrarian of the High Medium Uruguay, prioritizing the process of settling and the re-apossamento of lands, through the public power and of socioeconômicas relations of the region. We focus the High Medium Uruguay for being the last region to be colonized in the State and for presenting, since the settling space, in the beginning of the century up to 1970, characteristic peculiar that had been defining the region. Our main intention will be to study the process of settling of the e region to see which the forces that had contributed for such, besides verifying if the agrarian legislation contributed or the migratory phenomenon does not stop, causing to the desapossamento and/or dispossession of caboclos and indians, provoking the exclusão/expulsão of the same ones. The present study it was elaborated through the analysis and interpretation of the available theoretical production on the agrarian question, as well as of a satiated documentation and existing depositions in the Land Inspectorship of Frederico Westphalen and in the Center of Documentation and Historical Research of the Regional University Integrated of High Uruguay and the Missions – URI – Campus of Frederico Westphalen – RS.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	10
LISTA DE TABELAS	9
I – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO MÉDIO ALTO URUGUAI - RS	14
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.2 A HISTÓRIA AGRÁRIA COMO HISTÓRIA REGIONAL	15
1.2.1 <i>Explicitando a Discussão sobre a História Regional</i>	17
1.3 A DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA AGRÁRIA.....	21
1.3.1 <i>O objeto da história agrária</i>	22
1.3.2 <i>A história agrária no Brasil</i>	23
1.4 A POSSIBILIDADE DA HISTÓRIA AGRÁRIA NO MÉDIO-ALTO-URUGUAI-RS	25
II - OS IMIGRANTES ALEMÃES E ITALIANOS E A QUESTÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	28
2.1 O FENÔMENO DAS MIGRAÇÕES: EM BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO	28
2.2 O IMIGRANTE ALEMÃO E A QUESTÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL	31
2.2.1 <i>A Alemanha no século XIX e o emigrante: fatores de expulsão</i>	31
2.2.2 <i>O imigrante alemão: fatores de atração</i>	34
2.2.3 <i>Os alemães e a pequena propriedade no RGS</i>	39
2.2.3.1 <i>O Rio Grande antes dos alemães</i>	39

2.2.3.2 Os alemães na fase inicial do novo sistema agrário no RGS	41
2.2.4 <i>A segunda fase do processo imigratório e a província</i>	44
2.2.4.1 O estatuto legal imperial e provincial.....	44
2.3.4.2 A colonização alemã na província entre 1848-1874.....	46
2.3 O IMIGRANTE ITALIANO E A QUESTÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	48
2.3.1 <i>A Itália e a emigração - fator de repulsão</i>	48
2.3.2 <i>O Brasil e a imigração</i>	51
2.3.3 <i>A imigração italiana e o Rio Grande do Sul</i>	53
2.3.3.1 O contexto da província e a imigração.....	53
2.3.3.2 O imigrante italiano e a pequena propriedade no RS	54
III ASPECTOS DA HISTÓRIA POLÍTICO-ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DO RIO GRANDE DO SUL - 1889-1970.....	58
3.1 O RIO GRANDE DO SUL NA REPÚBLICA VELHA.....	58
3.2 O RIO GRANDE DO SUL DOS ANOS 30 A 70	63
IV - A QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉDIO ALTO URUGUAI - DO APOSSAMENTO AOS ANOS 70	68
4.1 O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS	68
4.2 OS KAINGANG.....	81
4.2.1 <i>Os kaingang: "colonizar" e "civilizar"</i>	81
4.3 A PRESENÇA CABOCLA NO MÉDIO ALTO URUGUAI	96
4.4 O PROCESSO DA ENXAMAGEM E O RE(APOSSAMENTO) DAS TERRAS: INCLUSÃO X EXCLUSÃO	107
CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
FONTES PRIMÁRIAS	130
ANEXOS	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Entrada de imigrantes alemães no RGS	42
Tabela 2: Estatística geral da imigração no Rio Grande do Sul (1848 -1874)	46
Tabela 3 - Síntese esquemática da evolução da economia do RGS em relação ao Brasil	66
Tabela 4: Extensão do município de Palmeira das Missões	72
Tabela 5: Arrecadação da Dívida em Serviços – Secção Fortaleza – 1921 - 1928	73
Tabela 6: Dados do município de Palmeira das Missões e Irai, em junho de 1941	77
Tabela 7: População presente nos municípios e distritos, segundo o sexo e a situação do domicílio.....	114
Tabela 8: Setor de atividade das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo as microrregiões e os municípios.....	114
Tabela 9: Toldo de Nonoai – Recenseamento de 1941	91
Tabela 10: Toldo da Guarita – Recenseamento de 1941	91
Tabela 11: Dados da Secção Fortaleza, em junho de 1939	101

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata sobre a História Agrária do Médio Alto Uruguai – RS, enfocando o processo de colonização e o (re)apossamento das terras, culminando com a exclusão/expulsão de caboclos e índios.

Na verdade, trata-se de um trabalho que, na região, estava por se fazer. Isto porque a tradição iluminista/positivista, presente na Europa no século XVIII e XIX, encontrou um terreno fértil no contexto brasileiro do século XX, ou seja, o poder das oligarquias rurais, do populismo e do militarismo dificultando qualquer outra recepção historiográfica que não fosse aquela que representasse os interesses do poder dominante; como consequência, ou os historiadores seguiam tais recepções ou eram silenciados.

Com a abertura democrática, novas possibilidades vão aparecer, no que tange à análise da realidade histórica brasileira. Neste sentido, alguns historiadores que, no período da ditadura militar foram exilados, como Maria Yedda Linhares, e outros, ao retornarem, trouxeram na bagagem a influência dos *Annales*. A partir daí, é inaugurado no Brasil o estudo da História Agrária como História Regional.

Aos poucos vão surgindo, em várias regiões brasileiras, estudos baseados nessa nova recepção. Porém, no que se refere à História Agrária do Médio Alto Uruguai, pouco ou nada se tem produzido, prevalecendo ainda pesquisas e/ou publicações fragmentadas e sob a ótica do poder dominante ou, ainda, como história local – da família, do grupo – como sendo os heróis desbravadores e que, graças a eles, a região se desenvolveu.

Por isso, nossa intenção maior é procurar analisar o processo de colonização da região, procurando identificar fatores que contribuíram para tal projeto e que, por forças estruturais/superestruturais e circunstanciais, causaram o (re)apossamento das terras e, como conseqüência, a expulsão/exclusão de caboclos e índios da região.

Quanto ao recorte espacial, optamos por abordar a região do Médio Alto Uruguai, composta, atualmente, por 30 (trinta) pequenos municípios e que se assemelham, desde o processo de colonização, por apresentarem características parecidas até os dias atuais. Afinal, foi a última região do Estado a ser colonizada. Ademais, na perspectiva que anteriormente apontamos, este trabalho intenciona avançar espacialmente, rumo ao norte do Rio Grande do Sul, preenchendo uma lacuna no sentido de dar seguimento ao trabalho iniciado por Aldomar Rücher, *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931)* e Paulo Zarth, quando abordou a *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*.

Quanto ao aspecto da temporalidade, optamos por percorrer uma trajetória em que o fenômeno de nossa temática foi constante, ou seja, a partir do apossamento das terras da região por índios e caboclos, posteriormente pelo (re)apossamento por parte do Estado e migrantes, até culminar, paulatinamente, na expropriação das terras indígenas e de caboclos.

Estruturalmente, organizamos o trabalho em quatro capítulos, ou seja, partimos da análise teórico-metodológica da questão, passamos pela questão da imigração e da pequena propriedade, contextualizando com itens da história político-econômica e administrativa do Rio Grande do Sul para, por fim, analisarmos a questão agrária no Médio Alto Uruguai. Estava presente em nossa mente, quando da pretensão de analisarmos a história agrária da região, uma certa fundamentação teórico-metodológica, bem como uma contextualização da questão.

No primeiro capítulo, sobre os aspectos teórico-metodológicos para o estudo da História Agrária do Médio Alto Uruguai, pretendemos, acima de tudo, discutir a História Agrária como proposta de análise do mundo rural, sobre o qual versa nosso

trabalho. Hipoteticamente, pensamos que esta nova história, com sua concepção própria sobre a questão espacial e temporal, bem como a ampliação da noção de fontes, teria muito a nos sugerir, visto a insuficiência de pesquisas sobre o mundo rural do Médio Alto Uruguai, no sentido de problematizar a experiência dos vários grupos que, a partir da colonização, contribuíram para que o processo se desenvolvesse.

No segundo capítulo, vamos abordar a questão da imigração, priorizando tal fenômeno no Rio Grande do Sul em relação à pequena propriedade. A princípio, este capítulo parece deslocado temporalmente, visto que a análise se reporta ao século XIX. No entanto, entendemos que, para estudarmos nosso objeto de pesquisa, precisamos enfocar também a imigração e a pequena propriedade, por existir um elo que liga esta questão com a pequena propriedade no Médio Alto Uruguai.

No terceiro capítulo, vamos estudar aspectos da questão político-econômica e administrativa do Rio Grande do Sul, desde a República Velha até 1970. Nossa intenção aqui é procurar identificar, através do estudo destes aspectos, possíveis conseqüências para a colonização do Médio Alto Uruguai. Afinal, na República Velha, tivemos, no Rio Grande do Sul, o predomínio do Partido Republicano Rio-grandense, fundamentado na teoria positivista, que priorizava, na política de colonização, o lema da “Ordem e Progresso”. Além do mais, havia uma estreita relação entre o poder político e o econômico.

Cabia, no Rio Grande do Sul, ao Poder Executivo legislar sobre as terras do Estado. Contudo, nas legislações vamos encontrar “brechas” que favoreciam conflitos e expropriação, causando prejuízos aos caboclos e índios. Por outro lado, a fúria do progresso vai contribuir, cada vez mais, para a expulsão/exclusão de caboclos e índios.

O último capítulo enfoca diretamente a questão agrária no Médio Alto Uruguai. Como última região do Estado a ser colonizada, seu processo começa com a abertura das primeiras picadas. A demarcação das terras, inicialmente, estava a cargo da Inspeção de Terras do Norte, localizada em Palmeira das Missões – RS.

Posteriormente, em 1939, é criada a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. A grande extensão da região a ser colonizada fez com que o processo de demarcação das terras fosse muito lento, sendo acelerado somente a partir de 1939. Por causa disso, a região vai ser povoada por posseiros e intrusos e, como consequência, muitos conflitos vão surgir.

Analisamos, também, a questão indígena na região, principalmente dos kaingangs, pois o processo de colonização trouxe consequências arrasadoras para os índios, acontecendo uma verdadeira “grilagem” de suas terras. Além disso, discorreremos sobre os caboclos, procurando identificar o seu papel na questão da colonização da região, percebendo que, por força da legislação agrária e do desenvolvimento do capitalismo e suas relações sociais, aos poucos os caboclos foram expulsos e/ou excluídos do Médio Alto Uruguai.

Por fim, estudamos o processo de enxamagem para a região do Médio Alto Uruguai. Tal fenômeno procura explicar por que tivemos um tipo de colonização e não outro, ou seja, as causas que fizeram com que muitas pessoas deixassem as “terras velhas” e rumassem para o Médio Alto Uruguai, bem como foram, aos poucos, se apossando das terras que outrora eram ocupadas por caboclos e índios.

Na intenção de procurarmos o significado da colonização do Médio Alto Uruguai e das forças que contribuíram para esse processo, procedemos à análise e à interpretação de autores que estudaram aspectos de nossa temática, além de uma pesquisa da imensa documentação expressa em correspondências, relatórios, fotos e mapas existentes na Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. Também ampliamos nossa análise através de depoimentos de migrantes e/ou descendentes de caboclos e índios, que se encontram no Centro de Documentação e Pesquisas Históricas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen – RS.

I – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO MÉDIO ALTO URUGUAI - RS

1.1 Considerações iniciais

O presente capítulo aborda questões referentes à história agrária, enfocando alguns aspectos teórico-metodológicos para o estudo da história agrária do Médio Alto Uruguai - RS.

A região, situada ao norte do Rio Grande do Sul, é composta por pequenos municípios, onde predomina a pequena propriedade agrícola. Trata-se da última região colonizada no Estado.

A vinda de lagunistas para o Rio Grande do Sul se dá a partir do século XVIII. Também tivemos experiências de ocupação e/ou colonização por parte de açorianos e militares. Porém, é no século XIX, com o processo de imigração, que realmente a colonização da província se expandiu. Os imigrantes, chegados aqui, receberam lotes de terras e começaram a cultivar produtos de subsistência. A alimentação contribuiu para a nutrição da família e, conseqüentemente, de filhos saudáveis. Soma-se a este fato a necessidade de mão-de-obra para a pequena propriedade e, assim, formaram-se grandes famílias.

Rapidamente as primeiras colônias (São Leopoldo, Garibaldi, Caxias, Bento Gonçalves, etc.), não comportavam mais os filhos de imigrantes. Assim, acontece o

fenômeno que Jean Roche chamou de “Enxameamento”¹, ou seja, a colonização do norte do Rio Grande do Sul.

Quando os descendentes de imigrantes chegaram no Médio Alto Uruguai, encontraram os “intrusos”, ou seja, índios e caboclos. Porém, a historiografia sobre a região não reconhece tal fato, isto é, sob orientação iluminista ou positivista, a história escrita sobre a região equivocou-se por não possuir uma reflexão teórico-metodológica. São publicações quase sempre encomendadas para comemorar datas festivas, nas quais se realça o papel da elite política, nos “Grandes feitos do município”. Por outro lado, a mesma história peca demasiadamente, quando trata o migrante de forma ufanista. Escritos comprometidos tentam ver na região apenas o colonizador, fruto do *enxameamento*.

Por isso, nosso objetivo é propor uma abordagem para analisar a história do Médio Alto Uruguai - RS, partindo do processo de ocupação das terras e procurando identificar forças que contribuíram para o desenvolvimento agrário da região.

1.2 A história agrária como história regional

(...) imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Dessa forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro, significa resgatar as invenções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras².

Ao iniciarmos a discussão sobre a história, é mister partir do pressuposto de que há um perigo no próprio processo definitório do termo história. Isto porque os próprios conceitos são históricos e o historiador pertence a uma realidade e, por

¹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Trad. Emery Ruas. Vol. 1. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 319-324.

² VIEIRA, Maria do Pilar de A. et all. *A pesquisa em História* 2 ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 11

isso, está situado em seu tempo e espaço. Neste contexto, o historiador, vivendo em condições objetivas, convive com superestruturas variadas e, sendo assim, não consegue ser neutro, assumindo posturas teóricas e ideológicas conforme suas condições objetivas, pois historiadores são seres sociais, “ligados ao processo histórico: podem ser influenciados pelo objeto da própria análise”³.

A Historiografia, como estudo crítico da história, tem-nos mostrado afirmações de matrizes históricas bem como suas crises e superações. A história científica do século XIX, fruto da razão instrumental do século XVIII e XIX, preocupou-se em legitimar a dominação social, através do método positivo e baseada no paradigma do “progresso”. É a história da elite política, documentada em escritos políticos, que falam por si sós e, portanto, acrítica e dogmática. Por outro lado, surge a história fruto da teoria marxista, que tenta explicar as rupturas, compreender o sentido das mudanças, para mostrar as contradições sociais ou as relações de poder e de dominação. Privilegia o aspecto quantitativo e qualitativo e se apresenta como oposição à neutralidade da história.

Com a crise da modernidade, esses dois modelos (marxismo e positivismo) também entram em crise. Do otimismo da totalidade, dos grandes sistemas do progresso, veio a dúvida, a particularidade, a descrença no progresso. Conforme Astor Diehl, em a “Cultura historiográfica nos anos 80”, a *Escola dos annales* foi a responsável pela crítica das concepções históricas anteriores, bem como privilegiou a História da cultura, das mentalidades, das representações, dos mitos, do cotidiano sem se preocupar com a busca de relações determinantes.

No Brasil, a recepção histórica esteve sempre ligada a essas matrizes historiográficas e “expressam-se também neste sentido, as implicações de continuidade, poder e identidade no mesmo nível”⁴. Já na década de 70, surge a crítica da história tradicional, a “desideologização” da historiografia com as propostas de uma nova história, em que se tenta focalizar a realidade de maneira diferenciada. Assim, essa nova história denominou-se História Regional, porém com conotações

³ ARRUDA, José Jobson de A. & PILETTI, Nelson. **Toda a História** 6 ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 9

⁴ DIEHL, Astor A. **A cultura historiográfica nos anos 80**. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993, p. 27..

diferenciadas. Para uns, ela é acrítica e, para outros, não, conforme veremos a seguir.

1.2.1 Explicitando a Discussão sobre a História Regional

A história regional tem despertado a atenção de historiadores que, com avaliações divergentes, embatem -se em tal problemática. Assim, para uns...

A História Regional é a memória coletiva de um grupo, que tem consciência de ser diferente por seus elementos culturais, moldados durante sua formação. A história do Rio Grande do Sul sempre atraiu os intelectuais Rio-grandenses que se orgulham de pertencem a um território conquistado durante quase 200 anos de luta⁵.

Neste sentido, a história regional personifica a região, eliminando a visão crítica da realidade. Geralmente o historiador desloca sua intencionalidade para resgatar a consciência coletiva de um grupo, ao qual o próprio historiador pertence. Estudos nessa linha mostram tal destaque, em que se focalizam indivíduos, grupos, heróis, etc.

Pierre Goubert, referindo-se ao menosprezo da história local, no século XIX e meados do século XX, explica o porquê de tal atitude. Segundo ele, a história local está relacionada com aldeias, pequenas ou médias cidades e províncias; existe algo em comum, como leis, hábitos agrícolas, econômicos e sociais; as mesmas relações sociais, as mesmas práticas administrativas e judiciais, bem como a mesma religião. Este seria o espaço de grande maioria das pessoas que ali viviam e a elite historiadora fazia a “história da região”, como sendo a “terra da família”. Tal história seria a das pessoas influentes, feita por pessoas da mesma categoria, daí o menosprezo por esta história:

⁵ FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993. Prefácio.

A fragilidade de muitos destes trabalhos pseudo-históricos explica até certo ponto o desdém com que os historiadores profissionais do início do século XX consideravam a história local: uma mistura de genealogias aleatórias, glórias usurpadas, afirmações infundadas⁶.

Nessa acepção, Goubert não é partidário deste tipo de história. Por outro lado, admite a importância de uma história regional com uma abordagem diferenciada.

Se perguntarmos pelo sentido da ciência e, em especial, da história, devemos levar em conta que o conhecimento científico deve possibilitar a transformação da realidade, ou seja, a práxis histórica, pois a ciência histórica deve ter seu interesse e o resultado desse processo seria a elaboração de um conhecimento crítico objetivo-subjetivo, engajado como um processo de transformação da sociedade, essencial para recuperar o sentido dinâmico de entendimento da história regional.

Por outro lado, a história regional, conforme a concepção atual, é recente. Data do início do século XX e surgiu do encontro interdisciplinar entre a história e a geografia⁷. Este casamento foi proposto pelo grupo dos *Annales* que, preocupados com a renovação do pensamento, para explicar a diversidade regional francesa, procuraram novas abordagens e recortes no espaço. Assim, o regional passa a ser o cerne que explicaria o nacional e, em muitos casos, reformularia conceitos enraizados nas explicações nacionais. É o que afirma Maria Yedda Linhares:

Importa ressaltar que a historiografia europeia, de maneira geral, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1960, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma concepção de história que foge da explicação nacional, política e institucional para esmiuçar, através da utilização de fontes mais variadas, homogêneas e seriadas, as realidades locais e regionais, homens e mulheres, jovens e velhos, camponeses e

⁶ GOUBERT, Pierre. História Local. In **História & Perspectivas**. Uberlândia, nº 6, p. 45-57, Jan/Jun. 1992. p. 47.

⁷ A História contribuiu com o conceito de Tempo e a Geografia com o de Espaço. Estes conceitos serão explicitados posteriormente.

artesãos, ricos e humildes anônimos. Tratava-se de chegar ao âmago dessa sociedade, de modo a discernir suas crises, sua demografia, suas maneiras específicas de viver, trabalhar, produzir e reproduzir-se. O grupo francês que assim pensou e criou grandes obras teve na *Revista Annales*, fundada por Bloch e Febvre, seu principal porta-voz e meio de irradiação⁸.

Embora alguns autores apontem fases distintas no pensamento do grupo dos *Annales*, é possível encontrar convergências em suas concepções de história. Entre elas destacam-se:

a) a história é apresentada como uma ciência hipotética, problematizadora e, por isso, sempre em construção;

b) o debate com outras ciências sociais e a interdisciplinaridade fez com que a história incorporasse, de outras ciências, novas problemáticas, conceitos, métodos e técnicas;

c) a história pretende ser a ciência dos homens, procura explicar a totalidade social sem esquecer as partes que formam o todo;

d) há um deslocamento temporal onde, de fatos isolados e irrepetíveis, passa-se para acontecimentos coletivos e repetíveis;

e) ampliação das fontes, incluindo técnicas orais, arqueológicas, iconográficas, sem abandonar as escritas;

f) passagem do tempo linear e único, com a aceitação de Braudel com seus níveis temporais: a curta duração dos acontecimentos, a média duração das conjunturas e a longa duração das estruturas;

g) a nova concepção de espaço, onde se procura o regional no seio do nacional ou geral;

⁸ LINHARES, M. Yedda. História Agrária. In CARDOSO & VAINFAS. **Domínios da História** 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 167.

h) o historiador não vê a história como um cemitério⁹, mas procura, dentro de sua temporalidade e espacialidade, problematizar o passado a partir do presente, para que se possa compreender melhor este e aquele, ao mesmo tempo¹⁰.

Quanto à questão do tempo histórico dos *Annales*, cabe uma explicação, pois aí reside uma contribuição inovadora em relação à história tradicional, ou seja, uma nova visão sobre o tempo histórico. Este foi possível graças ao debate com outras ciências sociais e, mesmo existindo algumas diferenças de concepção, houve, mais ou menos, a aceitação de Braudel, com seus três níveis temporais. Assim, a temporalidade da história tradicional, única, singular, irrepitível, linear, progressista e teleológica é substituída por formas múltiplas de tempo.

José Carlos Reis, tratando sobre a inovação histórica dos *Annales*, destaca que a mudança na concepção de tempo foi a grande inovação para a história. A novidade estaria, acima de tudo, na “longa duração”, onde o tempo histórico é representado como “dialética da duração”. Neste sentido, a longa duração, entendida como repetição, permanência, não exclui a curta duração dos acontecimentos e a média duração das conjunturas¹¹.

Na proposta dos *Annales*, está presente a contribuição da Geografia, na concepção de espaço. Porém, este não é entendido em seu sentido absoluto, ou seja, como espaço em si – como queria a Geografia tradicional – mas como “Espaço Relacional”, entendido como “determinados objetos geográfico-naturais e sociais – e a sociedade em movimento”¹². O espaço é compreendido como conteúdo (sociedade) e como forma (objetos geográficos). Milton Santos, em outra obra, porém com o mesmo sentido, trata o espaço como um sistema de objetos e sistemas de ações numa indissociabilidade¹³. O Espaço, portanto, não é apenas

⁹ A História não é entendida aqui como um conjunto de enunciados estáticos ou eternamente verdadeiros.

¹⁰ Cfe. DIEHL, Astor A. **A Cultura Historiográfica nos anos oitenta**. Porto Alegre: Evangraf, 1993, p. 64-67 e CARDOSO, Ciro, F. In **Domínios da História**. 3 ed. Rio de Janeiro Campus, 1997. p. 7-8.

¹¹ Cfe. REIS, J. Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 15-20.

¹² Cfe. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 26.

¹³ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 82-83.

uma configuração de uma extensão, mas conteúdo e forma, onde as formas contêm frações de conteúdos.

Neste sentido, o espaço aparece na sua unidade e multiplicidade, tal qual a concepção de tempo dos *Annales*, isto é, há uma dialética do espaço que permite o recorte espacial frente a um todo e, por isso, a viabilidade de transformação do espaço.

Das concepções históricas estruturais, baseadas no progresso (iluminismo, positivismo, marxismo) avançam os representantes da corrente dos *Annales* com uma nova concepção de história. Assim se refere Geoffrey Barraclough quando compara o marxismo e os *Annales*.

O que é preciso sobretudo lembrar a propósito desta nova concepção da história, e que mais contribuiu para que fosse amplamente aceita, é que não procurava impor um novo dogma, nem uma nova filosofia da história, mas sim convidava os historiadores a que mudassem seus modos de trabalhar e seus métodos; ela não os amarrava a uma teoria rígida, mas sim lhes abria novos horizontes¹⁴.

Astor Diehl explica a nova proposta dos *Annales*, tratando da “Crise da Razão Histórica”. Na verdade, é a razão positivista, do marxismo ortodoxo e de Max Weber. É a razão do poder, do otimismo, “a razão estratégica conquistadora”. Tal razão, tentando controlar a realidade, antepõe o utilitário ao crítico¹⁵.

1.3 A discussão sobre a história agrária

A preocupação com a agricultura e com a organização do homem no campo, já havia despertado muitos pensadores, em épocas anteriores. Porém, é neste

¹⁴ BARRACLOUGH, Geoffrey *apud* CARDOSO, Ciro. F. **Domínios da História**. *op. cit.*, p. 7

¹⁵ DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira-IV. Porto Alegre: Evangraf, 1993, p. 12. Assim, são os *Annales* que farão a crítica desta razão histórica, tanto em termos teóricos, como operativos metodológicos.

século que a história agrária ganha uma nova roupagem. Quanto a isso, são os *Annales* que, se aproximando de outras ciências humanas, principalmente da geografia, enfocaram a história regional como história agrária. A preocupação é procurar explicações, levando em conta a diversidade e, por isso, “desenvolvem-se, assim, de maneira sistemática, novas abordagens, no plano da história regional e local, centradas no estudo das estruturas e das paisagens agrárias, bem como da organização do espaço rural”¹⁶.

Esta nova abordagem da história vai conseguir reformular conceitos e explicações, concernentes a história nacional, pois leva em conta as diversidades integradas numa totalidade. Além do mais, a história agrária francesa sempre foi regional.

1.3.1 O objeto da história agrária

Quanto ao campo de estudo da história agrária, várias são as propostas apresentadas pelos pesquisadores. Reportamo-nos aqui a Linhares, que nos apresenta elementos de análise tais como a terra, os homens e as técnicas. Assim, ela se refere a uma estreita relação entre estes elementos:

Esses três componentes apresentam-se de forma mais ou menos abundante ou se combinam em proporções que variam segundo a região e o período histórico analisado, em condições socialmente determinadas. Assim, se a tecnologia aplicada à terra está condicionada a um contexto socioeconômico dado, qualquer alteração dos fatores da produção agrícola produzirá efeitos, de maior ou menor importância ou profundidade, dependendo das relações sociais que regem tais alterações. Da mesma forma uma modificação em um dos fatores pode acarretar resultados imprevisíveis. Por exemplo, a médio prazo, a pressão demográfica leva a uma intensificação do uso da terra ou à incorporação de novas terras, ou seja, a um processo de ocupação extensiva do solo, com o avanço da fronteira agrícola ou, ainda, a uma combinação dos dois processos¹⁷.

¹⁶ LINHARES, M. Yedda. In: **Domínios da História** (org) CARDOSO C. F. & VAINFAS, R. *op. cit.* p. 166.

¹⁷ *Ibidem*, p. 169

Neste sentido, a história regional é, acima de tudo, a história econômica e social e, por isso, história agrária. Então, segundo Linhares, para que se possa dar uma “explicação inteligível” de tal história, é necessário abordar “o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra, o perfil demográfico, o universo profissional e as hierarquias sociais”¹⁸. Enfim, abordar as ações humanas em suas atividades de transformação da natureza, o processo de adaptação e expulsão resultante da organização social.

1.3.2 A história agrária no Brasil

No Brasil, somente na década de setenta é que a história agrária, como história social, conforme Maria Yedda Linhares, terá atenção. Isto se justifica pela recepção histórica brasileira estar fundamentalmente comprometida, até esse período, com o positivismo e/ou marxismo. Dentro desta visão, no caso brasileiro, priorizou-se o estudo da estrutura agrícola, ou seja, a grande plantação voltada para o mercado externo. Acrescenta-se a essa razão, a dispersão de fontes, ou seja, o não mapeamento, a falta de tempo e recursos financeiros dos historiadores, bem como defasagens metodológicas.¹⁹

De acordo, ainda, com a autora, o primeiro grito pela história agrária, nos moldes atuais, aconteceu no seminário “Situação Atual da Agricultura Brasileira”, em 1976, ocorrido no Rio de Janeiro, onde se propôs um grande mapeamento de fontes locais, partindo do Norte e Nordeste, com o intuito de traçar a História Agrária Brasileira. Seriam fontes de “natureza jurídica”, “policial – judiciária”, “administrativa” e “eclesiástica e fiscal”. Neste sentido, a historiadora conclui pela existência de uma nova recepção historiográfica:

Seguia-se, assim, com vinte anos de atraso, o apelo lançado por Labrousse, em Roma, embora mudada a natureza do enfoque. Naquele momento (1955), dando seqüência ao

¹⁸ *Ibidem*, p. 170. É necessário frisar que nem toda a história regional pode ser concebida como história agrária.

¹⁹ *Ibidem*, p. 170.

movimento de renovação historiográfica em curso na Europa, Labrousse propunha um vasto programa de exploração sistemática de fontes para o estudo da burguesia atlântica. No Brasil, a conjuntura de meados da década de 1970 favorecia as tentativas de revisão de velhos esquemas interpretativos da história do Brasil e a busca de novos elementos concretos de análise da realidade socioeconômica (...)²⁰.

As pesquisas sobre história agrária, nos anos de 1976-1977, se depararam com o problema das fontes disponíveis e de um “recorte geográfico”. Quanto ao problema das fontes e uma metodologia adequada de tratamento das mesmas, logo foi solucionado pelos historiadores brasileiros, graças à influência dos *Annales*. Porém, o recorte geográfico foi mais problemático²¹.

Quanto ao recorte geográfico, segundo Linhares, primeiro se procurou ajuda junto à geografia, onde não se encontrou apoio, visto que esta, de 1950 a 1970, substituiu o conceito “Região pelo de Espaço”. A saída foi buscar um conceito próprio de região e isso aconteceu baseado, inicialmente, em Pierre Goubert “e que poderíamos resumir como sendo uma história ao microscópio: realizar a pesquisa num quadro de uma pequena região e numa região grosseiramente secular, efetuada com a ajuda dos arquivos os mais esquecidos dessa região e do século em questão²². Porém, é com o trabalho de João Luís Fragoso que o conceito de região se consolidou, quando ele “propunha, através de uma análise combinatória, a noção de sistema agrário, como definidor de uma área, abrangendo seus aspectos mais gerais, tanto sociais quanto econômicos”.²³ Assim, Linhares conclui que a região é construída pelo historiador quando da análise da história agrária como história social e econômica e isto porque...

A região não se impunha previamente como um recorte que delimitasse e definisse o campo de ação do pesquisador. Na verdade, o recorte da região constituía-se agora em um dos objetivos da pesquisa. Ao fim e ao cabo do seu trabalho, o

²⁰ *Ibidem*, p. 171.

²¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda. Região e história agrária. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 8, nº 15, 1995, p. 1-176, p. 17.

²² *Ibidem*, p. 21.

²³ *Ibidem*, p. 24.

historiador deveria ser capaz de revelar a dimensão regional de sua pesquisa, corrigir ou reafirmar pretensões iniciais e desvendar conexões até então não passadas²⁴.

A partir de então, as pesquisas em história agrária começaram a ser feitas em vários estados do Brasil, destacando-se o Rio de Janeiro como foco de estudos econômicos e sociais do mundo rural, facilitado pelas condições acadêmicas, pois Maria Yedda Linhares, autora de várias pesquisas sobre a história agrária, fundou na UFRJ a linha de pesquisa sobre história agrária, da qual participam, entre outros, João Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva, ambos pesquisadores da história agrária brasileira. O grupo procura focar a história a partir da questão agrária, entendida como conflitos e exclusão no mundo rural.

É digno de menção, na dedicatória à questão agrária, citar José de Souza Martins, por sua vasta obra sobre o mundo rural, embora sob a ótica da sociologia do desenvolvimento, priorizando também as contradições no campo.

No Rio Grande do Sul, foram produzidos estudos sobre o latifúndio e sobre o imigrante e a pequena propriedade, bem como os conflitos gerados a partir de ambos os sistemas. Porém, ainda os estudos são deficitários, pois falta muito o que pesquisar.

1.4 A possibilidade da história agrária no Médio-Alto-Uruguaí-RS

Sobre a Região do Médio Alto Uruguaí - RS pouco se tem escrito na perspectiva da história agrária. A bibliografia existente refere-se a aspectos parciais da realidade, ou seja, enfoca lideranças políticas e suas ações na construção da história ou, então, grupos de pessoas e suas ações políticas. No primeiro caso, aparecem estudos sobre Frederico Westphalen, Monsenhor Vitor Batistella, etc. No segundo estudo sobre “Aspectos Significativos do Município de Frederico Westphalen” e, ainda, outros estudos sobre a história de Municípios da Região, enfocados em tempo linear, frutos de comemorações políticas.

²⁴ *Ibidem*, p. 25.

Estes estudos históricos sobre a região não enfocaram o modo de vida dos imigrantes, nem dos caboclos, muito menos as diferenças, e que se supõe, foram fundamentais para a constituição de uma experiência histórica e não outra.

Por outro lado, o Estado, através da lei de terras de 1850 e de seu modelo de colonização, contribuiu para expulsar o caboclo que aqui vivia, pois este não tinha noção de propriedade privada nem dinheiro para tanto, conforme a lei exigia.

Para reconstruir a história agrária do Médio Alto Uruguai, algumas questões devem ser pesquisadas:

- qual o significado da colonização e das forças que contribuíram para esse processo?

- na visão ufanista sobre a colonização, encontramos apenas o colonizador, fruto do *enxameamento*, como sujeito da história, porém, qual foi o papel do caboclo nesse processo? Qual o “modus vivendi” dos imigrantes e dos caboclos, bem como a relação entre ambos?

- por outro lado, se o poder público provincial preocupava-se com “os brasileiros”, por que estes não tiveram acesso à propriedade da terra como tiveram “os outros”?

Para a história agrária do Médio Alto Uruguai, é necessário, em primeiro lugar, problematizarmos a própria região, através de uma reflexão teórica – metodológica crítica, procurando suporte referencial suficiente, em outra matriz historiográfica que não a iluminista e positivista. Em segundo lugar, mapear e ampliar as fontes disponíveis, localizando-as em Museus, Arquivos públicos, sejam fontes cartoriais, religiosas, bem como utilizar o recurso da entrevista com os participantes da colonização, ainda vivos, e/ou conhecedores desse processo. Em terceiro lugar, construir conceitos, levando em conta a própria região, para mostrar a diversidade que a história regional pretende abarcar.

Algumas vantagens esta nova história apresenta em relação à história tradicional, tais como o recorte espacial, a questão dos tempos históricos, nova perspectiva metodológica e ampliação das fontes históricas. Porém, como o próprio grupo que a concebeu, devemos compreendê-la como uma história em construção.

Por fim, pretendemos construir a história do Médio Alto Uruguai – RS, na perspectiva da história agrária, no intuito de contribuir com uma outra visão, diferente da atual. Problematizaremos sobre as experiências dos vários grupos que, a partir da colonização, contribuíram para que o processo se desenvolvesse. Através de uma nova abordagem metodológica e de fontes, tentaremos construir novos conceitos sobre a região.

II - OS IMIGRANTES ALEMÃES E ITALIANOS E A QUESTÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, analisaremos os imigrantes alemães e italianos, enfocando a questão da terra, ou seja, a pequena propriedade, temporalizada no século XIX, no Rio Grande do Sul.

Trata-se de um estudo sobre uma etapa da história agrária do Rio Grande do Sul, que servirá como contextualização para o estudo da questão agrária no Médio Alto Uruguai - RS, uma vez que existe um aspecto comum, que é a pequena propriedade. Por isso, nossa intenção é analisar a inserção do imigrante na pequena propriedade, suas dificuldades, conflitos, sucessos e insucessos, bem como o papel do Estado e da Província em tal empreendimento, para que possamos compreender melhor nossa história agrária.

Procuraremos, em primeiro lugar, explicar o fenômeno das migrações, ou seja, as causas principais que fazem com que o ser humano migre. Em seguida, abordaremos o imigrante alemão e italiano, enfocando os fatores de evasão e recepção e, por fim, o imigrante e a pequena propriedade no Rio Grande do Sul, no século XIX.

2.1 O fenômeno das migrações: em busca de uma explicação

O fenômeno migratório é algo típico do ser humano, enquanto ser que procura sobreviver e transcender-se. Assim, a história da humanidade sempre esteve relacionada com tal processo. Encontramos exemplos nos povos primitivos –

caçadores e coletores – que migravam sempre que escasseavam frutas e víveres. A bíblia narra este fenômeno, através da busca da “terra prometida”, isto é, a terra leva o ser humano à mobilidade.

Neste sentido, o enfraquecimento do solo, a sua escassez e os fatores climáticos – catástrofes naturais – provocam a falta de alimentos e forçam a migração. Ainda, as pressões demográficas, fruto da incompatibilidade entre o crescimento populacional e o ambiente humano são, sem dúvida, outro fator do processo migratório. Por fim, a história tem-nos mostrado uma relação entre a migração e a fuga por causa de inimigos, ou seja, o ser humano migra toda vez que não suporta pressões físicas ou morais.

Fausto Brito, tratando sobre as migrações, analisa-as sob o ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo. Assim, inicialmente, ele afirma que “uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população”²⁵. Porém, na fase comercial capitalista, por ser de expropriação, houve a acumulação de capitais na Europa e, a partir do século XVIII, acontece a revolução industrial, o que provocou mudanças no campo e na cidade. Tal mudança está relacionada, acima de tudo, com a utilização da máquina e com o cercamento dos campos, o que, aliás, vai provocar contradições: por um lado, melhorar o padrão de vida do europeu, provocando um crescimento populacional e, de outro, a incompatibilidade entre o contingente populacional e o espaço. Como decorrência, assiste-se a emigração européia em massa. Nesse mesmo sentido, Martin Dreher afirma:

Dois foram os motivos que provocaram essa emigração: a existência de vastas regiões com baixa densidade populacional e a explosão populacional européia. De 1750 a 1914, a população européia praticamente triplicou. De 140 milhões, em 1750, passou para 452 milhões, em 1914. No mesmo período, além disso, o número de europeus e descendentes instalados no além-mar passou a ser de 160 milhões. Causa principal desse êxodo considerável foi a invenção da máquina e a revolução econômica e social a ela ligadas²⁶.

²⁵ BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: FNUAP, 1996, p. 53.

²⁶ DREHER, *op. cit.*, p. 60.

No que se refere à doutrina liberal, Adam Smith foi o primeiro a acenar para as contribuições econômicas do processo migratório²⁷. Posteriormente, os liberais passam a defender as migrações, tanto para livrar as pressões demográficas como para criar um mercado consumidor, fora da Europa. Assim se refere Maria Beatriz Rocha Trindade:

Outros liberais do século XIX, entre os quais Stuart Mill (1806-1873) defendiam por isso que a emigração para as colônias era vantajosa para a economia das metrópoles. Para além de constituir um mercado para as manufaturas nacionais e de promover o investimento estrangeiro, permitia o alívio das pressões provocadas pela sobrepopulação²⁸.

Este novo pensamento sobre as migrações ecoou na América. O fato é que existe um pensamento filosófico e ideológico na Europa, favorável às migrações, bem como um mundo concreto, fruto da evolução do capitalismo, forçando o europeu a migrar.

A partir da segunda metade do século XIX, principalmente depois de 1870, o mundo vai assistir o fenômeno das migrações em massa. Fausto Brito, apoiado em Hobsbawm, nos traz dados que mostram a existência de tal fenômeno:

Estima-se que, entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas emigraram da Europa para a América, principalmente para os Estados Unidos, Brasil e países da Bacia do Prata. Até aquele período, este foi o maior movimento migratório internacional da História dos povos. Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes a população de Londres, deixaram a Europa. Só das Ilhas Britânicas, no período 1851/1880, saíram aproximadamente 5,3 milhões de pessoas, sendo que 3,5 milhões para os Estados Unidos, 1 milhão para a Austrália e 800 mil para o Canadá. Calcula-se que, na década de 80, do século XIX, 700 a 800 mil europeus

²⁷ Cfe. ROCHA TRINDADE, *op. cit.*, p. 66.

²⁸ *Ibidem*, p. 66.

emigraram por ano e, na década seguinte, 1 a 1,4 milhão por ano²⁹.

O acirramento das migrações está relacionado com o desenvolvimento do capitalismo. A revolução industrial e agrícola produziu uma reserva demográfica. Soma-se a isso a corrida imperialista, provocando uma certa crise econômica e política e o desenvolvimento tecnológico, que facilitou o deslocamento, diminuindo as distâncias. Porém, se são vários os fatores das migrações, relacionados ao desenvolvimento capitalista, não podemos nos reportar somente a ele para explicarmos o fenômeno, pois houve migrações, mesmo neste período, em países pré-capitalistas, como é o caso dos asiáticos que migraram para outros países da própria Ásia ou outros continentes³⁰.

Por ora, pensamos ter destacado alguns elementos que contribuem para explicar o fenômeno migratório, mesmo que não tenhamos estudado as migrações no século XX, por fugir ao recorte temporal de nosso estudo. Passamos agora nossa análise para um recorte espacial mais particular, que é o caso da imigração alemã para o Brasil, procurando identificar e analisar os fatores da emigração e imigração.

2.2 O imigrante alemão e a questão da terra no Rio Grande do Sul

2.2.1 A Alemanha no século XIX e o emigrante: fatores de expulsão

Entender a emigração alemã no século XIX é, antes de tudo, compreender as transformações do mundo agrário, que a Alemanha sofreu. Até o século XVIII, somente alguns casos isolados do fenômeno emigratório alemão são mencionados. Porém, com a mudança na estrutura agrária, a partir do século XIX, a emigração passou a ser algo como nunca antes se tinha visto.

²⁹ BRITO, Fausto, *op. cit.*, p. 55. Mesmo que os dados estatísticos sejam aproximações, outros estudos mostram o fenômeno das migrações européias, através da análise da imigração. Entre outros, pode-se destacar o estudo de Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi, *Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico*. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo** 2 ed. Campinas, 1996. p. 01-38, onde a autora mostra, através de comparações de censos (desde 1872 até 1980), o fenômeno das migrações em massa.

³⁰ Cfe. Fausto Brito, *op. cit.*, p. 55.

De fato, a chamada “Revolução Agrícola” da Alemanha aconteceu no século XIX e marcou a passagem da estrutura feudal/rural, para a capitalista. Tal mudança tornou insuportável a vida do pequeno camponês, visto que, para este, o pequeno pedaço de terra lhe é insuficiente para sobreviver. Então, restava-lhe ser operário agrícola, vendendo a sua força de trabalho a um senhor, ou emigrar. Assim se referem Aldair Marli Lando e Eliane C. Barros sobre essa situação:

O fato principal desta revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal. O camponês que, como servo, ocupava uma terra que podia transmitir aos descendentes, torna-se proprietário dela, com a condição de ceder 1/3 ao senhor. Esta reforma tem como efeito a liberação do camponês médio, que, tendo cedido 1/3 ou metade de suas terras, poderá garantir a propriedade do que lhe resta, e constituir uma exploração contínua suficiente para alimentar a família. O pequeno camponês, pelo contrário, vê-se reduzido a uma pequena exploração, que não representará mais que um recurso econômico; para viver, terá de se empregar como trabalhador agrícola ao serviço do senhor, ou arrendar terras suplementares³¹.

Tratando sobre esta suposta “liberação do campesinato”, Martin Dreher destaca que, da passagem das amarras do sistema agrícola feudal, os beneficiários foram os latifundiários que aumentaram as suas glebas de terras e que, ao pequeno agricultor restou uma nova forma de sujeição ao latifúndio ou, então, fugir desta, emigrando para regiões onde existia terras disponíveis. Assim se refere o autor:

Quando da emancipação desse campesinato, não se elaboraram leis para a sua proteção. Daí por que, num primeiro momento, a emancipação teve conseqüências catastróficas. Os latifundiários aproveitaram os recursos a eles canalizados, para a compra de mais terras. Além disso, o aumento no preço dos cereais verificado na época, propiciou um incremento do desenvolvimento do latifúndio, mais apropriado para o plantio de grandes extensões. O pequeno agricultor, por seu turno, se viu em situação de empobrecimento, por não poder comprar os

³¹ LANDO, A. M., BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (org.). **RS: imigração & colonização**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 13.

cereais e insumos que tinham seus preços majorados. Muitos dos pequenos agricultores, antes servos, agora libertos, não tiveram outra alternativa senão vender suas propriedades aos antigos proprietários e emigrar, caso não quisessem permanecer como diaristas ou bóias-frias. A liberação do campesinato, na realidade, significou, em quase toda a Alemanha, a separação do camponês da terra³².

O mesmo autor ainda destaca a eliminação de terras comunitárias (pastagens de rebanho) e os direitos de uso do solo alheio (coleta de lenha). Com pouca terra e com um salário defasado e, além disso, a elevação do custo de vida, restava ao pequeno camponês emigrar³³.

Já mencionamos anteriormente, que o fenômeno das migrações possui, a partir da idade moderna, uma estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo. Porém, é com a revolução industrial baseada num aprimoramento técnico e econômico, que vamos assistir a influência na emigração. Contudo, é necessário distinguir duas fases nesse processo: primeiro, pela precariedade da indústria alemã, ligada à “revolução agrícola”, pois aquela não suportava a pressão demográfica, então, a saída era emigrar; segundo, referimo-nos à industrialização mesma da Alemanha. Isso só vai acontecer a partir de 1870 e é caracterizada por uma cartelização industrial. Tal fenômeno foi possível pela dependência da indústria em relação ao sistema financeiro, pois este só financiava as empresas fortes. Assim, houve uma concentração nas mãos de poucos³⁴. Por outro lado, acontece a falência da produção artesanal e da pequena fábrica. Desta forma, muitos trabalhadores tiveram que emigrar, pois a grande indústria não os absorvia.

Além das mudanças na agricultura e indústria, é necessário mencionarmos, como fator coadjuvante, a falta de unidade política dos estados alemães (os 39 estados só se unificaram em 1871). A instabilidade política, somada a conflitos armados, até a metade do século XIX, são fatores que forçaram também a saída de alemães³⁵, isto porque a primeira metade do século XIX marca o embate entre

³² DREHER, Martin, *op. cit.* p. 62.

³³ *Ibidem*, p. 63.

³⁴ Cfe. LANDO & BARROS, *op. cit.*, p. 15.

³⁵ BASANESSI, Maria Silvia B., *op. cit.* p. 31.

liberais e conservadores, culminando, em 1848, com a restauração conservadora e a fuga de muitos liberais. Estes emigraram para os Estados Unidos e Brasil, principalmente.

A questão religiosa foi outro fator que também esteve presente, forçando a emigração, no caso da Alemanha. Vários grupos religiosos deixam os estados alemães, no século XIX, por problemas religiosos³⁶.

Pensamos que os fatores mencionados anteriormente, e que seriam as causas da emigração alemã explicam, em parte, o fenômeno da emigração. Porém, eles devem ser completados com os fatores encontrados e/ou prometidos pelos países receptores, pois o fato é que saíram da Alemanha pessoas de níveis sociais diferentes e com interesses diferentes.

2.2.2 O imigrante alemão: fatores de atração

Estamos aqui procurando analisar os elementos que fizeram com que o Brasil procurasse atrair alemães. Já vimos alguns elementos que forçaram a emigração de alemães, no contexto do século XIX. Porém, temos que perguntar: por que alguns alemães vão procurar o Brasil, se eles poderiam encontrar outros lugares com menor distância e despesas?

A resposta para esta questão está vinculada, inicialmente, ao fato de que a colonização (com imigrantes) aparece como oficial e, portanto, dirigida, de um lado, e de outro, por iniciativa particular e/ou espontânea. Quanto ao primeiro sistema, é fato que D. Pedro I dirigiu a colonização de alemães visto que a estes era mais acessível ir aos Estados Unidos do que ao Brasil, pela distância e custos. Aliás, antes de D. Pedro I, é necessário lembrar D. João VI, que, no momento que abre os portos às “nações amigas”, emite decretos tentando atrair estrangeiros não portugueses para colonizar, sob a forma de regime de pequena propriedade, em terras devolutas. Porém, os empecilhos administrativo-jurídicos não atraíram os

³⁶ DREHER, *op. cit.*, p. 64.

alemães, que preferiam a América do Norte³⁷. Assim, coube a D. Pedro I atrair os alemães, conforme se expressou Roche:

Foi o governo brasileiro que atraiu os emigrantes europeus, oferecendo-lhes diversas vantagens em dinheiro ou em espécie. Por resolução imperial introduziu-se essa colonização. O imperador D. Pedro I interessou-se, pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil por brancos não-portugueses. Quer tenha sido movido por uma presciência intuitiva da importância própria da colonização, quer a tenha ligado, no seu espírito, a outras questões de política interna ou externa, D. Pedro I fez dela, desde o princípio, matéria reservada³⁸.

Ao lado deste dirigismo por parte do império brasileiro, aparece o desejo de desenvolver a pequena propriedade e, por parte dos fazendeiros de café, solucionar o problema da mão-de-obra. São duas pretensões com as quais os legisladores imperiais vão se debater.

José Bonifácio, em discurso à Assembléia em 1822, denunciando que as sesmarias não estavam cumprindo a sua função, que era a de ocupar as terras brasileiras, sugeriu a expropriação dos que não as cultivavam e as mesmas seriam vendidas e o dinheiro seria utilizado para instalar colonos estrangeiros em colônias, a fim de ocupar e produzir. Segundo alguns autores, a idéia da criação da pequena propriedade estaria relacionada com a intenção de criar uma classe de pequenos agricultores e, a partir daí, uma classe média, que seria o ponto de equilíbrio entre os latifundiários (independentes, separatistas) e os índios e negros. Esta seria intenção de D. Pedro I ao tentar atrair agricultores alemães para o Brasil³⁹.

Ainda, nesta mesma perspectiva, a “democratização da propriedade” estaria relacionada com uma questão estratégico-militar, isto é, criar colônias para expulsar indígenas e/ou repovoamento, em áreas onde houve a expulsão ou, ainda, em

³⁷ BASANESSI, *op. cit.*, p. 31).

³⁸ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Vol. 1. Trad. Enery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 93.

³⁹ DREHER, *op. cit.*, p. 76.

pontos estratégicos, ou seja, em áreas conflituosas ou com as fronteiras ainda não demarcadas. A intenção, neste caso, seria povoar e garantir a posse e, esta, seria uma defesa natural contra possíveis invasões.

Pode-se, ainda, relacionar a pequena propriedade com a questão do abastecimento de produtos para o consumo interno, visto que o sistema de grande propriedade, voltado para a exportação, tinha tal dificuldade, ou seja, os centros urbanos e o próprio latifúndio precisavam de produtos que a grande propriedade não fornecia, por ser monocultora. Em função disso, foi criada a colônia Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e a colônia São Leopoldo, entre outras ⁴⁰.

Portanto, a pequena propriedade tem a sua importância, dentro do sistema agrário do século XIX, conforme vimos, tanto para o império brasileiro como também para o emigrante alemão, pois este pretendia migrar para ser proprietário e livre. Diante de tal perspectiva, as terras brasileiras vão despertar o interesse de alemães.

Referimos, anteriormente, que o debate político também se dava em termos da questão da mão-de-obra. De fato, vários autores têm estudado a questão e o que notamos é que a análise é feita, ora na relação “abundância – escassez”, ora na relação “europeu-africano”.

Quanto à primeira relação, o argumento se baseia no desenvolvimento do capitalismo europeu. Este, na sua fase da revolução agrícola e industrial, gerou um contingente de reserva de mão-de-obra. Por outro lado, este mesmo sistema pressiona os países pré-capitalistas a extinguirem o sistema de escravidão, pois assim exportariam a mão-de-obra excedente e, por outro, garantiriam um mercado consumidor.

A imigração, sob este ponto de vista, era aceita pelos latifundiários paulistas, que poderiam empregar, a partir daí, a mão-de-obra livre, em forma de parceria e, posteriormente, assalariada⁴¹. Somando-se a essa mentalidade, mais a pressão para proibir o tráfico de escravos e, por outro lado, o aumento do preço do café que,

⁴⁰ Cfe. BASANESSI, *op. cit.*, p. 32.

⁴¹ LANDO & BARROS, *op. cit.*, p. 201.

por sua vez, ampliava a extensão das plantações de café, a saída foi apelar para a imigração.

No Rio Grande do Sul, os estancieiros, não precisando de mão-de-obra em grande quantidade, por causa da criação extensiva, viam a imigração como uma forma de concorrência, visto que não era possível sujeitar os imigrantes, via relações de trabalho, mas procuram sujeitá-los através do acesso às instituições políticas⁴².

A outra explicação sobre a questão da mão-de-obra, como fator da imigração, tenta relacionar o europeu e o negro e/ou asiáticos. Neste sentido, os autores mostram a questão do racismo e a discriminação feita aos negros e asiáticos⁴³. Certamente, os pesquisadores estão se referindo ao evolucionismo do século XIX e sua teoria sobre as raças, concebendo a existência de raças superiores e inferiores. De fato, no Brasil, houve a recepção de tal teoria e utilizava-se das mesmas para justificar a preferência pelo branco europeu, como sendo de uma civilização superior.

Joaquim da Silva Rocha, fazendo um estudo sobre as várias raças, procurando analisar os povos do ponto de vista de suas virtudes, destaca os europeus com suas qualidades e que seriam ideais para a colonização do Brasil. Depois, analisando os chineses e japoneses, apoiado por alguns autores, discrimina-os por serem inferiores. Assim, ele cita o Dr. Lacerda Werneck, na seguinte passagem:

A raça chinesa estacionaria de uma civilização duvidosa, inerte no progresso, há de ceder o lugar e ser exterminada e destruída pelas nações propectas da Europa e da América, que, obedecendo a uma missão providencial, caminham, armadas do gladio evangélico e do pharol da civilização, por avante na imposição das idéias, e na conquista e posse destas para todo o globo⁴⁴.

⁴² Cfe. PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José H. **RS: imigração & colonização**. *op. cit.*, p. 156-194.

⁴³ FURTADO, Celso. **Formação econômica no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972, p. 131.

⁴⁴ ROCHA, Joaquim da S. **História da colonização do Brasil**. Vol 1. Imprensa nacional. Rio de Janeiro: 1918, p. 85.

Seguindo com a mesma argumentação, Rocha cita Oliveira Monteiro, o qual também discrimina os asiáticos. Eis as suas palavras:

Lançar sobre um fundo de sete ou oito milhões de europeus, uma onda de chineses ou índios que não se esgotará, se a corrente for favorecida pelo clima e outras condições, seria de certo enriquecer agora para os cultivadores de algodão e café mas seria também, n'um futuro próximo, ou arruinar o porvir da nacionalidade nascente, ou lançá-la nos perigos de crises gravíssimas. Ou a reacção do elemento europeu conduziria a uma situação qual é a actual da Califórnia; ou esse elemento seria abafado e perdido nas ondas de uma população asiática, e os laivos de sangue branco, cada vez mais obliterados pelos cruzamentos sucessivos, desapareciam por fim. Um Brasil chinês, a substituição de um dos focos de civilização europeia na América, por uma civilização mestiça e abastardada, é uma perspectiva repugnante⁴⁵.

Para Rocha, os asiáticos seriam inferiores, mesmo quanto aos africanos, os quais ele também discrimina, por serem uma força bruta. Assim, nota-se que o imigrante, suposto sanador da mão-de-obra para a lavoura, deveria ser recrutado entre as raças superiores.

Como desdobramento da discussão, também ligada à questão do racismo, temos o chamado “branqueamento da raça”. Dreher desenvolve tal argumento, mostrando que, no início do século XIX, o Brasil não era um país de brancos, mas, na sua maioria, índios, negros e mestiços. Somam-se a isso conflitos como o do Haiti e da Bahia. “Parece-me que os levantes baianos, a independência do Haiti e a transferência da família real portuguesa para o Brasil confluem e criam entre nós a ideologia racista do branqueamento da raça”⁴⁶.

Por fim, não menos importante, arriscaríamos mencionar a propaganda como a grande propulsora, tanto das emigrações como das imigrações. Mesmo os liberais e evolucionistas pensavam que só uma propaganda bem feita atrairia

⁴⁵ *Ibidem*, p. 86.

⁴⁶ DREHER, Martin, *op. cit.*, p. 71.

européus para o Brasil. Foi o que de fato aconteceu, pois já a partir de D. Pedro I, o Brasil utilizou-se de tal instrumento para atrair imigrantes. Promessas bem elaboradas e que nem sempre foram cumpridas, cartas de imigrantes falando do novo paraíso, etc., convenciam os europeus. Digno de menção é o depoimento de Thomas Davatz sobre esta questão:

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imigração entreviu: quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é, por vezes, deliberadamente falseada, cartaz ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de imigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre... – tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma terrível febre de emigração, que já contaminou muita gente. E assim como na febre física, dissipasse a reflexão tranqüila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração⁴⁷.

2.2.3 Os alemães e a pequena propriedade no RGS

2.2.3.1 O Rio Grande antes dos alemães

O primeiro sistema de colonização do Brasil foi baseado nas sesmarias. Estas tinham, como fundamento teórico, a posse e o cultivo. Tal sistema funcionou até 1822. Porém, neste período, os pretendentes requeriam imensas quantidades de terras (por serem abundantes) e que nem sempre eram cultivadas. Além disso, a colônia não dispunha de fiscais e força para fiscalizar. Então, em determinadas áreas expressivas, o latifúndio vai se formando.

No Rio Grande do Sul, vamos notar esta prática em hora tardia. A partir de 1714, os lagunistas vão empreender expedições ao Rio Grande para reconhecer o caminho do Sul para a colônia do Sacramento e encontrar metais preciosos. O início

⁴⁷ LANDO e BARROS, *op. cit.*, p. 24.

do povoamento luso se dá a partir de 1725, quando João de Magalhães se instala nesta província e, a partir dali, começam a vir para cá os lagunenses⁴⁸.

A segunda iniciativa de povoar e colonizar o Rio Grande do Sul, se dá com a migração de açorianos. Estes, a partir de 1735, vão ser instalados nas proximidades de Rio Grande e Viamão. Posteriormente, os imigrantes açorianos se deslocarão para Porto Alegre.

Por outro lado, os governadores concedem terras a oficiais e soldados, geralmente vindos de São Paulo e Minas Gerais. Eles receberam terras e ficaram conhecidos como "milicianos - criadores", visto que era necessário defender-se contra espanhóis e índios. Aos poucos, vão fundando vilas e ocupando vastas extensões que demarcam a Depressão Central do Rio Grande do Sul e a fronteira. Tais concessões de terras são chamadas de datas e sesmarias. Elas eram extensões maiores de terras ou, então, verdadeiros latifúndios. Roche refere-se a esta questão, afirmando o seguinte:

A formação de uma sociedade essencialmente rural teve por base a apropriação da terra, que se realizou no Rio Grande, como no resto do Brasil, sob o regime dos latifúndios. A unidade de medida agrária era a légua de sesmaria (43 quilômetros quadrados) e as primeiras concessões de terras foram, em média, de 129 quilômetros quadrados cada uma⁴⁹.

No decorrer desse processo, a estância passou a ser o centro social e econômico, mas, por outro lado, até 1822, período em que o sistema de sesmarias acaba, o Rio Grande do Sul estava quase despovoado. Diante dessa situação, surge nova preocupação para as autoridades imperiais, conforme Kliemann:

No século XIX, com a lei de 1822, extingue-se a doação de sesmarias no Brasil e intensifica-se, dessa forma, a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares.

⁴⁸ Cfe. ROCHE, J., *op. cit.*, p. 23. Os títulos de sesmarias confirmam a origem lagunense de seus titulares.

⁴⁹ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 34.

Paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território, aparece a necessidade de adequar as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes do capitalismo internacional. Surge, então, uma política imigratória que tem por objetivos básicos criar mão-de-obra livre nas áreas de produção para a exportação e um mercado interno consumidor, além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo⁵⁰.

2.2.3.2 Os alemães na fase inicial do novo sistema agrário no RGS

O empreendimento da pequena propriedade era legalizado juridicamente, já em 1808, por decreto de D. João VI e, posteriormente, em 1820, novo decreto é dirigido especialmente aos alemães.

Se D. João VI, com a abertura dos portos, em 1808, já intencionava trazer imigrantes europeus e fomentar a pequena propriedade rural, é com D. Pedro I que isso foi possível no Rio Grande do Sul. Oferecendo vantagens aos migrantes europeus, ele incrementa a empresa de colonização. Este tipo de colonização, em sua primeira fase, foi dirigida pelo império.

Nas terras da feitoria do Linho Cânhamo (atual São Leopoldo), em 1824, faz-se a primeira experiência significativa de colonização com alemães, no Rio Grande do Sul. O Major Schaeffer foi encarregado de recrutar voluntários alemães, para tal empreendimento. Entre as promessas feitas, ele incluía que os colonos “receberiam como livre propriedade 160000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família”... Tal promessa permaneceu uma incógnita, pois nem sempre o Governo conseguiu concretizá-la. Ainda, chegados aqui, os colonos teriam que esperar meses para conseguir um lote e, assim, poder cultivá-lo⁵¹.

⁵⁰ KLIEMANN, Luiza, H. Schmitz. **RS: terra & poder** História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p.18.

⁵¹ Cfe. ROCHE, *op. cit.*, p. 95.

O Major Schaeffer recrutava os alemães, principalmente nas províncias da Renânia – região de Mosela, Hunsrueck e Hesse. Estes, em sua maioria, eram protestantes, pois os decretos admitiam não-católicos. Quanto às categorias sociais, vieram para cá principalmente casais, não só pobres mas também com poder aquisitivo mais elevado. Isto porque “o ideal destes imigrantes seria, portanto, a terra virgem e promissora, onde pudessem construir com as próprias mãos o seu lar, uma existência desembaraçada, uma pátria nova para si e seus filhos. Iriam trabalhar a terra eles mesmos, sem escravos, cuja manutenção, aliás não era permitida nas colônias”⁵².

Na primeira fase da colonização dirigida, entraram no Rio Grande do Sul, no período de 1824 a 1830, 4.856, conforme especificações anuais:

Tabela 1: Entrada de imigrantes alemães no RGS

ANO	ENTRADAS
1824	126
1825	909
1826	828
1827	1088
1828	99
1829	1689
1830	117

Fonte: PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha. Porto Alegre, 1934, p. 41.

Já nos primeiros anos, começam a aparecer os frutos do trabalho na pequena propriedade, porém é com esforço, tanto por parte dos agricultores que cultivam a pequena propriedade, como por parte do governo provincial e inspetoria da colônia. Esta, para sanar o desconhecimento do solo e clima, por parte dos colonos, procura orientá-los. Por outro lado, procura garantir o comércio para o excedente da produção. Diante de tal fato, "a colônia depressa se estenderá da antiga feitoria à borda da Serra, cortando a floresta virgem. Antes mesmo de atingirem o limite de seus lotes, os colonos passaram pela área dos animais

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico. Tomo II, Vol. 3. 5 ed. São Paulo: Difel, p. 224.

selvagens e pela dos índios, os 'bugres', cujos primeiros ataques se desencadearam em 1829"⁵³.

Tal expansão estava nas intenções imperiais, visto que a antiga colonização do Rio Grande do Sul teria deixado esta área desocupada e, por ser um tipo de estrutura fundiária que propiciava a densidade demográfica, garantiria a posse e defesa para o Estado brasileiro. Por outro lado, mesmo que a província estivesse despovoada, foram numerosos os problemas, ora causados pelos sesmeiros, ora pelo governo ou inspetores e colonos, visto que surgiram conflitos, desde a fase inicial da vinda de imigrantes alemães para cá.

Marcos J. Tramontini, fazendo uma análise da "questão da terra na fase pioneira da colonização", aborda tal problemática. Para tanto, recorda ele que, anterior à Lei de terras, de 1850, o sistema de aquisição de terras se dava pelas sesmarias ou posse e, mesmo com a extinção das concessões de sesmarias em 1822, o apossamento continuava, porém de forma mais desordenada e concentrada⁵⁴.

Baseado no relatório de Hillebrand, de 1824, o autor busca as causas dos conflitos. Entre outras, "seria no processo de medição e distribuição dos lotes coloniais que se localizaria a origem dos principais problemas que abalaram a região colonial"⁵⁵. Isto se refere ao fato de que já havia posseiros na colônia e o inspetor, demarcador das terras, não respeitava. Ainda, havia disparidade entre a demarcação, conforme promessa para atrair os imigrantes, e a demarcação em si. Neste sentido, após analisar outros autores, Tramontini conclui que:

um ponto comum aos três relatórios examinados se refere às conseqüências da falta de uma política clara de terras, ou melhor, de uma regulamentação da propriedade privada da terra. Isso aflora nas disputas entre posseiros e proprietários lindantes e o Governo brasileiro pelas terras, que aqueles

⁵³ ROCHE, *op. cit.*, p. 97.

⁵⁴ TRAMONTINI, Marcos J. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: **Os alemães no sul do Brasil**: cultura e etnicidade histórica. MAUCH, Claudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). Canoas: ULBRA, 1994, p. 55-63 e p. 96.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 57.

reivindicavam como suas e que o governo, através do Presidente da Província e do inspetor, defendia como terras da Feitoria, isto é, do Estado. A falta de uma medição e determinação dos limites das propriedades, 'bem como a institucionalização da posse, principalmente depois de 1822, afloram como problemas para a implementação da Colônia Alemã de São Leopoldo⁵⁶.

Além deste caótico sistema fundiário – o sistema de sesmarias, falta de política de terras e demarcações arbitrárias, os colonos vão se utilizar da situação e abocanhar novas terras, para si ou para a enorme prole, e isso também vai gerar conflitos. Por outro lado, os lotes cultivados vão, aos poucos, sendo valorizados e isso permite àqueles que acumularam algum dinheiro, comprar dos antigos imigrantes, e estes, por sua vez, vão avançando em terras devolutas, provocando, assim, o povoamento rápido do espaço da província rio-grandense.

Passada esta primeira fase da colonização – 1824 – 1830, advém um período de estagnação na imigração. Nem bem os colonos teriam sido contemplados com as promessas feitas a eles, vem a Lei do Orçamento, em 15 de dezembro de 1830, a qual elimina todos os créditos para a vinda de imigrantes. Além do mais, com o Ato Adicional de agosto de 1834, o império transfere a responsabilidade, em termos de colonização, às províncias. Porém, no Rio Grande do Sul, além da falta de condições financeiras da província, a Revolução Farroupilha (1835 – 1845) contribuiu para impedir a vinda de imigrantes alemães.

2.2.4 A segunda fase do processo imigratório e a província

2.2.4.1 O estatuto legal imperial e provincial

Em uma Lei Geral de nº 514, de 1848, o Estado transfere para as províncias “trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, exclusivamente reservadas à colonização”⁵⁷. A questão das terras devolutas foi regulamentada pela Lei de 1850,

⁵⁶ *Ibidem. op. cit.*, p. 60-61.

⁵⁷ ROCHE, *op. cit.*, p. 101.

ou seja, aquelas terras que não são de uso público, nacional, provincial, municipal e, ainda, as sesmarias e posses mansas e pacíficas.

Dois anos depois, aparece a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que tantas discussões tem despertado ao longo do tempo. O fato é que tal lei veio para legitimar a propriedade privada da terra no Brasil. No seu artigo nº 1º, a lei determina que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”⁵⁸. Esta lei, em seus artigos, deixou margem para interpretações diversas, o que possibilitou apropriações gigantescas e o desenvolvimento do modelo de colonização particular.

Na Província foi decretada a Lei nº 229, de dezembro de 1851, onde o presidente manda “cadastrar lotes de 100.000 braças quadradas (48 hectares) em todos os núcleos que serão estabelecidos em terras concedidas pela lei de 1848”⁵⁹. Nota-se que o presidente da província está preocupado em atrair mais imigrantes, pois, além de outras vantagens, está oferecendo terras gratuitamente, mas, mesmo assim, não obteve sucesso.

A Província, com dificuldades orçamentárias para a imigração, edita, em 1854, a Lei de nº 304, mudando a concessão gratuita de terras e estabelecendo a compra como critério da propriedade, acrescentando ainda a exploração e cultivo, no prazo de dois anos, e residir no local, conforme regulamentação de 1855⁶⁰.

Se, no início da colonização alemã, os governos imperial e provincial pecavam por falta de uma legislação fundiária, a partir da década de 1850, no governo provincial, os vários decretos estabelecidos acabavam gerando problemas administrativos.

Além disso, a intenção maior das legislações era a de promover a propriedade policultora. Neste sentido, Roche comenta que:

⁵⁸ Coletânea de Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. 1961, p. 5.

⁵⁹ ROCHE, *op. cit.*, p. 102.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 102.

Se a legislação favorece a agricultura, o Governo Provincial envia, para as colônias que fundou, o maior número possível de imigrantes e faz deles agricultores, por bem ou por mal. Em 1853, de 71 chefes de família mandados para Santa Cruz, há 25 artesãos e 46 agricultores; todos, entretanto, recebem um lote de terra e não podem viver senão do cultivo deles (...). É verdade que cada ano são mais numerosos os que desejam ficar na cidade ou para ela voltar de imediato: 5% em 1866, 20% em 1873. Mas, no conjunto, os habitantes das colônias permanecem agricultores (...) ⁶¹.

2.3.4.2 A colonização alemã na província entre 1848-1874

Nesta segunda fase da imigração alemã, o governo provincial, após 1851, sonha com a imigração espontânea, e que bastaria para isso dar certas concessões. Porém, os contratos feitos com particulares ou companhias de colonização ainda eram o meio mais eficiente. Vários foram também os contratos feitos pelo governo imperial. Mesmo assim, o Governo não conseguiu seus objetivos, visto que não entraram sequer 20.000 imigrantes alemães neste período, conforme tabela anual.

Tabela 2: Estatística geral da imigração no Rio Grande do Sul (1848-1874)

ANO	ALEMÃES	ANO	ALEMÃES	ANO	ALEMÃES
1848	136	1857	1.485	1866	197
1849	95	1858	1.382	1867	297
1850	128	1859	1.477	1868	921
1851	289	1860	649	1869	1.241
1852	597	1861	898	1870	469
1853	332	1862	789	1871	462
1854	382	1863	394	1872	1.134
1855	813	1864	298	1873	1.273
1856	467	1865	202	1874	357

Fonte: ROCHE, *op. cit.*, p. 146. A estatística se baseia em Pellanda.

Nestes anos, foram fundadas em torno de 39 colônias, na sua maioria por particulares. Os agricultores foram cultivando produtos para a subsistência, em primeiro lugar, e comercializando o excedente. Posteriormente, muitas colônias começaram a cultivar produtos para a indústria. Quanto às técnicas utilizadas, eram rudimentares, o que trouxe rapidamente o esgotamento do solo e a queda na

⁶¹ *Ibidem*, p. 103.

produção. Isso, somando-se à grande quantidade de filhos, forçou a expansão da fronteira agrícola.

Assim, fica claro, a partir de 1874, quando o governo imperial recua frente a novas levas de imigrantes, a província avança e novas áreas vão sendo colonizadas.

Para finalizar, é mister recordar que, se por um lado, muitos imigrantes realizaram o sonho na pequena propriedade, inicialmente, muitos não conseguiram, e que, apesar de forçados à pequena propriedade, na primeira oportunidade se desfixaram. Maria T. S. Petrone, tratando sobre o imigrante e a pequena propriedade afirma:

Talvez os fracassos de imigrantes nos núcleos coloniais fossem mais freqüentes que os sucessos, mas como não existem estatísticas e como a historiografia da imigração prefere relatar os sucessos e falar dos ótimos resultados obtidos nos empreendimentos coloniais, arrolando produção agrícola e industrial e os hectares de terras integrados e tornados cultiváveis, torna-se difícil a verificação neste sentido⁶².

Isto equivale dizer que a realidade do imigrante, na pequena propriedade, foi dura e cheia de obstáculos; alguns conseguiram transpor e outros não. Para o Estado, os imigrantes alemães contribuíram com a demarcação e defesa de fronteiras e com produtos de subsistência para o consumo interno e, posteriormente, para a indústria.

⁶² PETRONE, *op. cit.*, p. 71.

2.3 O imigrante italiano e a questão da terra no Rio Grande do Sul

2.3.1 A Itália e a emigração - fator de repulsão

A imigração italiana, no século XIX, insere-se no mesmo processo europeu, daquele século. Tal fenômeno ocorreu concomitantemente com as transformações do sistema capitalista que, por sua vez, provocou mudanças sociais, políticas e econômicas. Assim, é na expansão do capitalismo que vamos encontrar uma explicação para a imigração italiana, no século XIX.

Lorraine Giron desenvolve esta idéia, mostrando que, com a expansão do capitalismo, vários fatores vão contribuir no processo imigratório. Entre eles, destaca-se o crescimento demográfico que ocorre paralelamente à expansão capitalista e que vai gerar abundância de mão-de-obra na Europa⁶³.

Robert Schnerb mostra que a população europeia duplicou no período de 1750 a 1880. Assim, este crescimento populacional força a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, a imigração.

Sem dúvida alguma, o seu crescimento demográfico age sobre a Europa, como um estimulante, apressa sua evolução técnica e econômica, determina em seu seio movimentos migratórios que permitem certa adaptação da oferta à procura no mercado de trabalho, favorece no conjunto, a concentração urbana e, mais particularmente, os focos da grande indústria e do comércio ativo. Mas as trocas interiores não bastam, e bom número de europeus, quer temporária, quer definitivamente, expatria-se para melhorar a sorte⁶⁴.

Ainda, o autor fala de outros fatores de emigração no século XIX, tais como os transportes mais baratos, a incapacidade das cidades em acolher a população do êxodo rural, liberdade para ir embora (o que antes era controlado), propagandas, o

⁶³ GIRON, Lorraine S. A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: DA'CANAL, José H. (org.). **RS: Imigração e colonização**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 48 e 55.

⁶⁴ In: CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. O século XIX. O apogeu da civilização europeia. Vol. 13. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 200-201.

acolhimento e transporte (associações religiosas e companhias de navegação), certeza de encontrar terras e trabalho, perseguição religiosa e política⁶⁵.

Na Itália, a situação política, durante o século XIX, caminha de uma descentralização para a centralização. Este processo, baseado em conflitos, denota uma instabilidade política e, mesmo com a criação do Reino da Itália, em 1861, não se estabilizou. Neste sentido, o Pe. Luiz Spionchiado se refere a este problema da seguinte maneira:

As lutas pela unificação da Itália acenaram com nova ordem social e agrária. Mas as longas guerrilhas carbonário-mazzini-garibaldinas, culminaram no Reino da Casa de Savóia, que a curto prazo, pelo menos, não traria reformas na estrutura secular-medieval.

Cinquenta e mais anos de conspiração, com todos os riscos e intimidações, cansaram aqueles muitos lares de numerosa prole⁶⁶.

Por isso, a instabilidade política aparecia como um fator da emigração italiana. Soma-se a isso o fato de que, mesmo com a unificação, a Itália apresentava-se medieval, embora houvesse uma distinção entre o Norte e o Sul: aquele estava mais industrializado e baseado na pequena propriedade, este era agrário e arcaico. Loraine Giron explica esta situação socioeconômica da seguinte maneira:

Carente de minerais, como o carvão, o ferro e o petróleo, a principal concentração industrial da Itália localizava-se ao norte, sendo a indústria têxtil a mais importante. Já a indústria, dependente do capital externo, não se mostrava capaz de absorver grande quantidade de mão-de-obra disponível. Esta era ocupada, na maior parte, na agricultura. A estrutura fundiária apresentava distorções: latifúndios no sul e no centro, e a pequena propriedade ao norte. Os camponeses daquelas regiões trabalhavam pelo sistema de meias, nas terras

⁶⁵ *Ibidem*, p. 201 e 55.

⁶⁶ In: SPONCHIADO, Breno. **Imigração e 4ª colônia**. Nova Palma & Pe. Luizinho. UFSM, 1996, p. 17.

arrendadas aos proprietários, e os destas viviam esmagados pelos impostos e pelos atrasados métodos de cultivo⁶⁷.

Diante de tal situação socioeconômica, é lógico que a miséria da população aparece como um fator da emigração. Neste mesmo sentido, Pe. Busanello, após relatar situações de miséria, afirma que “Naquela região, no século passado, a vida era de fato apertada. A palavra ‘carestia’ era a mais pronunciada entre o povo”⁶⁸. Porém, a miséria ainda era também agravada por problemas climáticos, conforme Júlio Lorenzon relata:

Cada ano havia a lamentar alguma desgraça; chuvas torrenciais na primavera, tempestades ou secas intermitentes, prejudicando a colheita de cereais de primeira necessidade, que cada vez escasseavam mais, tornando a vida uma verdadeira luta⁶⁹.

É necessário, ainda, ligarmos a questão da miséria à grande concentração fundiária no centro-sul e à servidão do pequeno camponês. Ao norte, baseado na pequena propriedade, porém, de subsistência. Neste caso, como as famílias eram enormes, mesmo a fertilidade da terra não garantia a subsistência.

Por fim, outro fator que impulsionou a emigração italiana para o Brasil foi, sem dúvida, o papel dos agentes da imigração que, através de propagandas estratégicas, “pintavam a imigração como o passaporte para o céu”⁷⁰. Destacaram-se, neste papel, as Companhias de Colonização e de Navegação, os padres do interior do norte da Itália, as correspondências de imigrantes bem sucedidos e/ou “pagos” para fazer a propaganda.

Roselyz I. C. dos Santos, que fez um estudo sobre a emigração italiana, utilizando-se de periódicos de 1875 a 1899, destaca que havia posições diferentes,

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 51.

⁶⁸ BUSANELLO, Pe. Pio J. **A história de nossa gente**. Santa Maria: Pallotti, 1952, p. 6.

⁶⁹ In: SPONCHIADO, Breno. *Op. cit.*, p. 18.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 19.

na Itália, sobre a emigração. Os jornais liberais se posicionavam contra, argumentando a perda de braços e despovoamento de regiões e pressionavam o governo para tomar medidas contra o êxodo e os propagandistas. Por outro lado, alguns eram favoráveis, temendo conflitos sociais, por causa da miséria do camponês. Mesmo com toda a propaganda contra, a emigração continuava. Então, a autora conclui que os jornais, desfavoráveis à emigração, não atingiam os camponeses pobres. Estes preferiam acreditar nos agentes da imigração.

Os propagandistas da emigração tiveram um papel muito mais importante no tecido social camponês, que toda a discussão da imprensa, porque ofereciam a esperança de possuir terras e, portanto, fugir da miséria, da pelagra e de tudo que os afligia⁷¹.

Estes e outros fatores contribuíram para a emigração italiana. É necessário, agora, olharmos a questão do horizonte do país receptor.

2.3.2 O Brasil e a imigração

O império brasileiro passava por um problema crucial, a partir da metade do século XIX, que era o da mão-de-obra, por causa do processo abolicionista. O problema era sentido, principalmente, pelos cafeicultores, que se apoiavam na mão-de-obra escrava. Com a suspensão do tráfico negreiro, isto poderia ser solucionado com a utilização de mão-de-obra de nacionais. Porém, a ideologia da classe dominante, racista, não via tal mão-de-obra como alternativa, pois considerava inferior aos europeus. Como os Estados Alemães haviam suspenso a emigração, optou-se pela imigração italiana, principalmente das regiões de Trentino, Lombardia e Vêneto⁷². Isso se deve, em parte, pelas relações diplomáticas amistosas, entre o império brasileiro e o Reino da Itália, a partir de 1861. No dizer de Amado Luiz Cervo, a iniciativa inicial era do governo brasileiro, que intencionava suprir o

⁷¹ SANTOS, Roselyz I. C. A imigração italiana através de periódicos (1875-1899). In: DE BONI, Luis A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Vol. II, FST, 1 ed. Porto Alegre: 1990, p. 62.

⁷² Sobre a relação entre imigração, mão-de-obra e “branqueamento da raça” ver FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972.

problema da mão-de-obra e encontrar mercado para o café. Então, as relações diplomáticas se davam “sob o impulso sucessivo ou simultâneo de fatores tais como o elemento demográfico, o comercial, o econômico, o cultural e o afetivo”⁷³.

Por outro lado, o império brasileiro, visando à imigração e colonização, passa a adotar uma política de atração de imigrantes. Com a Lei de Terras de 1850, passa a conceber as terras como uma mercadoria que poderia ser vendida e comprada por aqueles que tivessem condições para tal. Por Decreto de 1854, o Estado estipula formas de demarcação das colônias. Novo decreto de 1867 dá competência às províncias para fundar colônias, bem como amparar os imigrantes na questão material e burocrática. Tal legislação colaborou com um fluxo contínuo de imigrantes⁷⁴.

Levando em conta tais fatores, nota-se que a partir de 1870, a imigração italiana foi intensificada, conforme comparação de tabelas a seguir:

Entrada de Imigrantes Italianos no Brasil

1820 – 1869	⇒ 5.125
1870 – 1909	⇒ 1.215.726

Fonte: PEREIRA, M. M. In: DE BONI, *op. cit.*, p. 24

Este incremento notório de imigrantes, neste segundo período, além da conjuntura favorável no Brasil e Itália, foi influenciado pela conjuntura internacional, principalmente dos Estados Unidos, que passam a restringir a imigração e, bem como a criação de companhias de colonização que aparecem como parceiras do império e que lucravam muito com a imigração. Por outro lado, a colonização de terras devolutas, através da pequena propriedade, com o intuito de criar uma classe intermediária entre o grande latifundiário e os escravos, era um sonho antigo.

⁷³ In: DE BONI, *op. cit.*, p. 21.

⁷⁴ Cfe. Coletânea: Legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado, 1961.

2.3.3 A imigração italiana e o Rio Grande do Sul

2.3.3.1 O contexto da província e a imigração

A Província do Rio Grande do Sul foi lentamente ocupada até o século XIX. Os lagunistas, no século XVIII, são considerados primeiros povoadores não nativos do Rio Grande do Sul e se ocuparam da criação extensiva de gado. Posteriormente, o Governo imperial tentava colonizar a província com emigrantes açorianos. Esta última visava incrementar a produção agrícola, a qual correspondeu, em parte, num primeiro momento. Porém, no início do século XIX, está em crise e não atende ao mercado interno provincial. No entanto, no dizer de Roche, “embora sua população houvesse sextuplicado entre 1780 e 1822, o Rio Grande do Sul parecia quase despovoado: possuía apenas cem mil habitantes. Mas, sobretudo, a distribuição geográfica da população era significativa”⁷⁵. O fato estava relacionado com a estância que, por ser tal, contribuía com a baixa densidade demográfica.

Diante desta situação, o governo imperial resolveu atrair imigrantes alemães, para incrementar a colonização da província. Em 1824, chegam os primeiros colonos e são instalados na colônia de São Leopoldo. Posteriormente, são criadas novas colônias, com períodos de continuidade e/ou de paralisação, conforme a situação interna da Província. Porém, o governo alemão passa a dificultar a emigração na década de 1860. A partir daí houve o declínio da imigração alemã, mas, por outro lado, a abertura de novas fronteiras continuou seu curso.

No início de 1870, o governo imperial cedeu ao provincial terras devolutas para continuar a colonização. Frente às dificuldades com a Alemanha, as tratativas se dão agora com o Reino Italiano, conforme vimos anteriormente.

A nova região colonial seria as 32 léguas cedidas pelo governo imperial para fins da colonização italiana. É a zona da mata, que ainda estava por ser colonizada.

⁷⁵ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Vol. 1. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 39.

Aos italianos caberia a zona das matas, que havia sido deixada de lado pelos portugueses, mais interessados na criação de gado. Esta região estava situada estrategicamente entre a região dos Campos de Cima da Serra, onde habitavam os descendentes de portugueses ocupados na pecuária, a Depressão Central, onde se localizavam os alemães, e a zona da Campanha. A colocação das colônias serviria para isolar não só os imigrantes, mas especialmente, os gaúchos da Campanha e os da Serra, o que dificultaria uma ação conjunta dos mesmos⁷⁶.

Assim, em maio de 1870, são criadas as colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu, onde hoje se encontram os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente. Em 1875, a Colônia Caxias começa a ser povoada. Posteriormente, são criadas as colônias de Alfredo Chaves, Silveira Martins, Mariana Pimentel, Barão do Triunfo, Vila Nova, Antônio Prado e, em 1889, a Colônia Guarani.

2.3.3.2 O imigrante italiano e a pequena propriedade no RS

A Lei de Terras, de 1850, determinava a criação da propriedade, conforme vimos anteriormente. O Decreto, de 30 de janeiro de 1854, determinava a demarcação das Colônias, em léguas, travessões e lotes. As colônias foram demarcadas obedecendo a tais medidas.

A divisão das terras, em todas as colônias, obedeceu ao sistema de glebas contínuas denominadas léguas. Cada légua era formada por um quadrilátero de 5.500 metros de lado. As léguas eram divididas no sentido longitudinal por estradas denominadas de travessões, em algumas léguas eram demarcados dois ou três travessões, no sentido vertical. A partir do travessão, eram demarcados os lotes, em ambos os lados daquele. O número de lotes por travessão não era fixo, em média, havia 32 lotes por travessão. O número médio de lotes por légua era de 132⁷⁷.

⁷⁶ GIRON, *op. cit.*, p. 60.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 62.

Os imigrantes, no momento que iam chegando, são encarregados de abrir as picadas e o desmatamento. Aos poucos, os lotes eram distribuídos e seus tamanhos não eram iguais, pois variavam de 50 a 100 ha e isso, segundo Giron, está relacionado com a capacidade aquisitiva dos colonos⁷⁸. Os colonos recebiam um título provisório quando pagavam 20% da dívida e o título de propriedade só quando saldavam toda a dívida.

O imigrante, recebendo seu lote de terra, começava a cultivá-la. A agricultura de subsistência predominou pelo menos até 1910, quando os colonos italianos começaram a se especializar em vitivinicultura. Porém, desde a chegada, o imigrante italiano foi também desenvolvendo o artesanato, com produtos próprios da agricultura ou com matéria-prima que vinha de fora.

Nas colônias italianas, os produtos de subsistência, como a batata inglesa, feijão preto, milho e mandioca eram cultivados, juntamente com o trigo, centeio, aveia, arroz, uva, etc. O colono produzia para a subsistência e vendia o excedente, o que, por sua vez, era explorado pelo comerciante que, “neste processo, (...) controlava a produção do agricultor, fixava os preços, monopolizava o crédito”⁷⁹.

Por outro lado, se há uma unanimidade entre os historiadores quanto ao incremento da agricultura e aumento da produção com a imigração italiana no RS, e isso fez com que melhorasse a vida do colono, por outro, utilizando técnicas rudimentares, como, aliás, fazia na Itália em sua pequena propriedade, aos poucos a vida do imigrante e seus descendentes se torna difícil. Telmo Moure refere-se ao esfacelamento do minifúndio, e isso está relacionado à enorme prole. Também acontece o esgotamento do solo pela utilização de técnicas rudimentares como as queimadas, a não rotação de culturas e a não utilização de adubo como o esterco. O autor mostra que houve uma redução em hectares nos lotes de terra, ou seja:

Na área de imigração italiana, os primeiros colonos compraram lotes que variavam entre 10 a 70 hectares, com 25 hectares em média. A partir da segunda metade deste século, a exemplo da

⁷⁸ *Ibidem*, p. 63.

⁷⁹ MOURE, Telmo. In: DACANAL, *op. cit.*, p. 97.

área de colonização alemã, a proliferação de unidades minifundiárias registra 15 hectares em média⁸⁰.

Diante desta situação, o sustento do colono se torna difícil e, então, acontece o enxameamento, a emigração ou o êxodo rural, rumo às cidades.

Se a historiografia ufanista da imigração italiana defende que tal empreendimento foi exitoso, apesar do abandono e dificuldades que o imigrante enfrentou, não podemos esquecer os privilégios que a eles foram concedidos. E sempre é bom lembrar que o sistema de pequena propriedade era um sonho do império para contrabalançar a grande propriedade. Porém, não foram os nacionais os beneficiários daquela⁸¹, mas os imigrantes que, em sua pátria mãe, às vezes, não tinham a sua terra, ou se possuísem, não conseguiam se manter nela.

Dacanal destaca um outro privilégio a que os imigrantes foram beneficiários, que seria o apoio e proteção da igreja. De fato, a historiografia sobre emigração italiana mostra párocos propagandistas, nas províncias do norte da Itália e que, muitos deles, emigraram junto com os colonos⁸². Ideologicamente, a “buona gente”, contando com a proteção da igreja católica, passa a discriminar e combater os “nacionais”.

Por outro lado, apesar das dificuldades e privilégios, o objetivo dos imigrantes se concretizava: o de ter uma propriedade. Segundo Petrone, “ser dono de um pedaço de terra para trabalhar nela e tirar dela o seu sustento e da família era o ideal máximo do imigrante, era o núcleo de seu pensamento e de sua ação”⁸³.

A mesma autora, falando dos resultados da colonização, baseada na pequena propriedade, destaca que tal fenômeno mostrou a viabilidade desta e que sua sobrevivência dependia da policultura. Esta, por sua vez, desenvolveu laços

⁸⁰ *Ibidem*, p. 111.

⁸¹ É necessário acentuar que, para além da questão racial, o caboclo também estava atrelado ao poder local e na própria dependência do sistema latifundiário.

⁸² *Op. cit.*, p. 275 e ss.

⁸³ PETRONE, Maria T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 58.

comerciais internos, bem como contribuiu com a urbanização e industrialização. Por outro lado, ela nos diz que:

III ASPECTOS DA HISTÓRIA POLÍTICO-ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DO RIO GRANDE DO SUL - 1889-1970

3.1 O Rio Grande do Sul na república velha

A economia rio-grandense formou-se com base na atividade agropecuária. A partir da República Velha, graças também às atividades dos imigrantes, o Rio Grande do Sul passou a ser considerado o "celeiro do país". Tal denominação adveio da produção de gêneros alimentícios, era uma atividade subsidiária, visto que o café aparecia como produto principal, vendido para o mercado externo.

Na íntima relação entre o poder econômico e político, a classe dominante da campanha detinha os cargos políticos, tanto na assembléia como nas câmaras municipais, porém não tinha poder de barganha junto ao poder central⁸⁴. Durante o império, basicamente foi o partido liberal que controlou o poder na província, mas, no final do século XIX, este já não tinha mobilidade para atender às transformações por que passava o Brasil e a economia da campanha apresentava-se estagnada. Novos atores, dissidentes dos partidos liberal e conservador fundaram o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), tendo como orientação a teoria positivista.

Assim estruturado, o grupo político emergente se dispôs a realizar, em seu programa, a modernização econômica, social e política exigida. Agrupando parte da classe pecuarista dominante, setores médios urbanos e parte do colonato, o PRR oferecia uma alternativa de adequação de estrutura política às necessidades da estrutura econômico-social⁸⁵.

⁸⁴ DACANAL & GONZAGA (org.), *op. cit.* p.204.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 205.

O Partido Republicano Rio-grandense foi composto pela ala jovem dos representantes do latifúndio pecuarista, por setores da classe média urbana e, unido ao exército, procuraram formar sua base social com os descontentes e excluídos do regime monárquico. O partido apoiou-se na ideologia positivista para implantar o capitalismo, isto é, "desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas"⁸⁶.

É mister salientarmos que o positivismo no Brasil do século XIX esteve presente num contexto diferenciado da Europa. Nesta, o capitalismo estava em pleno desenvolvimento, enquanto que, no Brasil, estava dando seus primeiros passos. Porém, serviu de fundamento para a dominação de novos setores da sociedade, principalmente das elites agrária e militar. No Rio Grande do Sul, são os líderes da oligarquia agrária e da classe emergente urbana, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, João o Neves da Fontoura, etc., os adeptos do positivismo⁸⁷.

Com a instalação da República Brasileira, os positivistas rio-grandenses, ao mesmo tempo protegidos e cooptados pelo poder central, irão ocupar os espaços na administração pública. Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano era cotado para o governo provisório. No entanto, ele e uma comissão entregaram a participação no governo ao Marechal Visconde de Pelotas, que era amigo de Deodoro da Fonseca e, assim, estaria estabelecida a relação com o poder central. No Rio Grande do Sul, tal ato foi apoiado pelo exército e pela Câmara Municipal de Porto Alegre⁸⁸.

O Governo Provisório nomeou Castilhos para Secretário do Governo Estadual. Ele, por sua vez, vai montar a máquina administrativa, seguindo a prática dos partidos liberal e conservador do período imperial, isto é, o partido detém os cargos e são entregues aos partidários cujo partido está no poder. Sendo assim, o secretário vai demitir todos os funcionários da oposição e colocar outros, exigindo

⁸⁶ PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Série Revisão 1. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, p.67.

⁸⁷ Cfe. DACANAL & GONZAGA, *op. cit.* p.209.

⁸⁸ Cfe. FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993, p.127.

fidelidade partidária. Tal façanha não era pacífica, pois encontrava oposição dos liberais e conservadores e, como exemplo, aparece os artigos de Carlos Von Koseritz.

Examinando-se esta longa polêmica pode-se ver a dicotomia política existente no Estado, sem que ninguém ficasse em cima do muro: ou era a favor ou contra. Os adversários eram bandidos, corruptos e imorais, numa visão política maniqueísta que separava os bons dos maus⁸⁹.

A Constituição Estadual de 14/07/1891, fruto das idéias de Castilhos, dava ao executivo poderes quase absolutos, pois à assembléia cabia apenas aprovar o orçamento. Sob a orientação positivista, os administradores gaúchos, durante a República Velha, deveriam se orientar por certos princípios, como, por exemplo, a evolução social e o bem público. Caberia aos administradores possibilitar a evolução da sociedade rumo a uma estruturação racional.

Segundo esses princípios, os indivíduos deviam ser moralizados através da tutela do Estado. O elemento considerado de primeira ordem para atender os interesses populares era que houvesse uma reorganização da sociedade, que levasse em conta a dimensão espiritual das necessidades humanas, o que dependia das alterações das opiniões e dos costumes. Cabia ao governo incentivar a educação para que os indivíduos se esclarecessem dos fundamentos da estruturação racional da sociedade e se submetessem aos preceitos 'científicos' que os dirigentes apregoavam (...)⁹⁰.

O Rio Grande do Sul foi governado de 1889 a 1927, direta ou indiretamente, por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. O continuísmo político se dava através de fraudes nas eleições e, somado a isso, coações e controle dos coronéis do interior que, como chefes políticos, contribuía com o voto a cabresto⁹¹.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 128.

⁹⁰ WEBER, B. Teixeira. Rio Grande do Sul na velha república. In: QUEVEDO, Júlio (org.). **Rio Grande do Sul** - 4 séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. p.302.

⁹¹ Ver Loiva Otero Félix. **Borgismo, coronelismo e cooptação política**.

A oposição ao sistema político-administrativo, no Rio Grande do Sul, se fez sentir nas crises políticas de 1893 e 1923. A primeira - Revolução Federalista - mostrara o descontentamento contra Júlio de Castilhos e, a segunda - a Revolução de 1923 - contra Borges de Medeiros. No entanto, o Estado positivista continuou até 1930.

Na questão agrária, nota-se a participação de Júlio de Castilhos, em 28 de janeiro de 1890, quando da discussão sobre as terras devolutas da União. Ele reivindicava, em emenda, que caberia aos Estados as minas e terras devolutas existentes em seus territórios. A emenda foi aprovada conforme sua proposição e ficou redigida da seguinte forma, no artigo 64, da Constituição Federal de 1891:

Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais⁹².

Quanto à questão de ocupação de terras devolutas, de 1897 a 1911, o Governo Federal não implantou uma política de ocupação, deixando-a para os governos estaduais. No entanto, os estados não tiveram condições de efetivar novos núcleos coloniais, com exceção do Rio Grande do Sul⁹³.

Já a questão legal, no artigo 83, da Constituição Federal, estabelecia que os estados seguiriam as suas leis e a constituição. Com relação à legislação de terras, seguia-se, em linhas gerais, a lei de 1850 e a regulamentação de 1854.

Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul ficou estabelecido que a competência em legislar sobre as terras públicas era do executivo e não do legislativo, como na maioria dos outros estados. "No Rio Grande do Sul, a questão

⁹² SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p.242.

⁹³ *Ibidem*, p.249.

da terra era atribuição do presidente do estado, que deveria 'organizar e dirigir o serviço relativo às terras do Estado' (...)"⁹⁴.

Seguindo a legislação de terras de 1850, Borges de Medeiros, indicado por Castilhos em 25 de janeiro de 1898 e reeleito em 24 de janeiro de 1908, "decretou o imposto territorial e regularizou a colonização estadual terminando com a distribuição de terras"⁹⁵. Por outro lado, a ausência da União na colonização de terras devolutas e uma legislação "favorável ao apossamento", possibilitaram o apossamento de grandes extensões por parte de particulares. A legislação respaldava as posses pois "no Rio Grande do Sul, já na constituição promulgada a 14 de julho de 1891, estava estabelecido que seriam respeitadas as posses efetuadas até 15 de novembro de 1889"⁹⁶.

Desta brecha na legislação, Silva relaciona conflitos entre o mandonismo (coronelismo) e camponeses pobres e índios. Os camponeses pobres eram expulsos de suas posses pois não tinham condições de resistir ao poder dos coronéis.

Quanto aos índios, se o desrespeito aos seus territórios remonta ao período colonial, é com o desenvolvimento da agricultura comercial que eles foram expropriados e violentados cada vez mais pela cobiça de brancos. Assim, "os índios foram sendo expulsos de seus territórios e se embrenhando cada vez mais nas matas, fugindo da fúria do progresso e do seu agente condutor, o bugreiro"⁹⁷.

Porém, não só os coronéis mas também pequenos colonos e, principalmente, as autoridades estaduais foram culpados, pois vendiam lotes de terras em território indígena.

⁹⁴ *Ibidem*, p.250.

⁹⁵ FLORES, Moacyr. *op. cit.* p.149.

⁹⁶ SILVA, *op. cit.*, p.256.

⁹⁷ *Ibidem*, p.262.

3.2 O Rio Grande do Sul dos anos 30 a 70

A República Velha Rio-grandense esvaiu-se com o último governador, Getúlio Vargas. Este governou de forma menos ortodoxa em relação aos positivistas anteriores, a ponto de ser chamado de "conciliador". Foi lançado candidato à presidência em 1929 pela Aliança Liberal, porém Washington Luís fora eleito. Com a crise do café e a perseguição aos que apoiaram Vargas no pleito, Washington foi deposto por uma junta militar a qual entregou o poder a Getúlio⁹⁸.

O Governo Provisório de Vargas ficou marcado pela intervenção direta nos estados, através da nomeação de interventores. O general José Antônio Flores da Cunha foi nomeado interventor do Rio Grande do Sul. Depois foi eleito para o período de 34 a 39, mas renunciou em 1937. Com o Golpe de 37, segue-se a nomeação de interventores para o governo do Rio Grande, que só vai acabar com a abertura democrática em 1945 e deposição de Vargas.

No período posterior, sucederam-se no governo do estado Walter Jobim, Ernesto Dornelles, Ildo Meneghetti, Leonel de Moura Brizola e novamente Meneghetti. Esta sucessão terminou com o golpe militar de 1964.

Quanto à questão econômica, no período de 30 a 70, vai acontecer a integração da economia nacional, via industrialização. Tal processo de industrialização era baseado na substituição de importações. No Rio Grande do Sul, o período de 30 a 45 é considerado otimista pelas autoridades administrativas. Já o de 45 a 50 denota exigências de mudanças nos níveis de produção e um estado de crise no início dos anos sessenta.

Por outro lado, a economia da zona rural, de 30 a 45, vai sofrer um processo de integração.

⁹⁸ FLORES, Moacyr. *op. cit.* p.158 e ss. Na abordagem dos aspectos políticos do período em estudo, estaremos nos baseando neste autor.

A zona rural da pecuária e seus produtos históricos, o comércio, as cidades e as charqueadas e os frigoríficos; a zona rural marcada pela pequena produção agropecuária e seus produtos históricos, seu comércio, cidades, artesanatos e manufaturas, e a zona rural marcada pelas explorações relativamente grandes de arroz, trigo e gado e seus produtos históricos, fusionam-se por inteiro nesses anos, compondo a estrutura produtiva e de intermediação denominada de mercado sul rio-grandense⁹⁹.

Esta estrutura produtiva rio-grandense fica mais clara levando em conta os indicadores populacionais e sua distribuição. Em 1940 e 1950, 68% da população economicamente ativa estava sediada na agropecuária, enquanto que o restante estava lotado na indústria e serviços. Ainda, em 1947, a população rural representava em torno de 70% da população total¹⁰⁰.

Se levado em conta a contribuição que esta estrutura agrária gaúcha traria para a expansão industrial do Estado, a resposta é negativa, visto que era uma agricultura baseada em técnicas primitivas e que, além da baixa produtividade, tal agricultura aparecia auto-suficiente em termos de produção, de seus instrumentos de trabalho e de transporte, mesmo que rudimentares.

A organização agrária gaúcha, até por volta de 1950, pouco representava para a expansão industrial, em termos de mercado, precisamente, em virtude dela basear-se em técnicas primitivas de produção, de haver criado um rosário de fabriquetas, que produziam seus principais instrumentos de trabalho e de transporte, e de responsabilizar-se pela reprodução de sua mão-de-obra e seus familiares¹⁰¹.

Havia, nesta fase da história gaúcha, uma preocupação em fazer com que o Rio Grande do Sul participasse mais do processo de desenvolvimento da nação. Para tanto, o modelo a ser adotado era o de fomentar o mercado interno e, para

⁹⁹ MÜLLER, Geraldo. *A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60*. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius, *op. cit.* p.363.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.365.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.365.

isso, o trabalho social deveria ser reorganizado, visto que problemas como o êxodo, a concentração da população rural, a exigência de novos empregos apontavam para a busca de alternativas.

Mostrando os inibidores internos da economia gaúcha, Jobim, Governador do Rio Grande do Sul, na sua mensagem, em 1948, afirmou:

(...) Nas antigas regiões de colonização, são em número crescente as levas de retirantes que buscam novas terras. Tudo isso é, em grande parte, conseqüência do empirismo predominante nas atividades e na ausência de requisitos essenciais para o desenvolvimento industrial, que exige energia, estradas, educação profissional e elevado nível das populações, vale dizer, fomento do mercado interno¹⁰².

A preocupação com a migração no período de 40 a 50 sempre aparece ligada com a questão do desenvolvimento econômico. Os dados mostram o crescente processo migratório a partir de 1940, mas vai se acentuar na década de 50, com um saldo de 162 mil e na década de 60 com 340 mil¹⁰³. É a fuga de braços para outros estados.

No entanto, a crise do modelo econômico gaúcho, na década de 60, traz à tona a discussão sobre o tipo de industrialização capaz de solucionar o impasse da economia. Quanto a esta questão, duas propostas estavam sendo discutidas: primeiro, que a industrialização deveria contemplar as matérias-primas existentes aqui e, a segunda, a indústria deveria produzir "bens de capital e insumos industriais". Em 1961, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, vai se posicionar em prol da primeira alternativa, conforme segue:

¹⁰² *Ibidem*, p.373.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 377.

Pregamos, ainda, uma atuação especial para o problema da industrialização de todas as nossas matérias-primas, cabendo ao Estado fomentar, auxiliar, oferecer créditos destinados a esse fim. Quando tivermos uma agricultura sem aventureirismo, uma indústria que seja a etapa de transformação das nossas matérias primas e uma população com capacidade aquisitiva crescente, poderemos estar certos de que crises profundas não se abaterão sobre nós¹⁰⁴.

Os Governadores Leonel de Moura Brizola e Ildo Meneghetti compartilhavam desta alternativa, defendendo ainda que o Estado deveria ter uma feição de empreendedor, haja vista a descapitalização da iniciativa privada. A economia gaúcha permaneceu subsidiária em relação ao eixo econômico Rio/São Paulo, conforme esquema apresentado por Carrion Jr.

Tabela 3 - Síntese esquemática da evolução da economia do RGS em relação ao Brasil

Período	1550	1600	1650	1700	1750	1800	1850	1900	1930
Região	1600	1650	1700	1755	1800	1850	1900	1930	1980
Economia Brasileira	Açúcar	Açúcar	Açúcar	Açúcar Mineração	Açúcar Mineração	Açúcar Café	Borracha Açúcar Café	Indústria Café	Indústria
Economia do RGS	-	Subsistê ncia	Couros subsistên cia	Pecuária	Pecuária	Charque Pecuária Lavoura	Charque Pecuária Lavoura	Lavoura Pecuária Indústria	Lavoura Indústria Pecuária

Fonte: CARRION Jr., Francisco M. **Origens e perspectivas da crise econômica no RGS.** Porto Alegre: DAECA, 1986. P.17.

Se a economia gaúcha teve a sua trajetória voltada para o abastecimento central do país, através da produção do setor primário, a partir de meados dos anos 60, a produção primária vai ser exportada para o mercado externo. Desta forma, a lavoura empresarial, baseada na produção de soja, arroz e trigo, vai se sobrepôr a partir da década de 70 sobre a agropecuária colonial e a pecuária tradicional, trazendo, inclusive, conseqüências para as últimas. Neste sentido, Carrion Jr. se refere:

¹⁰⁴ Boletim Informação Mensal (12), 1961. Comissão de Desenvolvimento da Assembléia Legislativa do RGS. *Apud* Geraldo Müller, *op. cit.*, p.394.

Assim, o avanço rápido da lavoura empresarial da soja, agora através do binômio soja-trigo, estimulada por uma ampla gama de incentivos (preços elevados no mercado internacional, grande eficácia do sistema cooperativo na política de comercialização e difusão de técnicas, estímulos fiscais e política de financiamentos públicos, vantagens às indústrias ligadas ao setor, e a alta elasticidade da demanda internacional do produto (...), determina o fim do equilíbrio anteriormente existente nos demais setores. Deste modo, várias formas de transição aparecem, seja pelo arrendamento de áreas anteriormente vinculadas à pecuária, seja pela invasão das áreas da agropecuária colonial, ora pela introdução do cultivo da soja em detrimento de outros produtos, ora pela própria expulsão dos seus antigos proprietários¹⁰⁵.

Se a produção primária, baseada na monocultura da soja, tomou conta da grande e da pequena propriedade a partir do final da década de 60, teve seu auge no início dos anos 70 e mostrou sua limitação no final da década de 70, jogando a pequena propriedade numa crise sem precedentes.

¹⁰⁵ CARRION Jr., Francisco M. **A economia do Rio Grande do Sul**: evolução recente. In: DACANAL, José H & GONZAGA, Sergius. *op. cit.*, p.416-17.

IV - A QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉDIO ALTO URUGUAI - DO APOSSAMENTO AOS ANOS 70

4.1 O processo de demarcação das terras

O município de Palmeira das Missões se emancipou de Cruz Alta em 1874. Era constituído por uma área de 15.600 km² e formava parte da região do Alto Uruguai. Aos poucos, foram surgindo uma série de novos municípios que, conforme a colonização da região ia se alastrando, reivindicavam a emancipação (ver mapa).

Ao Norte da região de Palmeira, encontra-se o Médio Alto Uruguai que, na atualidade, é composta por trinta (30) municípios (ver mapa atual). Esta região foi a última do Estado a sofrer o processo de colonização. Em 1879, o alemão Beschoren fez uma viagem de pesquisa, pela selva do Rio Uruguai, partindo da Fortaleza (atual Seberi) rumo ao rio. Segundo sua descrição, tudo era sertão e desconhecido.

São esplendidas matas, as que estou vaqueando, distante três léguas dos próximos moradores, à beira do campo. A extensa área é quase sem caminhos e atalhos. Quando muito encontram-se antigos caminhos, pouco usados, trilhados pelos índios, para chegarem aos lugares de caça e pesca. Os índios observam rigorosamente uma marcha dentro da floresta, um atrás do outro, motivo que estes atalhos são bem estreitos, mas como atalhos silvestres são bem marcados¹⁰⁶.

¹⁰⁶ BESCHOREN, Maximiliano. 1989. *op. cit.* p. 103.

O próprio Beschoren se impressionou com a região e recomendava a sua exploração e colonização. Porém, a colonização sistemática só vai acontecer a partir do início do século XX. Quanto ao itinerário da colonização, destacam-se alguns caminhos mais expressivos, os quais passamos a delinear, sem levarmos em conta a linearidade dos períodos em que foram acontecendo.

a) Fortaleza

O Distrito de Fortaleza surgiu da antiga Colônia Guarita. Foi criado em fevereiro de 1918. Esta área inseria-se entre os rios Uruguai, Várzea, Braga, Fortaleza e Guarita. Inicialmente, o distrito foi dividido em oito seções pela então Inspetoria de Terras de Palmeira.

Em sua origem, destaca o Mons. Vitor Battistella, a área foi ocupada por luso-paulistas, entre os quais destaca o nome dos Galvão, Pôncio, Pires de Lima, Moura, Felício, João Rodrigues da Silva, Domingos Padilha de Camargo, Venâncio Pires de Lima e Antônio Conceição da Cunha. Esses posseiros se adonaram de vastas extensões de campo e só mais tarde requereram os títulos de posse. Em 1918, com a abertura da picada, para construir a estrada rumo às Águas do Mel, chamava-se “Boca da Picada”, depois passou a ser chamada de Fortaleza e, por fim, Seberi.

O itinerário, a partir de Fortaleza, se constituiu num dos caminhos mais importantes do Médio Alto Uruguai, visto que a partir dele foi possível a colonização de diversas áreas pertencentes a vários municípios da Região. Porém, este itinerário só foi possível graças à descoberta das “Águas do Mel” ou as águas minerais do atual município de Iraí. A descoberta, segundo hipótese mais aceita, se deu por caçadores de Palmeira em 1912 que, atraídos pela abundante caça, partiram da barra do Rio da Várzea com o Uruguai e, subindo por este, chegaram na barra do Rio do Mel e, então, descobriram as famosas “águas medicinais”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ ROCHE, Jean. 1969. *op. cit.* p. 376. Na época da descoberta das “Águas do Mel”, havia na barra do Rio da Várzea com o Uruguai o Sítio dos Galvão, família que residia nos fundos da Fortaleza e, posteriormente, se instalou na barra. Presumivelmente, os caçadores obtiveram informações de abundante caça na área do atual balneário de Iraí.

De Fortaleza, três picadas principais foram abertas, a partir de 1893, rumo às Águas do Mel. A primeira partia dos fundos de Fortaleza, passando pelo sítio dos Galvão, subia o Uruguai até as Águas do Mel; a segunda, dos fundos de Fortaleza, pelo sítio dos Galvão, subia o Rio da Várzea até a altura da atual localidade de São João do Porto e seguia por picada até as águas minerais; a terceira partia também de Fortaleza, passando por Barril, Vilinha, Rio Chiquinha, até o atual São João do Porto e seguia pela mesma picada da anterior. Estas picadas foram importantes pois, além de contribuir para o conhecimento da região, foram as vias pelas quais os migrantes iriam percorrer à procura de novas terras para se instalar, além de servir para o deslocamento, rumo ao comércio.

b) Palmeira – Irai – Vicente Dutra

As revoluções de 1893 e 1923, no Rio Grande do Sul, contribuíram para a descoberta e exploração de novas áreas no Médio Alto Uruguai. Elas foram, na realidade, disputadas entre as duas facções da elite dominante, durante a República Velha Rio-grandense. Os “coronéis” eram estancieiros de posição no Partido Republicano Rio-grandense - PRR e se encarregavam da ordem no interior, sendo homens de confiança do Estado. Com os dois movimentos revolucionários, muitos dos partidários do movimento de oposição, habitantes de Palmeira e arredores, fugiam para o norte que, sendo um espaço quase inabitado, intransitável e com densas matas, encontravam segurança.

Foi assim que João do Prado descobre, em 1912, as águas minerais de Vicente Dutra¹⁰⁸. Porém, é possível que caçadores ou políticos foragidos por lá já haviam passado, conforme aponta Monsenhor Vitor Battistella, quando se refere à presença de André Maldaner, como sendo o primeiro a estar no atual território de Vicente Dutra, em 1912.

Na área de Porto Feliz, Santa Catarina, era então conhecido André Maldaner, exilado político argentino. Homem bastante instruído, era uma espécie de líder e mentor dos raros sertanejos de então. Explorava o comércio de madeiras e tinha

¹⁰⁸ Vicente Dutra era chamado, inicialmente, de Colônia Prado.

granja de cana-de-açúcar na Barra do Lageado Iracema, nome herdado de uma das filhas. (...) Anos mais tarde, Maldaner passou para o lado do Rio Grande, vindo morar na Barra do Lageado Prado¹⁰⁹.

Porém, em 1912, João do Prado, revolucionário, maragato, pressionado pela justiça, saiu de Palmeira das Missões, passou por Iraí e, descendo o Rio Uruguai, chegou no lugar onde hoje se chama Boa Esperança, encontrando nas margens do rio, abundante caça e pesca. Entrando na mata por trilhas feitas por André Maldaner, deparou-se com uma clareira, que atraía animais, principalmente aves que ali se reuniam atraídas pelas águas. Percebeu também que o barro tinha cheiro forte e cor escura, o que lhe despertou a suspeita das propriedades curativas da fonte.

Segundo alguns depoimentos, em 1916, João do Prado mandou fazer exame de amostras de água e barro em Porto Alegre, tendo a confirmação das propriedades terapêuticas das águas minerais. Posteriormente, com sua família, se instalou nas dependências do Prado.

Após a confirmação do valor medicinal das águas minerais, em 1916, começou a chegar no Prado os primeiros moradores, interessados em explorar as fontes termais, bem como a agricultura e as madeiras.

Na fase inicial, a ocupação do Prado deu-se de forma desorganizada, visto que a demarcação das terras só vai acontecer mais tarde, como vamos notar pela documentação na Inspetoria de Terras Públicas de Frederico Westphalen – RS. Aliás, esta foi a regra na Região do Médio Alto Uruguai, onde os pioneiros primeiro ocupavam e depois requeriam a demarcação.

c) Nonoai – Planalto - Alpestre

Já nos referimos à região do atual município de Nonoai. Constatase, também, um itinerário ligando esta área com a de Planalto, Alpestre e Iraí.

¹⁰⁹ BATTISTELLA, Mons. Vitor. **Painéis do passado**. 1996. *op. cit.* p. 17.

A idéia de que deveria haver uma “igreja dos jesuítas” atraiu, primeiramente, aventureiros de Nonoai à procura de tesouro. Provavelmente, foram eles que abriram a picada, ligando um local ao outro. Posteriormente, ainda no início do século XX, alguns habitantes de Nonoai começaram a percorrer este trajeto e fazer pequenas roças sem, no entanto, estabelecer residência.

Em 1911, conforme nos mencionaram alguns entrevistados, os irmãos Bernardo e Severo Tavares de Miranda, se estabeleceram na então localidade de Pinhalzinho. Eram provenientes de Nonoai e, chegando lá, começaram a cultivar pequenas roças, criar algum gado e suínos. Aos poucos, foram chegando outros colonos e, através da abertura de picadas, vão ligando Planalto a Alpestre, de onde já existia uma picada que ligava Alpestre com Irai. Até a demarcação das terras do atual município de Planalto e Alpestre, vários posseiros foram se estabelecendo próximos das picadas, fixando residência. Porém, a colonização vai se acelerar com a abertura de estradas e a demarcação das terras.

A demarcação das terras do Médio Alto Uruguai ficou, inicialmente, a cargo da Inspetoria de Terras do Norte, sediada em Palmeira. Devido a fatores tais como a grande extensão de terras a demarcar por esta Inspetoria, dificuldades em penetrar as matas e o pequeno contingente humano para serviços, o processo de demarcação, na fase inicial, até 1939, foi muito lento. Somase a isso os vários trabalhos desenvolvidos pela Inspetoria como demarcação de lotes, abertura de estradas, formação de povoados, arrecadação da dívida colonial, entre outros.;

Se levarmos em conta a extensão do município de Palmeira, em 1941, tínhamos o seguinte:

Tabela 4: Extensão do município de Palmeira das Missões

EXTENSÃO	KM²
área total	9.700 km ²
campo	3.500 km ²
capoeiras	1.200 km ²
mato	500 km ²

Fonte: Inspetoria de Terras e Colonização de Frederico – Correspondência recebida em 1941.

A extensão de mato e capoeiras refere-se, basicamente, à região do Médio Alto Uruguai, que estava praticamente por ser demarcada. O Distrito de Fortaleza aparece como o pioneiro das demarcações.

Os dados da arrecadação da dívida colonial em serviços, nesta secção, nos anos correspondentes a 1921 – 1928 mostram a lentidão das demarcações.

Tabela 5: Arrecadação da Dívida em Serviços – Secção Fortaleza – 1921 - 1928

ANO	ARRECADAÇÃO
1921	11.900.000,99
1922	22.470.000,07
1923	1.502.000,05
1924	15.540.000,05
1925	
1926	9.622.000,00
1927	251.813.000,07
1928	5.785.000,25

Fonte: Cadastro da arrecadação em serviços das secções de Fortaleza nos anos de 1921 a 1928.

Os números da arrecadação da dívida em serviços, em contos de réis, referem-se ao pagamento que os requerentes prestavam como forma de pagar a dívida da terra. Os dados mostram uma grande oscilação de ano para ano, bem como a baixa arrecadação se compararmos com dados posteriores, principalmente da década de 40, e isso significa que o processo de demarcação da região estava apenas iniciando.

Na década de 30, continuam os trabalhos sob a incumbência da Inspetoria. Porém, com muita lentidão, conforme relatórios do Chefe da Inspetoria, que reclamava principalmente da falta de verbas e de pessoas para o trabalho, visto que deixava claro a existência de grande quantidade de terras ocupadas e não demarcadas.

Em 10 de março de 1939, foi implantada a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. A partir daí, os trabalhos foram agilizados. Já em 18 de março de 1939, o então Diretor da Inspetoria, Arthur Ambros, explanava o programa de serviços para o ano de 1939, onde consta o seguinte:

A Inspetoria de Terras de Palmeira, sediada em Frederico Westphalen, abrange uma área demarcada em lotes rurais, aproximadamente, cinco mil e quinhentos, além das posses e uma área devoluta de mais ou menos vinte mil lotes, compreendidos entre rios Turvo e Passo Fundo, sendo:

- Entre os rios Turvo e Guarita = 6.000 lotes;
- Entre os rios Guarita e Várzea = 4.500 lotes;
- Entre os rios Várzea e Passo Fundo = 9.500 lotes.

Fonte: Correspondência Expedida a DTC – 1939.

Esses dados elucidam a questão da grande extensão, na região do Médio Alto Uruguai, de terras devolutas e a demarcar. A mesma correspondência se refere às condições das terras, afirmando “que são muito férteis e as florestas são densas e altas”. Menciona, ainda, que essas terras são muito “intrusadas”, ou seja, existiam muitos posseiros morando e trabalhando nas terras ainda não demarcadas e requeridas, conforme segue:

Entre os rios Guarita e Várzea, ao longo da estrada que liga Fortaleza a Itapiranga (Porto Novo) e na barranca do rio Uruguai, existem muitos moradores que aguardam demarcação das terras para requererem concessão.

Agrupam-se em Palmitos e Boa Vista, em terras devolutas, formando povoados com algumas casas de comércio que exportam a produção.

Na estrada que liga este povoado ao Prado e Mondai (Porto Feliz) estão colocados em determinados trechos, muitos moradores especialmente nas proximidades do Prado e nas encostas do lajeado Forquilhas e circunvizinhanças da seção Perau, barra deste lajeado no rio da Várzea. Entre os rios Várzea e Passo Fundo estão espalhados pelas estradas Nonoai-Iraí, Rodeio Bonito-Nonoai e nas caídas dos lajeados Baitaca, Mel, Farinha, nos matos e capoeiras e nas proximidades do Toldo de Índios de Nonoai.

Nota-se que a região estava sendo povoada e carecia de trabalhos urgentes de demarcação das terras, bem como construção de estradas e povoados, o que, aliás, propôs o Diretor da Inspetoria, para agilizar os trabalhos:

A demarcação de lotes deve ser começada nas proximidades dos povoados Prado, Palmitos, Boa Vista e na barra do rio Guarita; sobre a margem do rio Uruguai, nos lajeados Pinheirinho, Capivara e rio Pardo. Estes lugares estão tomados de intrusos que aguardam a demarcação para efetuarem o pagamento¹¹⁰.

Neste mesmo programa, Arthur Ambros propôs, em vista do excesso de trabalhos a realizar, que fossem feitos contratos de demarcação com agrimensores que, não sendo funcionários da Inspetoria, desejassem trabalhar.

Em vista da quantidade de trabalhos a realizar, os funcionários técnicos desta Inspetoria ficarão incumbidos dos trabalhos de exploração de estradas e caminhos, construção e locação de povoados, ficando pouco para a medição de lotes rurais...

A idéia seria de contratar trabalhos de até 100 lotes, a título de experimentação. Tais contratos foram colocados em prática já no ano de 1939 e continuaram na década de 40, conforme nota-se nas correspondências da Inspetoria e segundo um dos agrimensores, o senhor Argemiro Pereira, que foi um dos que realizou trabalhos de demarcação de terras no Médio Alto Uruguai, primeiro como contratante particular e depois como funcionário da Inspetoria (Entrevista com Argemiro Pereira, janeiro de 2000).

Em maio de 1941, Arthur Ambros, fazendo um esboço da exposição do plano de colonização das terras públicas, situadas na zona da Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, apontava que a área de terras de domínio do Estado já

¹¹⁰ Atualmente, correspondem, respectivamente, aos povoados Prado, Palmitos e Boa Vista, aos municípios de Vicente Dutra, Palmitinho e Vista Alegre.

colonizada era de 187.633,33 hectares e a área a colonizar era de 186.915,00 hectares. Isto quer dizer que até aquela data, metade da região do Médio Alto Uruguai ainda estava por ser colonizada. Porém, aqueles dados (1941) devem ser visto com uma certa relatividade, pois para a Inspetoria de Terras, área colonizada era aquela que havia sido demarcada e concedida e que o requerente possuía cultura no respectivo lote. Contudo, se compararmos os dados sobre a área devoluta do Estado, em outubro de 1939, que era de 450.000 hectares; no município de Palmeira era 325.000 e no de Irai, 125.000. Vamos notar que entre este período e aquele, as terras devolutas do Estado, na região, diminuiram significativamente, passando para o domínio privado.

O Chefe da Inspetoria mencionava ainda outros dados elucidativos:

O número de concessionários com lotes pagos por saldo é 1.826 e os concessionários com lotes ainda não pagos é de 1.436. O número de intrusos é de 4.873, em lotes demarcados e em terras a demarcar 5.000, aproximadamente.

Fonte: Correspondência expedida a DTC, em 06 de maio de 1941.

Comparando esses números, vamos notar que o número de lotes concedidos é pequeno em relação aos que ainda não haviam sido concedidos. Em relação aos 4.873 intrusos em terras demarcadas, nota-se, através das correspondências, que essas pessoas ou já estavam morando no respectivo lote e não faziam o requerimento ou simplesmente, conforme procuravam um pedaço de terra para cultivar, não tomavam conhecimento da situação do mesmo. Porém, a Inspetoria não entendia como terra colonizada as que não fossem demarcadas, mesmo existindo um posseiro e seus cultivos.

De maio de 1941 a junho de 1942, segundo a Inspetoria de Terras, levando em conta os trabalhos de demarcações feitas no período, para regularizar a situação dos intrusos que, conforme mencionamos anteriormente, em 1941 eram aproximadamente 5.000, em 1942 seria necessário demarcar em torno de 8.000

lotes rurais. Se levarmos em conta os dados dos municípios de Palmeira e Irai, em junho de 1941, nesta questão, tínhamos o seguinte:

Tabela 6: Dados do município de Palmeira das Missões e Irai, em junho de 1941

REGIÃO	ÁREA APROXIMADA EM HECTARES	OBSERVAÇÕES
Município de Palmeira das Missões		
- Entre Barra Bonita - Uruguai e Pescoço	1.700	- A demarcar – 10% intrusada
- Entre Guarita – Braguinha – Estrada Porto Novo	8.400	- A demarcar – 20% intrusada
- Entre Rio Guarita e Lajeado Leão	2.100	- A demarcar – 90% intrusada
- Entre Jaboticaba – rio da Várzea	2.500	- A demarcar – 90% intrusada
Município de Irai		
- Entre Lajeado Portão – Lajeado Grande	20.000	- A discriminar – Densamente intrusada - Idem - Idem
- Entre Lajeado Leão – Secção Alpestre	1.800	
- Entre Rio Uruguai – Lajeado Barra Bonita	3.700	- A demarcar – 50% intrusada
- Entre Lajeado Barra Bonita – Lajeado Sabina	3.800	- A demarcar – 50% intrusada - A demarcar – 10% intrusada
- Cabeceiras Farinhas - Toldo	11.000	
- Lajeado Mel, ambas as margens e margem direita do Rio da Várzea	23.000	- A demarcar – 50% intrusada
- Entre Lajeado Forquilha, estrada do Prado (2ª secção Perau)	2.900	- A demarcar – 30% intrusada - A demarcar – 20% intrusada
- Entre Lajeado Mendes e Lamedor	2.400	

Fonte: Correspondência expedida à DTC. Inspeção de Terras do Norte. 5 de junho de 1942.

Os dados mostram a existência de terras a discriminar e a demarcar, bem como a presença de intrusos em terras do Estado. Conforme os trabalhos de discriminações e demarcações iam sendo feitos, também vamos notar o aumento de intrusos em terras do Estado, conforme mostram as reclamações da Inspeção de Terras de Frederico, nos anos seguintes a 1942.

Em 1947, o então Diretor da Inspetoria de Terras do Norte, respondendo ao telegrama do Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, o Eng^o Arthur Ambros, enfatiza que no município de Palmeira das Missões existiam 7.770 hectares de áreas devolutas e no município de Irai, 25.300 hectares, aproximadamente. Ainda, que existiam terras a discriminar, como no caso de Irai, em torno de 18.000 hectares. Isto equivale a dizer que, em determinadas regiões pertencentes ao município de Irai, principalmente, os trabalhos ainda estavam por serem feitos. Por outro lado, na mesma correspondência, Israel Farrapo Machado, chefe da Inspetoria, dizia o seguinte: “Nesta zona não existem terras devolutas propriamente ditas. Todas as glebas estão densamente intrusadas, em geral com mais de um morador para cada lote de 25 hectares em média”.

A grande procura pelas terras do Médio Alto Uruguai, conforme se constata através da documentação existente na Inspetoria de Frederico, se deu na década de 40 e 50. Enquanto existiam terras devolutas e pouco intrusadas era possível demarcar lotes com uma média de 25 hectares e com acesso a águas e estradas, conforme prescrevia a Lei de 1900. Porém, com o passar do tempo isso se tornou quase impossível, conforme queixa-se Israel Farrapo Machado, em 23 de setembro de 1947, ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização: “Nas zonas ainda pouco intrusadas, aliás pequenas, é possível guardar-se o padrão de área de 25 hectares aproximadamente, atendendo-se às exigências regulamentares para que os lotes fiquem servidos de aguadas e caminhos”.

Porém, acrescenta ele:

Nas zonas onde as terras do Estado estão densamente povoadas, aliás, a maioria, é impossível manter-se o padrão de área próximo aos 25 hectares, salvo se não se levar em conta as ocupações, cultivados, benfeitorias, etc. dos intruzos.

Nessas zonas somos forçados a fazer as demarcações atendendo quanto possível as ocupações dos intruzos, seus cultivados, poteiros, etc. Dada a maneira desordenada que os mesmos se colocam nas terras devolutas, muito dificulta depois a divisão, dando causa a reclamações e descontentamentos, apesar de fazer-se o possível para atender a todos. Ficando,

apesar disso, 2, 3 ou mais moradores em cada lote, algumas vezes.

Por outro lado, não só os colonos intrusaram as terras de forma desordenada, com o se refere o Inspetor, mas também isso era autorizado, em determinados casos, pela própria Inspetoria, o que causaria, mais tarde, reclamações e prejuízos para os colonos. Um exemplo é o caso de Dona Maria de Salles que, sendo viúva e pobre, foi autorizada pelo chefe da Inspetoria a se colocar “em um lote onde já tenha outro morador que não ocupe toda a terra”. Foi encaminhada a secção Castelinho e autorizada pelo Inspetor seccional a se estabelecer no mesmo lote de Maria Ignez, que já era ocupante. Depois de fazer a sua moradia e roça, por reclamação de Maria Ignez, o Inspetor cancelou a licença de Maria Salles, depois de seis meses e a mesma teve que abandonar o lote. Esse e outros exemplos, conforme mostram as correspondências, aconteceram na década de 40 e 50, gerando certos conflitos entre os colonos e, ao mesmo tempo, além de prejuízos, em certos casos, dividindo o lote de 25 hectares em duas ou três partes. Isso, aliás, vai ser constante na década de 60. Porém, justificava o Inspetor o seguinte, referente a esta questão:

Deve-se levar em conta ainda a grande procura de terras do Estado, na jurisdição desta Inspetoria, por colonos oriundos das chamadas colônias velhas e também das secções coloniais antigas da jurisdição desta Inspetoria. Esses motivos têm determinado a demarcação de lotes com a área média inferior a 25 hectares, em alguns lugares.

Na mesma correspondência, o Inspetor anexa um projeto de demarcação onde, num polígono que tinha a área de 66 lotes, existiam 108 moradores e todos queriam ficar com um pedaço de terra naquele polígono. Com o avanço das demarcações e de concessões, vamos encontrar subdivisões de lotes de 25 hectares nos anos da década de 50. Porém, através dos relatórios mensais da Inspetoria de Terras de Frederico nota-se que, de 1965 a 1970, o trabalho de demarcação consistia basicamente em subdividir os lotes rurais. Através de um

convênio entre o IGRA e IBRA foi feito um intenso trabalho de verificação de terras devolutas e da situação dos lotes concedidos na região do Médio Alto Uruguai. Poucas terras devolutas encontraram mas, por outro lado, verificando os lotes concedidos, notaram que havia a necessidade de, em muitos casos, subdividi-los visto que encontraram várias famílias no mesmo lote. Assim, encerrava-se a disponibilidade de terra na última fronteira agrícola do Rio Grande do Sul.

Referimo-nos, anteriormente, às demarcações das terras, como sendo um processo lento. Via de regra, primeiro havia a ocupação da terra e, posteriormente, sua demarcação. Este processo contribuiu para gerar inúmeros conflitos entre agricultores, pretendentes a um pedaço de terra. O Regulamento de Terras, em caso de haver intrusão, dizia que a preferência da concessão deveria ser ao primeiro ocupante. Encontramos uma série de correspondências com queixas de primeiros ocupantes denunciando que tal princípio era trapaceado freqüentemente. A título de exemplo, encontramos numa correspondência de 21 de abril de 1947, para o chefe da Inspetoria, o seguinte: “O Sr. Amadeu Bueno da Silva, portador deste, é concessionário do lote rural nº315 da 2ª secção Braga. Queixa-se que Augusto Rebonato pretende tomar-lhe o lote, que está sendo ocupado com plantações por seus filhos”. Nestes casos, o chefe da Inspetoria, seguindo o regulamento, garante a ocupação do primeiro.

Por outro lado, na prática, valia a lei do mais forte. As pressões, tanto físicas como econômicas, falavam mais alto. Encontramos correspondências onde concessionários queixavam -se de pressões e, posteriormente, os mesmos haviam abandonado o lote. O mais interessante é que quem pedia a nova concessão era justamente aquele que era acusado anteriormente de pressões para ficar com o lote. Esses casos foram mais freqüentes na década de 40 e 50.

Outro mecanismo que gerava conflitos era a não observação da demarcação feita. Em geral, encontramos queixas onde um invadia a concessão do lote do outro, derrubando a mata, fazendo plantações e até moradia. Muitas vezes, sumia -se com os marcos das divisas ou eram trocados de lugar.

Ainda, dizia o Regulamento de Terras, que na demarcação do lote deveria ser levado em conta aguadas e estrada principal. Muitas queixas foram feitas por ser proibido o acesso a estradas principais.

Contudo, cabia à Inspetoria de Terras resolver tais conflitos e descontentamentos. Mas, na prática, mesmo com a intervenção daquela, as desavenças continuavam, assim como também a grilagem e a expropriação da terra, por parte daqueles que tinham mais condições, e que veremos mais adiante.

4.2 Os Kaingang

4.2.1 Os kaingang: "colonizar" e "civilizar"

Ítala Becker, em seu estudo sobre os kaingang, destaca três períodos distintos sobre este grupo: o primeiro corresponde aos séculos XVI a XVIII; o segundo ao século XIX e o último ao século XX. Descendentes dos Guaianá, viviam no século XVI nas costas do atual São Paulo. Posteriormente, vão ser encontrados nos Estados do Sul, sob várias designações:

Os Kaingang dos séculos XVII e XVIII, que ainda vivem no Brasil meridional designados sob diversos nomes como Socré ou Shokléng, Kamé, Bugres ou ainda coroados nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm nos Guaianá (Jê meridional), tomados em sentido amplo, os seus ancestrais diretos¹¹¹.

Estes índios viviam em aldeias contando com um total de 20 a 25 famílias que, mesmo tendo uma autoridade local, as várias aldeias se subordinavam a um chefe geral. Desenvolviavam uma agricultura rudimentar e utilizavam, além de vários

¹¹¹ BECKER, Ítala I. B. O índio kaingang do Rio Grande do Sul. In: **O índio no Rio Grande do Sul**. Perspectivas. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1975, p. 102.

instrumentos fabricados por eles, "machado de pedra em forma de cunha"¹¹², onde, inclusive, vários exemplares foram encontrados nas margens do Rio Uruguai no Médio Alto Uruguai e oeste de Santa Catarina.

O segundo período é marcado pela interferência da colonização e da catequese jesuítica em 1848. Neste sentido, a legislação imperial e provincial reservaram vários capítulos de leis e decretos visando o índio. Já a lei de 1850, em seu artigo 12, dizia que o governo deveria reservar das terras devolutas as que julgar necessárias, além de outras, "1º para a colonização dos indígenas"¹¹³.

A partir daí, o decreto de 1854, que regula a execução da lei de 1850, dedicou o capítulo VI às preocupações com os indígenas, as quais transcrevemos aqui, para elucidar as intenções do governo imperial, como segue:

Art. 72 - Serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas, nos distritos onde existirem hordas selvagens;

Art. 73 - Os inspetores e agrimensores, tendo notícia da existência de tais hordas nas terras devolutas que tiverem de medir, procurarão instruir-se de seu gênio e índole, do número provável de almas que ela contém, e da facilidade ou dificuldade que houver para o seu aldeamento, de tudo informarão ao Diretor Geral das Terras Públicas por intermédio dos Delegados indicando o lugar mais azado para o estabelecimento do aldeamento e os meios de o obter; bem como a extensão de terras para isso necessária;

Art. 74 - À vista de tais informações, o Diretor Geral proporá ao Governo Imperial a reserva das terras necessárias para o aldeamento, e todas as providências para que este se obtenha;

Art. 75 - As terras reservadas para colonização de indígenas e por elas destruídas, são destinadas ao seu usufruto; e não poderão ser alienadas enquanto o Governo Imperial por ato e especial não lhes conceder o pleno gozo delas, por assim permitir o seu estado de civilização;

¹¹² *Ibidem*, p. 104.

¹¹³ Coletânea: Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. *op. cit.* p. 7.

Art. 76 - Os mesmos Inspetores e Agrimensores darão notícias, pelo mesmo intermédio, dos lugares apropriados para a fundação de povoações, abertura de estradas, quaisquer outras servidões, bem como para o assento de estabelecimentos públicos; e o Diretor Geral das Terras Públicas proporá ao Governo Imperial as reservas que julgar convenientes¹¹⁴.

A lei deixa claro, tanto pela pretensão de demarcação das terras indígenas, bem como pela utilização de alguns termos, tais como "colonização dos indígenas", "civilização", "aldeamentos", de que o índio deveria deixar o seu "modus vivendi" em troca de sua sobrevivência como "civilizado". Por outro lado, haverá uma preocupação na Província do Rio Grande do Sul, de que esta deveria ser colonizada por imigrantes brancos, pois estes eram sinônimos de "civilizadores". São os que contribuirão para o crescimento econômico. Por sua vez, os negros e índios seriam descartados. Quanto a estes, o relatório do Presidente da Província de 1851, se refere nestes termos:

Ordinários, indolentes, não cuidam de trabalhar, nem reconhecer o benefício que recebem por se conservar abrigados das intempéries do tempo e das estações, de alimentá-los melhor do que o são nas matas, e tirando-os da vida nômade e selvagem em que vivem para fazê-los compenetrarem-se dos úteis efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilização¹¹⁵.

A autora Marisa S. Nonnemacher relaciona colonização da província com aldeamentos indígenas e, nestes, a catequese e a civilização contribuiriam para colonizar, sem riscos para os colonos imigrantes. Para que o aldeamento funcionasse, além de instrumentos de trabalho, de sementes e produtos de subsistência, foi necessário apelar para a força. Assim nasceu as Companhias de Pedestres¹¹⁶.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 17.

¹¹⁵ *Apud* NONNEMACHER, Marisa S. **Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul** (século XIX). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 15.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 18.

Expressando a quase unanimidade da visão sobre os kaingang, inclusive dos padres encarregados da catequese nos aldeamentos, é digna de menção a carta do padre Bernardo Pare ao Presidente da Província e citada por Teschauer:

O caráter destes índios, escreve o padre, consiste numa indolência e ódio ao trabalho, que procede não só de sua natural preguiça e falta de costumes, mas da convicção que trazem arraigada em si, que o trabalho é só para as mulheres e para os escravos, e como detestam a escravidão mais que a morte, aborrecem-lhe o trabalho e o consideram como uma causa degradante¹¹⁷.

Aqui, nota-se uma típica visão medieval, de que caçar e pescar seriam atividades esportivas e que trabalho seria o desenvolvimento de atividades agrícolas. Seriam tentativas, através desta visão, de mudar o modo de sobrevivência do índio. Porém, os defensores daquela mentalidade ignoravam o "modus vivendi" dos kaingang, principalmente a base da sua economia que, segundo Ítala Becker, consistia no seguinte:

A economia do grupo era baseada na colheita, especialmente de pinhão, do que faziam provisão, e na caça que lhes era garantida no território de caça, considerado propriedade coletiva para cada grupo; praticavam também uma agricultura incipiente. Seu regime alimentar constava de carne de caça e peixe, de mel e frutas silvestres, abóbora e milho; a única bebida alcoólica era a chicha por eles fabricada; depois do contato com o branco aderiram ao uso da cachaça¹¹⁸.

No entanto, se a base da alimentação provinha da caça, da pesca e de frutas silvestres, podemos dizer que os índios viviam de seu trabalho. Para tanto, os kaingang preferiam como habitat as matas do planalto rio-grandense, em seus lugares mais altos e em meio aos pinheirais ou, então, perto de rios ou arroios (ver mapa p. 26).

¹¹⁷ TESCHAUER (1929) *apud* NONNEMACHER. *op. cit.*, p. 21.

¹¹⁸ BECKER, Ítala I. B. 1975. *op. cit.*, p. 109.

Porém, a política do governo provincial visava aldear e catequizar os índios. Neste intuito, também em 1845, o governo vai criar um projeto para catequese e aldeamento dos kaingang, nas margens do Rio Uruguai, e o padre Antônio de Almeida Penteado foi o responsável para executar o projeto¹¹⁹.

Portanto, a preocupação da província, no século XIX, visando "civilizar" os kaingang, tinha em mente a expansão da produção agrícola e, para isso, visavam a tranquilidade dos colonos. Assim sendo, os kaingang foram aos poucos sendo encurralados em suas aldeias, deixando de lado sua cultura e seu modo de vida e, aos poucos, forçados a se "colonizar".

Assim, encontramos a fundação da Vila de Nonoai em 1858, povoada por habitantes da província do Paraná. O major Rocha foi o primeiro a se instalar nas dependências de Nonoai, inclusive travou vários combates com os índios. Aos poucos, foram chegando colonos do Paraná. Porém, os índios não aceitavam o povoamento de brancos, pois consideravam que as terras eram suas. Por sua vez o governo provincial se encarregou da catequese e domesticação dos índios, enviando "missionários italianos", juntamente com "operários, trazendo roupas, sementes e utensílios para a lavoura". A adesão inicial por parte dos coroados talvez fosse empolgar os missionários, como se referiu Beschoren:

Um dos mais antigos habitantes da vila de Nonoai contou-me que os índios sentiam prazer em participar do culto religioso. Vinham em grande massa, correndo, na maioria bem nus, para ver os estranhos objetos e instrumentos sacros. Todos queriam atuar como sacristão, balançar o incensório ou tocar o sino¹²⁰.

Aos poucos, os missionários foram fixando-os e acostumando-os à vida sedentária. Porém, outros não se adaptavam e viviam de forma nômade entre o Rio Uruguai e o Paraná. Mas foi assim que, no início de 1850, fundou-se o aldeamento de Nonoai, como um ponto "referencial" para os índios que povoavam as regiões próximas. Porém, a tentativa em aldear os kaingang, visando a pretendida

¹¹⁹ NONNEMACHER, Marisa S. 2000. *Op. cit.*, p. 32.

¹²⁰ BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul**. Trad. Ernestine Marie Bergman e Miro Rabuer. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. P. 43.

"civilização branca", mesmo na época, era vista com certa desconfiança. Como exemplo, podemos citar o próprio Beschoren que, após observações no toldo de Nonoai, assim se referiu:

Mesmo que se negue tudo sobre a origem do índio, vestindo-o adequadamente, cortando-lhe o cabelo comprido e desordenado, ensinando-lhe a falar o português, desenvolvendo uma determinada educação, mesmo com essa transformação, reconhecer-se-á nele, imediatamente, pelo olhar, o selvagem¹²¹.

Este pensamento é uma expressão da ótica européia sobre o índio, mas, por outro lado, talvez expressava a desconfiança que o kaingang apresentava em relação à colonização e ao próprio encurralamento nos toldos. Ítala Becker destacou duas conseqüências nefastas, por causa da colonização:

A opção colonizadora, por sua vez, atua quase somente por coação, empurrando o índio de seu território e conseqüentemente reduzindo seu espaço vital com todas as modificações advindas dessa nova situação. Outras vezes, a ação colonizadora se expressa nos aldeamentos pela tentativa governamental de tirar os coroados do mato¹²².

Neste sentido, podemos concluir que a ação colonizadora, juntamente com os toldos, no período provincial rio-grandense, acabaram com a capacidade produtiva e de subsistência autônoma dos índios, colocando-os na dependência do Estado e/ou de algum branco que utilizava-os como mão-de-obra, em troca de comida e cachaça.

No século XX continua a pretensão de penetrar e colonizar as terras indígenas. Nesse sentido, ações políticas e administrativas são propostas com a aparência de benefícios aos índios, mas que, implicitamente, seriam opostas aos

¹²¹ *Ibidem*, p. 44.

¹²² *Ibidem*, p. 65.

interesses deles. Como exemplo, podemos destacar a ação do Apostolado Positivista. Já em 1891, achavam que era possível conciliar progresso (bandeira que tanto defendiam) e defesa dos índios. Segundo Ítala Becker:

Na Constituinte de 1891, o apostolado positivista do Brasil foi a única voz que se levantou em defesa das populações indígenas, propondo o reconhecimento dos "Estados Brasileiros Americanos", nos quais os índios seriam amparados pela proteção do Governo Federal e plenamente respeitados na posse dos seus territórios¹²³.

No entanto, os positivistas no Rio Grande do Sul, que governaram no período da República Velha, oscilavam entre manter e mudar o "modus vivendi" dos índios, ou seja, expressavam a idéia romântica sobre os índios, porém pensavam que espontaneamente seriam como os ocidentais. Esta mesma contradição aparecia entre cultivar a terra pelos indígenas e preservá-las com reservas florestais. O fato que ainda se destaca e que aparece na terminologia usada sobre os índios, pelos positivistas, é que aqueles deveriam se ocidentalizar, isto é, ir aos poucos entrando na lógica do "progresso"¹²⁴.

Com a aparente idéia de proteger os índios, foi criado, pelo Decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que vigorou até 1967 quando, pela lei nº 5371, de 5 de dezembro, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que vai substituir o SPI. Esses dois órgãos, com a incumbência de proteger os índios, acabaram por administrar os toldos, tirando, assim, o poder do cacicado e desmantelando a organização política própria dos índios.

Continuando nesta mesma linha, encontramos o Decreto nº 3004, de 10 de agosto de 1922, que trata "Das terras e proteção dos índios". Transcrevemos aqui quatro capítulos que nos dão a visão do Estado em relação aos índios e suas terras:

¹²³ BECKER, Ítala. 1975. *op. cit.* p.111.

¹²⁴ Quanto à terminologia utilizada pelos positivistas rio-grandenses, destacam-se os termos "selvagens", "civilização fitíchia", "missão de civilização dos selvagens", entre outras. Para esta questão, ver SPONCHIADO, Breno A. **Os positivistas e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Mimeo.

Art. 20 - São consideradas terras dos índios as que se acham por eles ocupadas.

Art. 21 - O Estado as considera tais independentes de qualquer título especial de domínio, como consequência da propriedade da ocupação por eles.

Art. 22 - Toda vez que se tiver que fazer demarcação de terras dos índios, será realizada com largueza, tanto quanto possível segundo linhas naturais, consultando previamente o desejo deles.

Art. 23 - O Estado auxiliará por todos os meios ao seu alcance a realização do serviço de proteção leiga aos silvícolas, instituído pelo Governo Federal.

Parágrafo Único: Caso esse serviço deixe de ser atendido pela União, o Estado o estabelecerá, expedindo para esse fim instruções especiais, tendo em vista conseguir que os índios possam viver, o mais cedo possível, dos seus próprios recursos, e observadas as seguintes condições especiais:

- a) garantia das terras ocupadas pelos índios e mais propriedades destes;
- b) garantia da mais completa liberdade para se organizarem como melhor lhes parecer, respeitadas escrupulosamente, tanto as suas crenças, como as autoridades que livremente houverem instituído entre si;
- c) auxílio e assistência na construção de suas habitações, organização de suas lavouras, proporcionando-lhes ferramentas, utensílios e sementes ¹²⁵.

Nota-se, neste decreto, uma retórica a moda sofista, visto haja ambigüidade nos termos. Se havia a preocupação em considerar as terras indígenas, aquelas por eles ocupadas, não estava claro se essa ocupação advinha de uma plantação agrícola de subsistência ou aquela que os índios dispunham para caçar, pescar ou coletar frutos silvestres. Ainda, a pretensão em demarcar as terras com "largueza" e consultando o "desejo deles" não era prática e também não se tornou, conforme veremos posteriormente, na questão da demarcação das terras. Porém, o que mais chama a atenção é a idéia de "colonização" dos índios, pois pretendia-se fazer deles colonos, fixando-os somente na atividade agrícola.

Portanto, se o índio sempre viveu por seus recursos próprios, mas, no momento que é expropriado de suas terras, perdeu também tal capacidade. O Estado, por sua vez, culpado de tal expropriação, visto às arbitrarias demarcações,

¹²⁵ Coletânea: Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. *op. cit.* p. 48.

agora se prontifica a assistenciar os índios no novo modo de vida imposto e acreditava que, com o tempo, eles iriam novamente viver por seus próprios recursos. O fato é que isto ainda não aconteceu e, se acontecesse, não viveram mais como "índios" e, sim, como colonos.

Na região do Médio Alto Uruguai encontramos, inicialmente, dois toldos indígenas: Guarita e Nonoai. Nesses toldos, o kaingang sempre predominou, embora no toldo de Nonoai encontravam-se algumas famílias de guaranis. A história desses toldos é, na verdade, uma história de luta para garantir o direito de ter as suas terras garantidas.

Quanto ao toldo de Nonoai, já assinalamos anteriormente que foi criado em 1848, com o intuito de garantir o avanço na colonização. Porém, a demarcação da sua área foi concluída entre 1911 e 1913, ficando com um total de 34.980 hectares. Desde a criação dos toldos, estes passaram a ser administrados ou fiscalizados por não índios.

Com a criação da Inspeção de Terras de Frederico Westphalen, em 1939, os toldos de Nonoai e Guarita passaram a ser subordinados a esta inspeção, conforme correspondência do Chefe Arthur Ambros, de 13 de novembro de 1939, encaminhada aos fiscais dos toldos. O Chefe da Inspeção ordena aos fiscais para que façam um recenseamento completo sobre a população indígena, bem como possíveis intrusões. Quanto à questão do recenseamento, só vamos encontrar os dados em 1941, mas quanto às intrusões, fica claro, pelas correspondências, que havia nos dois toldos – no de Guarita os intrusos faziam lavouras e/ou criações e invadiam as terras dos índios e no de Nonoai, os intrusos exploravam as matas, inclusive instalando serrarias nas terras pertencentes aos índios, como também faziam suas roças.

Em ofício circular, de 07 de abril de 1941, Godolfim T. Ramos, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, instruiu as Inspeções de Terras sobre a demarcação das áreas dos toldos. Na circular, constava o seguinte:

- 1) as divisas dos toldos serão agora definitivamente demarcadas, tomando-se como base para isto a área de 75 hectares por família e a de 25 por índio solteiro, maior de 18 anos;
- 2) (...)
- 3) as áreas excedentes dos toldos serão conservadas pelo Estado, que as considerará como florestas remanescentes, permitindo-se, entretanto, que nelas os índios pratiquem a caça, nas épocas determinadas por lei.

Assim constava na carta de apresentação aos Diretores do toldo de Nonoai e Guarita, levada pelos agrimensores que faziam as demarcações, a partir de maio de 1941.

Porém, na carta, o Chefe da Inspetoria recomendava o seguinte:

Será necessário transladar para perto da morada do cacique desse toldo algumas famílias que se acham espalhadas pelo mato, para que fiquem nos lotes que lhes serão indicados. Solicito o seu auxílio para facilitar os trabalhos, aconselhando os índios a se transladarem para seus lotes demarcados.

A idéia apresentada aqui aparece de forma ambígua. Por um lado, quando se fala em trazer para perto do cacique os índios espalhados pela mata, poderiam os entender como sendo a situação daqueles índios que estariam residindo na área que seria a reserva florestal. Como exemplo, encontramos um grupo de kaingang que não aceitava viver no toldo de Nonoai e, desde 1850, haviam se instalado na área da reserva indígena de Nonoai, na divisa com o município de Rodeio Bonito. Esses índios formavam a comunidade *péi-kār* e foram liderados pelo cacique Canheró que, conforme consta, faleceu em 1984, com 135 anos e chefiou a aldeia por 100 anos. Esse grupo vivia da plantação de produtos de subsistência e trabalhavam também como peões nas lavouras de colonos vizinhos, como ainda hoje fazem. Se a pretensão do Chefe da Inspetoria era a de reunir os índios em torno do cacique do toldo de Nonoai, este é um exemplo que mostra que não deu certo.

Por outro lado, na carta se lê que era necessário transladar os índios para “seus lotes demarcados”, poderíamos entender que a pretensão era tornar a terra propriedade privada entre os índios, ou seja, que cada família teria o seu lote demarcado. Na verdade, isso não aconteceu, pois foi apenas demarcado a área do seu todo e separado o restante para a reserva florestal.

Numa correspondência de 20 de novembro de 1943, Israel Farrapo Machado, Chefe da Inspetoria, explicando ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização sobre a demarcação, elucida melhor o caso anterior. Mostra, em primeiro lugar, o recenseamento de 1941, que consistia no seguinte:

Tabela 7: Toldo de Nonoai – Recenseamento de 1941

	Nº
Casais	131
Viúvos com família	012
Solteiros	010

Tabela 8: Toldo da Guarita – Recenseamento de 1941

	Nº
Casais	165
Solteiros	016

Na divisão, o toldo de Nonoai ficou com 14.910 hectares e o da Guarita com 15.900. Nota-se que a demarcação não seguiu a razão de 75 hectares por família e 25 por solteiro. Se fosse essa a razão, o toldo de Nonoai ficaria com 10.975 hectares. Porém, a área separada foi de 14.910 hectares, ficando com um excesso de 3.935 hectares. O toldo da Guarita, se fosse por aquela razão, ficaria com 12.775 hectares, mas a área separada foi de 15.900 hectares, com um excesso de 3.125 hectares. O Chefe da Inspetoria explicava na correspondência que a base para o cálculo da demarcação não foi de 75 mas 100 hectares. Contudo, se a razão fosse de 100 hectares por casais, no toldo de Nonoai a área deveria ser 14.550 hectares e na Guarita 16.900 hectares.

Portanto, a reserva indígena de Nonoai foi dividida, sendo tirado 19.998 hectares para o Parque Florestal e a da Guarita foi tirado 7.283 hectares para o mesmo fim. Porém, esta questão apresenta dúvidas. Segundo Lígia T. L. Simonian, tal divisão nunca acontecera e o toldo teria ficado com seus 23.183 hectares.

Mas em período anterior, o governo do Estado pretendia também reduzir a área da Guarita. Em mapa integrante, do acervo da Secretaria da Agricultura consta a indicação de área para reserva florestal, num total de 7.283 hectares, mas tal divisão não chegara também a ser realizada¹²⁶

Porém, encontramos cópia da carta de apresentação dada pelo Chefe da Inspetoria ao agrimensor que fazia a demarcação e o relatório os trabalhos realizados em 1941 e que dão conta da separação. Também o ofício de 20 de novembro de 1943, já mencionado anteriormente, além de colocar a área que foi demarcada para o toldo, dizia que “em 1941 foram por ordem dessa Diretoria, de conformidade com o circular nº 301/20 de 7 de abril de 1941, demarcadas as áreas dos toldos de Nonoai e da Guarita, separando-se a parte que passou a constituir a Reserva Florestal”. Na verdade, houve a demarcação, mas não foi criado o parque florestal no local designado e sim em outra área. Assim, o toldo da Guarita permaneceu com a área que havia sido demarcada em 1918, pela Inspetoria de Terras de Palmeira e ficou com 23.183 hectares.

Talvez o que explicaria a não separação seria o fato de que, em 9 de janeiro de 1939, o então Interventor Federal¹²⁷, Cordeiro de Farias, através do Decreto nº7677, que aprovava o regulamento das terras públicas e seu povoamento, dizia em seu capítulo V, art. 15: “são consideradas terras dos índios, independente de qualquer título de domínio, as que se acham por eles ocupadas e já demarcadas pelo Estado”.

¹²⁶ SIMONIAN, Lígia T. L. Visualização: Estado expropria (domina povo Guarani e Kaingang. **Cadernos do MUSEU**. Ijuí, 1980, p. 32.

¹²⁷ Coletânea: Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. *op. cit.* p. 88.

Neste artigo houve uma mudança em relação ao Decreto nº 3004, de 10 de agosto de 1922, em seu art. 20, que dizia: “são consideradas terras dos índios as que se acham por eles ocupadas¹²⁸”. O decreto nº 7677 acrescentara os termos “já demarcadas pelo Estado”. Nota-se que o toldo da Guarita havia sido demarcado em 1918. Porém, o de Nonoai que havia sido demarcado em 1911, foi novamente demarcado em 1941, onde o toldo perdeu a área do Parque Florestal.

Outro fato que chama atenção, quanto às terras indígenas dos toldos mencionados, é a questão de intrusos, principalmente na década de 40 e posteriores. Através das correspondências, pode-se enumerar muitos exemplos que mostram que mesmo depois que os toldos foram demarcados, continuaram sendo invadidos.

Essas invasões tinham um suporte legal visto que a própria Inspetoria de Terras autorizava. Era a intrusão via arrendamento das terras indígenas. Como exemplo, temos uma correspondência de Arthur Ambros, Chefe da Inspetoria ao Fiscal do toldo de Nonoai, de 13 de novembro de 1939, dizendo que “os campos poderão ser arrendados, contanto que isto não prejudique o toldo, mediante contratos particulares e sob sua assistência e fiscalização; (...)”. Neste sentido, as intrusões, através do arrendamento, se tornaram prática tanto no toldo de Nonoai como no da Guarita. Mais tarde, é a própria FUNAI que vai consentir tais arrendamentos. No depoimento do Sr. Argemiro Perreira, ex-funcionário da Inspetoria, encontramos o seguinte:

A vinda da FUNAI, muitos anos depois, arrendou área para 300 famílias de agricultores brancos (...). Encontramos 360 contratos feitos pela FUNAI, com agricultores brancos (...) quando foi feito um levantamento estatístico em 1975, já tinha 1.300 famílias de agricultores brancos e 130 de famílias indígenas. Observa-se que somente 10% destas famílias eram de índios, mais eram de brancos¹²⁹.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 48.

¹²⁹ PÉREIRA, Argemiro. Entrevista: 08/01/2000.

É interessante notar que os documentos diziam que os arrendamentos não poderiam prejudicar os toldos. Porém, se as terras foram demarcadas para que os índios pudessem nelas trabalhar e ter seu auto-sustento, os arrendamentos não se justificavam. Além do mais, a exploração capitalista da terra traz, necessariamente, prejuízos. Podemos notar isso no próprio depoimento de Argemiro Pereira, quando afirmou: “Vale salientar que a FUNAI estava desservindo os índios, ao invés de servi-los, pois lapidaram toda a floresta e a madeira nobre foi toda para a Argentina. A área estava totalmente devastada, com a conivência e a complacência da FUNAI”.

Voltando à questão da expropriação das terras indígenas, vamos ver que em 1962, o então governador Leonel Brizola fez uma “pseudo-reforma agrária”, demarcando 2.000 hectares na chamada 4ª Secção Planalto, para assentar colonos que estavam intrusando as terras indígenas, conforme vamos notar no mapa em anexo. Porém, esta área, pela demarcação de 1911, pertencia aos índios e hoje eles estão reivindicando esse direito.

Contudo, a constante invasão das terras indígenas e a expropriação dificultaram a sobrevivência indígena nos toldos e o modo de vida do índio foi se modificando, trazendo, por um lado, sua dependência em relação ao poder público e/ou da prestação de serviços aos colonos próximos dos toldos e, por outro, a organização e luta pelas terras que eram dos mesmos.

Nota-se que as relações do índio com o branco causaram grandes prejuízos àqueles, visto que perderam aos poucos seus hábitos e costumes. Neste ponto, Carlos Torres Gonçalves, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, já falava, em 1910, o seguinte:

Pelos contatos em que se acham há muitos anos com os ocidentais, poucos hábitos e costumes da vida primitiva conservam. Perderam a sua indústria, talvez por encontrarem nos ocidentais o equivalente dela, e mais, se bem que a custa de sofrimentos sem conta, que se prolongam até os nossos dias. Desconhecem a medicina dos antepassados. Não guardam sequer a lembrança das suas tradições. E o único traço de nacionalidade que conservam vivaz, aliás, o mais

característico, é a linguagem. Os homens conhecem quase todos o português; as mulheres, porém, raramente e pouco. São todos muito humildes e submissos, e é raríssimo que tomem a iniciativa de qualquer ato de crueldade. As crueldades por eles praticadas são geralmente em represália, pois não esquecem de pedir o troco, sendo vingativos, nisto conservando os antigos hábitos. Poucos trabalham. Vivem em miseráveis ranchos, sem camas, as crianças nuas. Muito sóbrios pela escassez dos alimentos, tornam-se insaciáveis quando têm estes ao seu dispor. Plantam algum milho e feijão, porém em quantidade insuficiente. A sua manufatura não passa, atualmente, da fabricação de chapéus de palha e cestos de taquara¹³⁰.

Essa idéia, mesmo sendo de um positivista da República Velha rio-grandense, mostrava as conseqüências para os índios do contato com os ocidentais. Posteriormente, Monsenhor Vitor Batistella, referindo-se aos índios de Nonoai e Guarita, afirmava: “são respeitadores do alheio e procuram comer com o ganho do seu trabalho. Modestos, gentis e desprezenciosos não incomodam a ninguém e usam trato respeitoso com os patrões e com qualquer pessoa de bem”¹³¹.

Aqui, o que mais chama atenção é a expressão “trato respeitoso com os patrões”. De fato, a partir da vida nos toldos, os índios foram assistenciados pelo Estado, mesmo que com auxílios insuficientes. Conforme consta nos relatórios da Inspeção de Terras de Frederico ou pelas reclamações dos fiscais dos toldos, a assistência em dinheiro era insignificante e, por isso, os administradores dos toldos praticavam a venda de madeiras e os arrendamentos de terras. Esta prática, porém, contribuiu para prejudicar ainda mais a vida do índio em sua terra e, posteriormente, era obrigado a trabalhar para alguém que lhe oferecesse algum serviço.

Como conseqüência, a terra se esgotou e as matas acabaram. Assim, eles não conseguiam mais tirar da terra a sua própria alimentação, pois a mesma não lhes oferecia mais condições de viver da caça, da pesca, da coleta e do plantio. Então, uma das saídas para a sobrevivência era trabalhar para algum patrão e isso

¹³⁰ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) – 1910. In: **Relatório da Secretária das Obras Públicas – 1910**. p. 152-153.

¹³¹ BATISTELLA, Monsenhor Vitor. **Painéis do passado**. *op. cit.* p. 10.

realmente sempre aconteceu, pois na época do preparo do solo e da colheita, eles eram procurados para trabalhar nas lavouras dos brancos, recebendo por diárias ou por tarefa. Na medida que o índio precisava desse dinheiro para as suas necessidades imediatas, fazia esses trabalhos. No entanto, isso fazia com que ele ficasse dependente e submisso a algum patrão.

4.3 A presença cabocla no Médio Alto Uruguai

O capitalismo do século XIX forçava, naquele momento, mudanças nas relações de trabalho, onde de relações pré-capitalistas passava-se para as relações capitalistas de produção. No Brasil, a ordem escravocrata sentia o peso das novas exigências e a grande discussão seria a troca da mão-de-obra, ora escrava, por outra que suprisse a demanda. Como já mencionamos anteriormente, a saída encontrada, por várias razões, foi a importação da mão-de-obra imigrante, principalmente de alemães e italianos e, posteriormente, de várias outras etnias.

Porém, como a literatura já apontou¹³², existia no Brasil alguns milhões de camponeses mestiços que, embora lembrados, não eram vistos com bons olhos para a demanda de mão-de-obra para a lavoura. Esses camponeses livres, quanto a sua origem, eram descendentes de portugueses, indígenas e africanos.

Paulo Zarth, fazendo uma revisão bibliográfica sobre o trabalhador livre nacional, conseguiu identificá-lo como simplesmente lavrador nacional, caboclo ou caipira. O autor também destaca que, tanto a sociedade como os estudiosos, preconceituosamente, não acreditavam no lavrador livre nacional como alternativa para suprir a mão-de-obra e, para isso, identificavam-no com certos atributos como, por exemplo, sem trabalho sistemático, não economiza, preguiçoso, indolente, vivendo isolado e vagando¹³³.

¹³² Nesta questão, as pesquisas são abundantes referentes aos imigrantes. Porém, só recentemente trabalhos sérios foram produzidos e que tratam sobre o caboclo ou lavrador nacional. Entre eles, destacam-se os trabalhos de Paulo Zarth: “História agrária do planalto gaúcho” e “Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XX”.

¹³³ ZARTH, Paulo. **Do arcaico ao moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Tese de Doutorado. 1994, mimeo. p. 70 ess. Optamos por esta síntese, por acharmos muito elucidativa sobre a questão do lavrador nacional, embora não desprezamos outras fontes.

Por outro lado, o autor mostrou que alguns pesquisadores tentaram desmistificar os preconceitos referentes ao trabalhador livre nacional, como José de Souza Martins. Quanto à questão do isolamento dos caboclos, este autor mostrou que, no momento que a grande lavoura de café ia avançado, os caboclos iam sendo expulsos de suas posses. Para tanto, utilizavam-se de mecanismos tais como subornos, jagunços ou simplesmente ignoravam as pequenas posses quando legalizavam grandes glebas de terra, pela lei de 1850.

Quanto à questão do caboclo no Rio Grande do Sul, ele foi visto de forma preconceituosa ou simplesmente ignorado pela historiografia. Nesta última, Jean Roche é um exemplo quando trabalha a imigração alemã como sinônimo de sucesso de colonização e simplesmente ignorou a contribuição do caboclo. Porém, este estava integrado ao processo de colonização, aparecendo em forma de várias categorias como agregado, roceiro, posseiro, intruso, ervateiro e lavrador nacional. Assim, ao significado étnico de caboclo como descendente de índios, portugueses e africanos, acrescentou-se o sentido cultural, ou seja, o camponês nacional pobre e com um nível de vida próximo ao indígena¹³⁴.

Contudo, o caboclo no Rio Grande do Sul não estava isolado, pois participava das atividades produtivas, relacionando-se economicamente com outros grupos.

Estes camponeses nacionais, considerados isolados e indesejados, na verdade formavam no Rio Grande do Sul um contingente populacional que fornecia peões para as estâncias e para o trabalho de desmatamento inicial das colônias oficiais e particulares. Quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitas delas o caboclo é contratado para a demarcação dos lotes, a abertura de estradas, as construções de prédios oficiais¹³⁵.

¹³⁴ Idem, p. ____

¹³⁵ Idem, p. 77

Além desses trabalhos realizados nas suas várias categorias, os caboclos estabeleciam relações comerciais com outros grupos, através de vários produtos produzidos ou coletados por eles.

Na condição de agregados ou de posseiros, os lavradores mantinham relações com as estâncias e com os centros de comércio, levando produtos da floresta ou de suas roças – erva medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e tudo o mais que pudessem vender ou trocar ¹³⁶.

Quando tratamos dessas relações econômicas, temos que levar em conta também a questão da terra, isto é, as formas de acesso à terra ou sua expropriação. Assim, com a Lei de Terras de 1850, onde esta passou a ser um bem capital e seu acesso restringido aos que possuíam esclarecimentos e poder econômico, podemos deduzir que em nada serviu para o lavrador nacional, visto que este ficou limitado em seu acesso à terra e, além do mais, foi sendo expropriado gradativamente. Por outro lado, a preocupação do poder político se voltava para o colono imigrante¹³⁷, esquecendo literalmente o caboclo. Somente no artigo 42, do Decreto de agosto de 1922, é que vamos notar uma preocupação dos legisladores em relação aos nacionais.

Aos nacionais já estabelecidos nas terras, que não sejam intrusos recentes e notoriamente não disponham de recursos para os pagamentos à vista ou a prazo, previsto no art. 39, poderão ser feitas concessões de proteção com redução de 20% nos preços que vigorassem na ocasião e a facilidade de pagamento mediante a prestação de serviços em trabalhos que o Estado esteja realizando. Neste caso, a expedição dos títulos dos respectivos lotes será adiada para o fim do 5º ano, após a data da ultimização dos pagamentos ¹³⁸.

¹³⁶ Idem, p. 77.

¹³⁷ Desde a colonização alemã, a partir de 1824, a terra, em seu sentido de pequena propriedade, foi destinada aos colonos imigrantes e/ou migrantes. A prova está no fato de que encontramos no Decreto nº 3004, de 10 de agosto de 1922, em seu capítulo segundo, art. 36, o seguinte: “Os lotes rurais destinam-se de preferência aos descendentes da avultada população colonial do Estado”. Legislação das Terras Públicas do Estado. *op. cit.* p.50.

¹³⁸ Idem, p. 50.

Este artigo do decreto implanta, pela primeira vez, algum privilégio aos nacionais. Porém, é muito limitado, visto que, além de vir muito tardiamente, se refere apenas aos nacionais que já estavam, não recentemente, em terras do Estado. Por outro lado, se houve a redução de 20% no valor da terra e cinco (05) anos para pagar, a mesma lei estabelece juros de 10%, já a partir do primeiro ano, o que, aliás, vai compensar para o Estado a redução dos 20%. Mas o art. 43 tenta, em seu parágrafo único, compensar acrescentando que “não será contado o juro no ano em que o concessionário haja prestado noventa dias de serviço, pelo menos, para amortização de seu débito em trabalhos que o Estado lhe faculte”¹³⁹.

A princípio, poderíamos imaginar que tal legislação importaria em benefício para os caboclos. Porém, se olharmos a realidade de uma vida de agricultor, e pensássemos que este deveria prestar praticamente $\frac{1}{4}$ dos dias do ano em serviços, para saldar a dívida de sua terra, em épocas aleatórias, deveríamos concluir que tais serviços ou seriam impossíveis ou então tirariam a sua capacidade de subsistência própria.

Na região do Médio Alto Uruguai, este artigo é o primeiro que vai atingir a vida dos caboclos. Porém, as conseqüências não vão ser sentidas na década de 20 e 30, mas a partir da década de 40, as quais veremos posteriormente. Mas a década de 20 é onde vamos encontrar um processo de migração de caboclos para a região, como conseqüência principalmente da privatização dos ervais no planalto gaúcho e do conflito de 1923¹⁴⁰. Esta presença de nacionais na região pode ser percebida em mapas físicos que a Inspetoria de Terras organizava, a partir do reconhecimento das terras, para posterior demarcação. Assim, eram batizados os lugares, os riachos, lajeados, sangas, etc. Como exemplo, encontramos a Linha dos Vieiras, a Sanga dos Vieiras, a Sanga dos Antunes, a Sanga dos Miranda, a Sanga dos Machados, o lajeado Silva e assim por diante. Era prática nomear tais lugares com o sobrenome dos primeiros moradores do lugar. Portanto, se olharmos tais mapas da demarcação de terras da região, existentes na Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen,

¹³⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁴⁰ Quanto à questão da privatização dos ervais, ver ZARTH, Paulo. **História agrária do planalto gaúcho – 1880 – 1930**. Para o conflito de 1923, ver PEREIRA, Mozart. **História de Palmeira**

vamos concluir que a presença cabocla, na região, é anterior aos imigrantes e/ou seus descendentes.

Inicialmente, estes caboclos viviam de suas culturas de subsistência, bem como da caça e pesca. Porém, mantinham relações comerciais com outros grupos, mesmo percorrendo longas distâncias. Assim se referiu Monsenhor Vitor Batistella, quando falou da primeira carreta de quatro rodas, no Distrito de Fortaleza: “(...) com ela comerciavam couros de animais silvestres caçados pelos caboclos”¹⁴¹. Isso mostra que na região do Médio Alto Uruguai, mesmo que precariamente, o caboclo não vivia de forma isolada.

Com o processo de demarcação das terras e sua privatização, o caboclo do Médio Alto Uruguai vai sofrer graves conseqüências. Mesmo mantendo algumas trocas comerciais, principalmente com Palmeira e Nonoai, não dispõe de recursos financeiros para comprá-la do Estado. Neste processo de privatização das terras, mesmo que o primeiro posseiro tivesse direitos de primazia sobre a mesma, como determinava a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, no processo de concessão ele perderia, mais tarde, o seu direito por não conseguir saldar aquilo que devia ao Estado.

O fato de a lei possibilitar o pagamento em serviços, como vimos anteriormente, não garantia o saldo da mesma. Porém, não se pode negar que tais serviços não aconteciam, pois os relatórios das Dívidas Coloniais em Serviços demonstram isso. Contudo, se analisarmos os relatórios, vamos ver que a arrecadação da dívida em serviços é insignificante em relação à arrecadação em dinheiro. Ainda, quem presta os serviços são aqueles moradores próximos aos locais onde a Inspetoria estava executando algum tipo de trabalho, como abertura de picadas, de estradas, construção de pontes ou demarcação das terras. Esses trabalhos, além de estarem localizados em uma determinada área, eram temporalizados, ou seja, aconteciam somente uma vez, visto que, posteriormente, cabia aos moradores do local mantê-los, como no caso das estradas, prestando seis

¹⁴¹ BATISTELLA, Monsenhor Vitor. *Painéis do passado. op. cit.* p. 13.

(06) dias anuais como forma de pagamento do imposto territorial rural¹⁴². Ainda, se levarmos em conta o precário sistema de comunicação, é possível que muitos, mesmo morando no mesmo local, não ficavam sabendo de tais serviços e perdiam a oportunidade de saldar a parcela de suas dívidas.

As anulações de concessões, a partir de 1939, são a consequência lógica de que os nacionais não tinham condições de saldar suas dívidas de compra de terras do Estado e as abandonavam. Baseando-se no art. 31, do Decreto nº 71.677, de 09 de janeiro de 1939¹⁴³, o Inspetor solicitava a efetivação das anulações junto à Diretoria de Terras e Colonização. O primeiro pedido de anulação apontava o seguinte:

Tabela 9: Dados da Secção Fortaleza, em junho de 1939

NOME	CONCESSÃO	Nº	SECÇÃO	SALDO
Porfírio José de Almeida	20/10/1927	207	Fortaleza	200\$000
Leonardo Galhardo	07/04/1926	270	Fortaleza	50\$000
Otacílio do Nascimento	10/01/1926	171	Fortaleza	50\$000
João do Nascimento	10/01/1926	172	Fortaleza	50\$000
Carmelinda de Oliveira	25/10/1926	114	Fortaleza	100\$00
Vercidino Camargo	21/01/1933	22	Fortaleza	50\$000
Alcidina Rodrigues da Silva	11/05/1936	107	Fortaleza	200\$00

Fonte: Arthur Ambros. Correspondência expedida à DTC. Inspetoria de Terras do Norte. 29 de junho de 1939.

Nas anulações de concessões, geralmente vamos notar que eram de nacionais em sua grande maioria e, além disso, uma única prestação da dívida havia sido paga, em serviços ou em dinheiro.

Com o enxameamento de migrantes, as terras do Médio Alto Uruguai foram, cada vez mais, sendo ocupadas e o espaço dos caboclos existentes foi diminuindo.

¹⁴² Conforme estabelecia o art. 38, do Regulamento de Terras Públicas e seu povoamento de 9 de janeiro de 1939. In: **Coletânea:** Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. *op. cit.* p. 91.

¹⁴³ O art. 31 estabelecia: “Será anulada a concessão do lote rural ainda não pago por saldo cujo concessionário abandoná-lo durante dois anos consecutivos”. *Ibidem*, p. 90.

Ao mesmo tempo, vão aumentando os conflitos por causa da terra. Várias correspondências expressam queixas de nacionais à Inspetoria de Terras, mostrando pressões sofridas por eles, tais como humilhação, ameaças, violências físicas e tentativas de suborno, por parte de migrantes, na intenção de conseguir a concessão do lote de terra. O fato mais curioso é que, muitas vezes, acontecia o abandono do lote rural e o mesmo era cedido a uma outra pessoa. Isso denota que os nacionais foram sendo expropriados de suas terras.

Outro fato marcante em relação aos nacionais, na região do Médio Alto Uruguai, refere-se às conseqüências do art. 44, do Decreto de 1939¹⁴⁴. O Interventor do Estado, Osvaldo Cordeiro de Farias, visitou a região em 1939 e constatou a existência de terras devolutas. Em virtude das enchentes que aconteceram na região do Vale do Taquari, em 1941 e do desemprego e da miséria na região da Grande Porto Alegre, muitos nacionais beneficiados com o art. 44 vão se dirigir para esta região. Em correspondência de 14 de julho de 1941, Arthur Ambros referia-se aos nacionais para o Diretor da Diretoria de Terras e Colonização da seguinte maneira:

Aos primeiros nacionais contemplados pelo art. 44 que aqui chegaram foi fornecido vales, no comércio, para ferramentas e outros utensílios e, nas serrarias, para a retirada de madeiras. Muitos não dispunham de meios para pagarem as despesas de hotéis e foi-lhes concedido uma pequena parte em dinheiro. Para melhor distribuir o auxílio, fornecemos vales, parceladamente, por mês de 200\$000 a 250\$000, na chegada e o restante depois de colocados nos lotes.

Forçados pelas circunstâncias ou iludidos pela propaganda, muitas famílias continuavam vindo para a região, conforme consta nas correspondências. Neste

¹⁴⁴ Quanto a esta questão, o art. 44 estabelecia que “aos agricultores nacionais que se acharem na iminência de despejo judicial de terras do domínio privado, bem como aos trabalhadores nacionais das cidades que pretenderem dedicar-se à agricultura, facilitará o Estado a instalação em terras de seu domínio, que já estiverem demarcadas, fornecendo-lhes passagem para o local escolhido e fazendo-lhes concessão de lotes rurais nas condições estabelecidas no art. 41. Parágrafo Único: Aos nacionais nas condições deste artigo, que o requererem, adiantará o Estado para as despesas iniciais de instalação uma importância em dinheiro, até o máximo de quinhentos mil réis (500\$000), que será incluída na sua dívida”. In: **Coletânea: Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul**. *Ibidem*, p. 91.

sentido, Arthur Ambros, Chefe da Inspetoria, em 28 de maio de 1945, assim se referia ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização:

É elevado o número de famílias de agricultores nacionais pobres que têm transferido residência para esta região, oriundos das chamadas colônias velhas. Essas famílias vêm à procura de novas terras para colocarem-se. Vem contando com grandes facilidades, abundância de lotes devolutos, auxílios e principalmente com as possibilidades de se instalarem nos lotes para requererem oportunamente. Ademais, o inspetor reclamava da propaganda que o Estado fazia através de facilidades oferecidas e que não estavam regulamentadas. Na verdade, o Estado estava forçando o elemento nacional a migrar para o Médio Alto Uruguai para evitar o desemprego, a favelização e conflitos em outras regiões.

Em correspondência datada de 13 de junho de 1945, o Diretor de Terras e colonização escrevia a Arthur Ambros, mencionando que existiam nacionais na região sul de Soledade e que tais famílias eram pobres e tinham intrusadas terras particulares, porém seriam despejadas judicialmente. Então, acrescenta:

A esses nacionais, conhecidos por “monges”, devido à religião por eles adotada, o Estado tem especial interesse em localizá-los em suas terras, a fim de torná-las produtivas e úteis à coletividade.

Convém, por isso, distribuir aos mesmos lotes rurais, que eles irão povoando à proporção que melhorando de situação e, bem assim, facilitar-lhes trabalhos em estradas, caso seus recursos não permitirem a manutenção de suas famílias no início das instalações.

Este é outro exemplo que mostra o Estado apenas adiando os conflitos, visto que tais medidas, baseadas nas propagandas que ofereciam benefícios e facilidades, mas a realidade era outra. Através da análise de vários depoimentos de pessoas que presenciaram tais fatos, fica claro que muitas destas famílias de nacionais não se estabeleceram na região, pois em breve retornaram para a grande Porto Alegre ou migraram para outras regiões.

Dentre as explicações para tal fato, vamos notar que a humilhação foi um fator que pesou para que esses nacionais não se fixassem na região. O agrimensor da Inspetoria de Frederico Westphalen, na época da demarcação das terras, o senhor Argemiro Pereira fala, em seu depoimento, que era comum moradores que não se beneficiaram do art. 44, ou seja, tinham condições de comprar um pedaço de terra, humilhar e discriminar aqueles que se beneficiaram. Isso também aparece na secção Prado, atual município de Vicente Dutra, onde encontramos o seguinte:

Dentro do processo de ocupação ocorre a migração dos municípios de Araranguá e Criciúma de Santa Catarina, em 1945, no qual um grande número de famílias instalam-se na Linha Ferminão e Mato Queimado. A exemplo, veio a família de João Maria Ugues, João Salvático, Saul da Costa, Emanuel da Costa, família Ventura e Frassão. Estas famílias citadas não aceitaram adquirir terras pelo art. 44, manifestando um preconceito em relação aos nacionais que se beneficiavam da lei. O preconceito manifestado não era racial, porém manifestava-se por serem pobres, favelados e flagelados de enchentes. As famílias acima citadas pagaram suas terras à vista e com dinheiro¹⁴⁵.

Na questão educacional, os nacionais também foram discriminados. Há depoimentos e correspondência que provam que em alguns lugares do Médio Alto Uruguai, os caboclos eram impedidos de mandar seus filhos para as escolas onde estudavam os filhos de migrantes. A própria Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen se manifestou várias vezes sobre esta questão, inclusive elaborando projeto para a instrução dos filhos de caboclos.

Em 1941, Arthur Ambros se refere ao ensino técnico para agricultores da seguinte maneira:

Os nossos agricultores acham-se em relativo atraso, mesmo porque as escolas nas zonas agrícolas foi apenas para alfabetizá-los. Conservando os processos antigos de culturas e criação, não têm conhecimento de como debelar males ou

¹⁴⁵ MENDES, Juçara M. L. **Fugitivos, caboclos, migrantes e balseiros** (A ocupação do Território de Vicente Dutra – 1912 – 1948). Monografia. mimeo. Frederico Westphalen – RS, maio de 2001.

melhorar os produtos para satisfazer as exigências atuais dos mercados consumidores.

De outra parte, entregues a si mesmos, confiados na sua limitada ambição de melhorar, restringe sua cultura ao mínimo, insuficiente, aliás, para o sustento de sua família, tornando-se-lhes os encargos de impostos e taxas um martírio que nunca se esquecem e a deficiente alimentação reflete sobre a saúde, diminuindo o vigor e a disposição para o trabalho¹⁴⁶.

A preocupação do Chefe da Inspetoria, logicamente, está relacionada aos nacionais pobres ou caboclos. Porém, se a preocupação tem seu mérito visto o esquecimento dos caboclos por parte do Estado, por outro lado, expressa uma visão do nacional pobre como sendo aquele elemento isolado e arcaico em seu processo de produzir e viver.

A mesma preocupação aparece em 1945, onde o Inspetor apresenta sugestões sobre a “instalação de núcleos agrícolas educacionais para nacionais pobres”. Na exposição de motivos aparece a preocupação em dar benefícios aos caboclos que, segundo o Inspetor, sempre viveram à “margem da sociedade e do progresso”. O projeto visava instalar tais núcleos nos municípios de Iraí, Palmeira das Missões e Três Passos. Os núcleos agrícolas educacionais deveriam ser criados nas terras do Estado, próximos às margens de rios ou foz.

Os lotes rurais teriam 20 hectares e seria feita a construção de estradas, caminhos, casas, escolas, campo experimental e ambulatório. Os núcleos agrícolas educacionais seriam destinados aos nacionais, isto é, moradores de cidades e operários, que pretendessem se dedicar à agricultura. Os nacionais receberiam, nestes núcleos, lotes rurais pelo Título II, capítulo III do Regulamento de Terras. Porém, acrescenta o Inspetor:

Além desses devem ser beneficiados com essas organizações os nacionais pobres, desprovidos de quaisquer recursos, que abunda nesta região e em outras. Esses nacionais carecem de tudo. Não conhecem os mais mezinhos princípios de higiene, são analfabetos e os filhos vivem na mais completa miséria.

¹⁴⁶ Correspondência expedida ao Sr. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, em 11 de julho de 1941.

Necessitam de amparo, de assistência médica principalmente, e de escolas para os filhos. São em geral homens trabalhadores, excepcionalmente resistentes aos mais duros trabalhos, porém desanimados pela penúria, pelas doenças e pelo completo abandono em que sempre viveram ¹⁴⁷.

Ainda em 1947, vamos encontrar a mesma reivindicação pelo novo Chefe da Inspetoria, Israel Farrapo Machado. Segundo ele, a criação de núcleos agrícolas educacionais era necessário para tirar os caboclos da situação de atraso e miséria na qual se encontravam:

Seria conveniente que o Estado tomasse providências por intermédio das autoridades competentes e com o auxílio e assistência da Diretoria de Terras, no sentido de serem os nossos agricultores pobres, principalmente os caboclos amparados mais diretamente, especialmente com assistência médica e assistência técnica. (...) Os nossos caboclos apesar de serem reconhecidamente bons trabalhadores, são dispersivos, pouco persistentes e desorganizados ¹⁴⁸.

A partir de 1947, não encontramos mais documentos que expressavam preocupações com a situação dos caboclos, porém, os projetos de criação de núcleos agrícolas educacionais não saíram do papel. Assim, os caboclos, sem condições de saldar a dívida, foram aos poucos perdendo suas concessões simplesmente, ou obrigados a vendê-la para algum migrante. Por outro lado, o Estado, através da Inspetoria de Terras, passa a aplicar o art. 43, do Decreto nº 7677, de 9 de janeiro de 1939¹⁴⁹, fazendo com que muitos caboclos tivessem suas concessões restritas apenas a alguns hectares, tornando impossível a sobrevivência sua e de sua família e, nesta situação, vão se tornar meeiros de algum migrante, viver como peão, ou simplesmente emigrar para outras regiões ou viver precariamente em algumas encostas de rios da região.

¹⁴⁷ Correspondência expedida ao Sr. Engº Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, em 28 de abril de 1945.

¹⁴⁸ Correspondência expedida ao Sr. Engº Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, em 03 de julho de 1947.

¹⁴⁹ O art. 43 expressava o seguinte: “Decorrido o prazo de dez anos, poderá ser anulada, mediante despacho do Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, a concessão da parte do lote não paga, passando-se ao concessionário título da área, correspondente aos pagamentos efetuados. In: **Coletânea**: Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. *op. cit.* p. 91.

4.4 O processo da enxamagem e o re(apossamento) das terras: inclusão x exclusão

Roche, em seu estudo sobre a imigração alemã, trata também da “Enxamagem”. Ele atribuiu várias causas a este processo, tais como o esgotamento do solo, baixa de rendimentos, crescimento da população, alto índice de natalidade e técnicas incompatíveis com a estrutura agrária. Para ele,

o primeiro fator das migrações rurais é a expansão demográfica dos municípios povoados pelos imigrantes alemães e seus descendentes. O contingente de imigrantes, em cada geração, corresponde exatamente ao número de filhos que excede ou que basta para a ocupação do lote paterno ou, a rigor, do semilote: fica um filho, dois, no máximo, na propriedade¹⁵⁰.

Já nos referimos, anteriormente, à grande prole das famílias de imigrantes. Porém, por si só, isso não basta para explicar a enxamagem. O segundo fator está ligado ao da estrutura agrária, isto é, à pequena propriedade e, nesta, a existência de técnicas primitivas incompatíveis com tal estrutura. De fato, mesmo que os imigrantes já conheçam novas técnicas para uso intensivo do solo, inicialmente, adotaram o roçado e as queimadas e, como havia pouca disponibilidade de terra para o rodízio, aos poucos o solo foi se esgotando, baixando os rendimentos e obrigando os descendentes a buscar novas terras. Assim, foram abrindo novas fronteiras agrícolas, conforme mapa da enxamagem (ver mapa p. 353).

O Médio Alto Uruguai, como última fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, vai ser ocupado também por migrantes, tanto oriundos das primeiras colônias de imigrantes, como também daquelas colonizadas no final do século XIX, como Ijuí, Passo Fundo, Erechim, etc. Segundo o Mons. Vitor:

¹⁵⁰ ROCHE, Jean. 1969. *op. cit.* p. 376.

Nossos “pioneiros” vieram das mais diferentes partes e remotas paragens: Ijuí, Mariana Pimentel, Bento Gonçalves, Guaporé, Júlio de Castilhos, Erechim, Tapera, Nova Roma. Despertados pela fama das águas medicinais de Iraí, atraídos pelas notícias de riqueza das terras, da abundância da madeira de lei, da quantidade incrível de animais de caça; fascinados pela imagem do sertão imenso com suas florestas cheias de mistérios; iludidos de encontrar aqui o Eldorado que lhes iria dar nova vida e próspero futuro, acossados, talvez, muitos pela necessidade e pela pobreza; movidos outros pelo espírito de aventura, abalaram-se do lugar onde moravam desde dezenas de anos, deixando mil recordações e mil amores. Uns vieram à frente tomar conhecimento e preparar algo para a família que viria depois, um rancho, uma lavoura, um começo de vida. Outros traziam família e tudo, aventurando-se ao acaso, confiando em Deus e na sorte. De cargueiro, à cavalo, à pé, carregando os poucos haveres, os filhos e uma grande esperança. Os homens não esqueciam alguma arma de caça, uma pistola, algum raro revólver, o facão e a faca. E penetravam no mato a dentro trazendo do Dr. Frederico Westphalen, Chefe da Inspetoria de Terras de Palmeira, autorização para se instalar onde quisessem, contanto que marcassem bem a área ocupada, a fim de evitar litígios entre vizinhos quando entrasse a medição¹⁵¹.

O grande enxameamento de migrantes para a região do Médio Alto Uruguai vai se dar na década de 40 e 50. Porém, a ocupação já vinha acontecendo desde a primeira década do século XX¹⁵². Na lógica dessa migração, com poucas exceções, primeiro vem um ou dois da mesma família, casado ou solteiro e, posteriormente, vamos ter a migração de outros membros da família, como irmãos, pais e parentes. Se havia terra disponível, se instalavam todos por perto.

A explicação para esse processo nos é dada através da relação “terras velhas X terras novas”. Nessa relação, as terras velhas referiam-se às terras colonizadas no século XIX, principalmente as do planalto gaúcho e região serrana. Essas terras estavam em processo de esgotamento e, por conseguinte, perdendo a capacidade produtiva. Isso era fruto do tipo de uso do solo que se fazia, ou seja, técnicas rudimentares de ocupação e sem preocupação em devolver ao solo

¹⁵¹ BATISTELLA, Mons. Vitor. **Painéis do Passado**. op. cit. p. 23.

¹⁵² ENDERLE, A. Triches. **Palmitinho, origem e trajetória histórico-cultural**. Frederico Westphalen – RS: URI, 1996, p. 80.

nutrientes consumidos pelas plantações. A partir daí, e acrescentando a propaganda que o Estado fazia referente às terras do Médio Alto Uruguai, mais a propaganda dos primeiros migrantes através, principalmente, de carta aos familiares ou parentes, não restava dúvida de que era chegada a hora de migrar para as terras novas.

O Médio Alto Uruguai vai oferecer, de um lado, terras abundantes e férteis, bem como uma mata com uma diversidade de madeiras e muita caça. De outro, os percalços de uma terra quase inabitada, ou seja, dificuldades de transportes, comércio distante, distâncias dos hospitais, bem como os perigos oferecidos pela mata.

É comum encontrarmos em depoimentos de migrantes algumas referências a essa situação, tais como:

Nos primeiros tempos nós passemos meio malecho (...) muitas vezes nós temperava o feijão com nata de leite porque não tinha banha, não tinha onde comprar... (Bráulio dos Santos).
 Não tinha nada, pense! Não tinha nada. Era só mato (...) mas era só mato, mato, mato (Ermínia Espanhol).
 ... se estabelecer no sertão foi um sacrifício. A primeira casa foi feita de tábuas lascadas (...). As tábuas eram lascadas com cunhas e marretas de madeiras (João Isidoro Balestrin)¹⁵³.

Quanto a essa situação, não se pode negar que não foi fácil para os migrantes, nos primeiros tempos. As dificuldades já estavam presentes nas antigas colônias, continuavam com o deslocamento para o Médio Alto Uruguai e se estenderam, posteriormente, em muitos aspectos. Inicialmente, a terra era abundante e, por isso, era só escolher um lote, se instalar e começar o processo de produção¹⁵⁴.

¹⁵³ Não se pode aceitar aqui a asserção de Mons. Vitor Batistella, a qual nos referimos anteriormente, de que os primeiros migrantes do Médio Alto Uruguai traziam consigo autorização para se instalarem onde quisessem. Via de regra, isso não procede, visto que para o Médio Alto Uruguai, Palmeira era apenas um ponto de acesso. Ademais, já nos referimos às reclamações de intrusões nas terras que o Governo considerava suas.

¹⁵⁴ ENDERLE, A. Triches. *op. cit.*, p. 35-36.

De uma densa floresta, em todo o Médio Alto Uruguai, em pouco tempo e, principalmente, com a ação dos migrantes e madeireiros, toda a região foi sendo devastada. Segundo Enderle:

(...) o que a natureza levou milhares de anos para construir, a ação de nossos migrantes (homens, mulheres, crianças), impulsionadas por forças alheias a sua vontade, em menos de um século, modificaram radicalmente o panorama geográfico. É importante não perdermos de vista esse processo. A natureza foi completamente depredada. Enquanto o facão e a foice abriam picadas e preparavam o terreno, o machado e o serrote, submetidos à força e à coragem dos valentes “pioneiros”, punham abaixo milenares angicos, grápias, cedros, entre tantas outras preciosidades (...) ¹⁵⁵.

Diante daquela depredação, a natureza não resistiu, pois se iniciava a derrubada da mata de forma aleatória e quando esta secava, limpavam a área colocando fogo para, depois, plantar. Porém, a lógica de “aproveitar ao máximo”, segundo Enderle, era apenas uma consequência de um sistema sociopolítico e econômico que, baseado na idéia de “progresso”, vai orientar a ação dos migrantes ¹⁵⁶. Na verdade:

Não foram tomadas, nesta fase inicial, medidas que estabelecessem a relação positiva sociedade/meio ambiente, ou seja, a preservação através de cotas de derrubada e de áreas de controle ambiental, visando a recomposição das espécies abatidas, bem como a delimitação de territorialidades vegetais, fora do alcance do machado e da motosserra ¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Não se trata aqui de, pura e simplesmente, condenar os migrantes, visto que o latifúndio e as correntes migratórias fugiram do controle das leis estaduais e federais referentes à natureza. A força de um e a necessidade e falta de conhecimento de outra, causaram danos irrecuperáveis.

¹⁵⁶ VIEIRA, E. Falcão; RANGEL, S. Salum *apud* ENDERLE, A. Triches. *Op. cit.* p. 44. Ainda sobre esta questão, encontramos uma série de correspondências na Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, que traziam a preocupação com a depredação da mata. São denúncias, ordens para os fiscais das matas proibir cortes e aprisionar madeiras. Porém, isso não era respeitado ou fugia do controle dos fiscais, pois nota-se que as madeiras apreendidas posteriormente eram roubadas.

¹⁵⁷ ENDERLE, A. Triches. *Op. cit.* p. 45.

Levando ainda adiante esta questão, vamos notar que o produto principal que os primeiros migrantes tinham para comercializar era a banha ou os porcos e, em troca, adquiriram tecidos, sal, querosene, etc. Para tanto, após a roçada da mata e a queimada, plantava-se o milho e, quando este estava maduro, soltavam os porcos para que, livremente, se alimentassem do produto até a engorda para, depois, serem abatidos ou levados para o abate. No próximo ano, derrubava-se nova área de mata e repetia-se o processo, sempre deixando a anterior sem cultivá-la. As cercas ou encerras, feitas de pedras, só foram surgindo com o processo de demarcação das terras.

É interessante frisar, aqui, que se a vida dos primeiros migrantes foi difícil, tanto na questão da produção, bem como da comercialização, eles contaram com o braço forte dos caboclos que residiam na região. A destreza destes com a foice e o machado possibilitava a roçada da mata para os migrantes que, posteriormente, só teria o trabalho de fazer a queimada e o plantio. Nesta fase, também poderiam contar com a mão-de-obra cabocla. Quanto à questão do comércio, os caboclos, por conhecerem bem as picadas que conduziam a Nonoai e/ou Palmeira, sempre acompanhavam os primeiros migrantes, ou transportando banha em lombo de burros ou conduzindo varas de porcos para serem abatidos no comércio. Quanto a este último sistema, alguns depoimentos explicam o processo:

Quando os porco engordava, nas roças de milho, nós botava eles nas encerra feitas de pedra. Deixava eles sem comer por dois dias e então eu e o Orides Vieira e o Pedro Antunes da Silva começava a viagem para Nonoai. Eu no lombo do burro levava milho para tratar os porco quando nós parava para descansar. O Orides ia caminhando na frente da bicharada com algumas espigas na mão para enganá os bicho e eles iam atrás dele. Já o Pedro ia atrás pra cuidá que nenhum animal ia se perde¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Entrevista com o Sr. Germano Müller, 1994. Centro de Documentação e Pesquisas Históricas. URI – Frederico Westphalen. O senhor Germano Müller veio de Espumoso em 1916 e se instalou, inicialmente, em Farinhas, atual município de Alpestre. Em 1926, por meio de picadas, rumou para as margens do Rio Mel, na atual localidade de Santa Cruz, município de Planalto. Ele veio caminhando e conduzindo suínos, acompanhado de sua esposa Ondina da Cruz e as duas filhas pequenas: Hulda e Jandira Müller, que vieram em lombo de burro.

Em seguida, encontramos na entrevista algo esclarecedor sobre a disponibilidade e o trabalho social dos caboclos:

Sabe, quando eu precisava deles, era só ir lá no rancho deles e já largavam tudo e vinham me ajudá. Os caboclo era bom em tudo que serviço: roça, derrubá madeira, levá porco prá Nonoai... Eu não pagava eles porque a gente quase não tinha réis, mais depois de três ou quatro dias de lida dura, eu matava um porco – sabe! Daqueles bem grande – e eles não paravam de comê até não terminá o bicho¹⁵⁹.

Tal depoimento mostra que o migrante não esteve sozinho nos primeiros tempos e, sim, contou com o trabalho e a solidariedade dos caboclos, sempre dispostos à ajuda, mesmo sem perceber remuneração para tanto.

O Estado, por sua vez, conforme já mencionamos, contribuiu com sua parte no tocante à questão da terra, visto que dava prioridade e facilidades para os migrantes. Inicialmente, com terras abundantes, cabia uma demarcação informal, feita pelo próprio migrante, e esperar a demarcação oficial. Esta, às vezes, demorava mais de uma década. Com este tempo, já era possível, além da subsistência, acumular alguns réis para pagar as prestações da terra.

Ainda, conforme a lei determinava, apenas legalizavam-na. Encontramos nos relatórios da Inspetoria, em Frederico Westphalen, já a partir da instalação desta Inspetoria, pedidos de títulos de propriedade, através de legitimação de posses, baseadas no decreto de 1922 e, posteriormente, em sua grande maioria, no de 1939, ou seja, legitimação de posses de até 10 hectares.

Esta prática continuou até a década de 60, visto que as demarcações eram mais lentas do que o apossamento. Quanto aos requisitos exigidos para a legitimação como, por exemplo, a comprovação dos anos de posse e cultura, através de três testemunhas, parece não serem difíceis, haja vista os poucos

¹⁵⁹ *Ibidem*.

pedidos de legitimação rejeitados¹⁶⁰. Contudo, as terras do Médio Alto Uruguai eram destinadas, preferencialmente, aos migrantes e seus descendentes, dentro da visão da colonização oficial. Até mesmo os imigrantes foram limitados e/ou impedidos de adquirirem terras na região¹⁶¹.

A primazia da preferência pelas terras, além daquela oferecida pelo Estado, se deu pelo grau de poder econômico e/ou pela coação. Com a aceleração das demarcações de lotes rurais, nas décadas de 40 e 50, mesmo que concomitantemente, era o auge da migração para a região, os migrantes traziam consigo uma certa economia (ou venderam sua terra na antiga colônia ou a família tinha alguma economia e esta era destinada a quem migrava e, em troca, abria mão de sua herança). Neste sentido, quando os migrantes chegavam aqui, eles tinham dinheiro para comprar um lote ou, às vezes, mais de um do Estado ou então de um antigo posseiro.

Com o processo migratório para o Médio Alto Uruguai, a região vai sendo rapidamente povoada. Os povoados vão surgindo e, assim, vão sendo criados novos municípios, inicialmente desmembrados do município-mãe, que era Palmeira das Missões. Depois, outros povoados vão se emancipar, seguindo a lógica do crescimento dos distritos. Porém, a região era essencialmente agrícola, conforme consta nos censos demográficos.

¹⁶⁰ O Decreto nº 3004, de 10 de agosto de 1922, em seu Art. 8º, tratava sobre a Legitimação de posses. C) – as posses transmitidas por escrituras de mais de 30 anos; bem assim as de ocupação efetiva e ininterrupta de mais de 30 anos dos respectivos posseiros ou seus herdeiros e concessionários. Já o Decreto nº 7677, de 9 de janeiro de 1939, acrescentava nas posses a serem legitimadas: Art. 7º - d) as posses com dez anos, sem oposição, com moradia e cultura, mantidas por brasileiros que não sejam proprietários rural e urbano. Porém, a lei nº 1542, de 22 de setembro de 1951 estabelecia em seu Art. 1º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos consecutivos, trechos de terras rurais do domínio patrimonial do Estado, não superior à área de vinte e cinco (25) hectares, tornando-a produtiva, adquirir-lhe-á a propriedade, desde que feita prova de sua incapacidade financeira.

¹⁶¹ Por ordem da Diretoria de Terras e Colonização, os Inspectores, a partir de 1942, não poderiam fazer concessão de terras a imigrantes.

Tabela 10: População presente nos municípios e distritos, segundo o sexo e a situação do domicílio

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAIS			A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
				QUADRO URBANO		QUADRO SUBURBANO		QUADRO RURAL	
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Palmeira das Missões	84895	43128	41767	1771	1869	1947	2084	39410	37814
Palmeira das Missões	28482	14487	13995	733	796	694	853	13060	12346
Frederico Westphalen	101 84	5168	5016	421	423	674	638	4073	3955
Herval Sêco	6057	3091	2966	106	104	74	58	2911	2804
Palmitinho	8659	4417	4242	68	68	66	67	4283	4107
Rodeio Bonito	7629	3874	3755	110	129	16	19	3748	3607
Seberi	10514	5252	5262	210	232	284	305	4758	4725

Fonte: Censo Demográfico: Estado do Rio Grande do Sul - 1950

Tabela 11: Setor de atividade das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo as microrregiões e os municípios

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAIS		ATIVIDADES PRIMÁRIAS		ATIVIDADES TERCIÁRIAS		ATIVIDADES COMERCIAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Frederico Westphalen	8599	8738	4534	386	668	34	289	74
Iraí	4392	4326	2329	909	272	03	164	35
Nonoai	9831	9626	6871	701	215	04	169	30
Palmeira das Missões	99558	19463	11801	1711	813	12	825	117
Palmitinho	4461	4232	3300	768	47	-	68	08
Planalto	5766	5629	3958	1078	240	-	131	09
Rodeio Bonito	4559	4441	3265	185	43	-	52	01

Fonte: IBGE – VIII Recenseamento Geral – 1970

Nota-se, na comparação de dados dos censos de 1950 e 1970, de alguns municípios do Médio Alto Uruguai, que as atividades agrícolas ocupam a grande maioria da população. Porém, juntamente com essas atividades, nos

povoados e cidades surgem as atividades comerciais e industriais. Estas vão facilitar a vida dos agricultores, na questão das distâncias para vender e comprar. Por outro lado, o desenvolvimento da agricultura, na região, esteve vinculado diretamente com a abundância de mão-de-obra. Além da constituição familiar, cujo número de filhos variava entre 08, 10, 12, os migrantes contavam, nessa fase, com a mão-de-obra cabocla.

Nas décadas de 50 e 60, temos na região os chamados “mutirões”. Estes eram organizados essencialmente por migrantes, principalmente visando preparar o terreno para a plantação, ou então para a colheita. Tais mutirões não eram uma expressão de solidariedade entre os migrantes¹⁶², mas dos caboclos em relação ao migrante, visto que quem participava dos mesmos, em sua grande maioria, eram os caboclos. Numa entrevista com um migrante, morador de uma localidade do interior do atual município de Ametista do Sul, onde residiam muitos caboclos na época supra citada, nota-se este fenômeno:

Quando a gente queria roçar um capoeirão para plantar feijão era só fazer um mutirão, convidar os caboclos e a roçada saía. Quase todo dia tinha. A gente se organizava – eu, o Gnoatto, o Müller, o Glinka, o Santin, o Radaelli, os Kovaleski – para não fazer no mesmo dia. Eles (os caboclos) não perdiam nenhum. A gente matava um leitão e comprava uma cachaça e a roçada saía¹⁶³.

A conseqüência lógica desta atitude foi a expropriação e exclusão dos caboclos na região, ou seja, prestavam serviços aos migrantes em seus mutirões ou ainda como diaristas. Em contrapartida, sobravam -lhes pouco tempo para trabalhar em suas terras. Aos poucos foram dependendo diretamente da oferta esporádica de algum serviço nas lavouras dos migrantes. Muitos foram vendendo, a preços irrisórios, o pedaço de terra que lhe sobrava e migravam para as barrancas de rios

¹⁶² Encontramos na região do Médio Alto Uruguai, em escritos, depoimentos ou idéias correntes de que a prosperidade dos migrantes se deve ao espírito coletivo e solidário. Porém, esta visão não corresponde à realidade histórica e carece de fundamentação.

¹⁶³ Entrevista com Gentil Viecelli. Maio de 2000.

(Uruguai e Várzea)¹⁶⁴. Muitos foram para as cidades viver uma vida suburbana e outros emigraram para outros Estados. Tal foi a sorte daqueles que antecederam os migrantes, em nossa região, e que muito contribuíram com seu trabalho para a colonização e desenvolvimento da mesma.

¹⁶⁴ Encontramos, hoje, próximo ao Rio da Várzea e Uruguai, o maior contingente de caboclos, da região do Médio Alto Uruguai. Vivem de atividades de subsistência e prestam serviços, como diaristas, para agricultores da região.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, precisamos sintetizar algumas idéias que, ao longo do trabalho, foram prevalecendo. Porém, não a título de conclusão, mas como consequência lógica a que o trabalho inicialmente se propôs.

Ao optarmos por analisar a questão agrária no Médio Alto Uruguai, apropriamo-nos de subsídios fornecidos pela História Agrária, a partir da tradição que começa com os *annales* e culmina com a discussão, no Brasil, sobre a mesma.

Para tanto, foi de fundamental importância entender o processo de imigração para o Brasil, a partir do século XIX, principalmente com alemães e italianos. Entre as várias causas, sem dúvida, é a evolução do sistema capitalista europeu do século XIX que, em última instância, vai forçar a imigração para o Brasil, pois tal sistema, tanto no campo como na cidade, jogou milhares de pessoas na miséria e sem um espaço para sobreviver. Além do mais, as pessoas não migram somente por causa da miséria, mas, imbuídas da mentalidade de ter mais, deslocam-se sempre que surgir uma oportunidade e isso também é fruto da ideologia capitalista.

Por outro lado, o Brasil vai se apresentar como a “terra prometida”. Na verdade, o império, através da propaganda e do oferecimento de vantagens aos imigrantes, vai conseguir atraí-los. Contudo, dentro da mesma lógica da evolução capitalista, ou seja, substituição da mão-de-obra escrava para desenvolver a pequena propriedade privada.

Quanto a esta última, a província do Rio Grande do Sul se destaca. Outrossim, devemos levar em conta que a colonização do Brasil, através do sistema

sesmarial, que funcionou até 1822, contribuiu para a formação da grande propriedade monocultora. Ao contrário de seus objetivos iniciais, no Rio Grande do Sul, as sesmarias formaram as estâncias, como centro social e econômico, porém, até 1822, a província estava quase despovoada. Diante deste contexto, a imigração vai cumprir sua função de povoar – estratégia de defesa do território – e de produzir – estratégia de abastecimento do mercado interno.

Após a experiência com açorianos e militares, o Governo Imperial vai dirigir outra etapa da colonização. A partir de 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães à colônia de São Leopoldo, estes vão receber em média 77 hectares de terras, reforçando, neste sentido, a “pequena propriedade” legal no Rio Grande do Sul. Estes pequenos agricultores começaram, num primeiro momento, a cultivar produtos de subsistência e a comercializar o excedente. No entanto, suas técnicas primitivas causaram o esgotamento do solo e a baixa na produção. Como consequência, vai haver a expansão da colonização como também da fronteira agrícola, decorrendo daí conflitos dos mais variados, relacionados com o sistema de sesmarias, a falta de política de terras por parte do Governo Imperial e por demarcações arbitrárias. Mesmo assim, os colonos foram abocanhando novas terras, expandindo a colonização na província.

Em 1850, foi criado o primeiro estatuto legal sobre as terras brasileiras do Governo Imperial, que ficou conhecido como a “Lei de Terras de 1850”. Esta, na verdade, legalizou a propriedade privada da terra, pois estabelecia que a aquisição de terras devolutas deveria ser através da compra. Assim, além desta legislação limitar o acesso à terra aos que não tinham condições, vai possibilitar interpretações diversas, causando apropriações de grandes extensões de terras, bem como desenvolver a colonização particular.

Se entre 1822 e 1850, vigorava a falta de legislação fundiária, a nível imperial e provincial, dali em diante talvez houvesse em excesso, decorrente das várias reformulações da Regulamentação da Lei de 1850, causando problemas administrativos e conflitos por causa da terra. Contudo, entre os sucessos e/ou retrocessos da imigração alemã, em parte decorrente das legislações existentes, o

fato é que o Governo Provincial intencionava mandar para as novas colônias cada vez mais imigrantes.

Como os estados alemães vão suspender a emigração, a partir de 1870, o império brasileiro passa a atrair imigrantes italianos, contando com fatores que facilitarão tal empreendimento, como o elemento demográfico e comercial, o econômico, o cultural, o afetivo e, principalmente, a legislação, tendo por base a iminência do fim do sistema escravista e a necessidade de força de trabalho. Neste momento, a competência passa para as províncias criarem novas colônias e incrementá-las.

As 32 léguas, que o Governo Imperial cedeu ao Governo Provincial, para fins de colonização, referem-se à zona da mata que até então havia sido deixada de lado e que vai ser destinada à colonização italiana. Partindo da criação das colônias Dona Isabel e Conde D'Eu, em 1870, aos poucos, várias outras colônias vão sendo implantadas.

Aos imigrantes italianos foram distribuídos lotes de terra que variavam entre 50 e 100 há, dependendo da capacidade aquisitiva de cada colono. Inicialmente, os italianos também praticaram uma agricultura de subsistência. Gradativamente, foram desenvolvendo o artesanato e uma agricultura industrial, a vitivinicultura. No entanto, se houve o incremento na produção e a melhoria de vida do colono, por sua vez, a utilização de técnicas primitivas trouxe, em um segundo momento, o esgotamento do solo e a baixa da produção, tal como tinha acontecido em zonas de colonização alemã. Tal fenômeno vai forçar a criação de novas colônias, avançando na expansão agrícola.

A imigração vai contribuir, assim, para o incremento da produção policultora, graças à pequena propriedade e, apesar dos sucessos e insucessos, o sonho de um pedaço de terra vai ser realidade para os imigrantes que, além de proteção e apoio do Estado, contaram com o apoio e a proteção da igreja, o que, aliás, não aconteceu com os nacionais.

Com a implantação da República, o Rio Grande do Sul vai ser administrado, até 1930, pela elite republicana – descontentes e excluídos do regime monárquico. O positivismo serviu de fundamentação para a organização do Estado, ou seja, uma organização baseada em “preceitos científicos”. Para tanto, os positivistas defendiam ser necessário mudar opiniões e comportamentos para que a sociedade “evoluísse”.

Na questão agrária, conforme estabelecia a Constituição Federal, cabia aos Estados criar a legislação e administrar as terras públicas. No Rio Grande do Sul, o executivo ficou encarregado das terras do Estado. Todavia, mesmo que, em 1908, Borges de Medeiros “acabe” com a distribuição de terras, as conseqüências da lei de 1850 e da Constituição Estadual de 1891 respaldavam o apossamento de grandes extensões de terras. No interior, são os coronéis que vão se apossar das terras de caboclos e índios, visto que estes não tinham poder para resistir.

No período pós 30, a nível nacional, houve a aceleração do processo de industrialização. No entanto, no Rio Grande do Sul, é o setor primário que predomina sobre os demais, mesmo havendo a integração da economia rio-grandense, de 30 a 45. Contudo, se há um otimismo frente ao crescimento da economia no período, já não se pode dizer do subsequente, pois a partir de 45, o celeiro do país entra em crise. Isto se deve ao fato de que tal economia, subsidiária da economia central, em seu setor mais expressivo – a agricultura – era desenvolvida com técnicas rudimentares e, por isso, a baixa produção encabeçava a crise. Como conseqüência, a migração das antigas colônias, principalmente para outros Estados, vai preocupar os administradores.

Na busca de uma saída para esta preocupação, surge a atividade monocultora da soja que, com uma série de incentivos, vai tomar conta da grande e pequena propriedade rural, já no final da década de 60. Após um breve período de grande prosperidade, tal atividade, além de jogar os pequenos colonos numa crise, será claramente prejudicial para os caboclos e índios. Estes, em tal atividade, só se inseriam, esporadicamente, como força de trabalho à mercê de um pequeno ou grande plantador de soja ou, então, como no caso indígena, alugando suas terras para alguém que tivesse condições de desenvolver esta atividade e, em troca,

ganhar um mínimo pelo arrendamento e, como consequência, ver o fim de suas matas e o esgotamento do solo.

Após estas considerações, é possível nos reportarmos ao Médio Alto Uruguai. Na verdade, esta região, como última fronteira agrícola do Estado, estava inserida no contexto infra e superestrutural que ora abordamos.

Sendo uma terra coberta de matas, sua colonização data do início do século e era recomendada para fins de colonização, ainda no século XIX, mesmo cientes da existência de populações indígenas e caboclas no local.

Inicialmente, as picadas serviram para a exploração da região e, posteriormente, para a colonização, visto que, a partir delas, as estradas foram surgindo.

Quanto à demarcação das terras, por ser uma colonização oficial, estava a cargo, inicialmente, da Inspetoria de Terras do Norte, com sede em Palmeira. A partir de 1939, foi criada a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. Até esta data, o processo de demarcação das terras, na região do Médio Alto Uruguai, foi muito lento, principalmente pela grande extensão de terras a ser demarcada por aquela Inspetoria. Por outro lado, nota-se que grande quantidade de terras já haviam sido ocupadas e não estavam demarcadas, o que, aliás, vai continuar mesmo com a criação da Inspetoria de Frederico, conforme queixavam-se os inspetores, quando se referiam aos “intruzos”.

Se os dados apontam que, em 1941, metade da região estava por ser colonizada, é porque se entendia por colonização as terras demarcadas, concedidas e com culturas. No entanto, neste período, estes dados não consideravam as posses existentes.

Quanto aos requisitos para as demarcações, os lotes deveriam ter uma área de 25 hectares, com acesso a águas e estradas. A partir da década de 40, e seguindo na década de 50 – auge da migração para a região -, tal preceito se tornou quase impossível de ser seguido, por haver mais de um morador no mesmo lote ou

por ser o apossamento desordenado. Isto fez com que, já na década de 50, a Inspetoria começasse o trabalho de subdivisão de lotes e, na década de 60, fosse o principal trabalho.

Como o processo de demarcação das terras foi mais demorado do que a ocupação, muitos conflitos surgiram. Mesmo que o Regulamento de Terras desse preferência ao primeiro ocupante, nem sempre isso era respeitado, ora por equívoco da Inspetoria, ora por pressões diversas ou por desrespeito à demarcação feita. Com isso, quem levava vantagem era sempre o mais forte. Assim, aqueles que tinham menos condições, não conseguindo resistir, foram cedendo o seu pedaço de terra, havendo uma verdadeira grilagem e expropriação das mesmas.

Nesta altura, tratamos da questão indígena, especificamente dos Kaingangs. Na verdade, a grilagem de terras indígenas foi uma constante. No Rio Grande do Sul, o processo de colonização concorria com tal fenômeno, ou seja, conforme avançava a colonização das terras com a imigração, os índios iam sendo expulsos e/ou encurralados em toldos.

A promessa era demarcar terras para os índios, fazendo com que os mesmos deixassem o seu modo de vida e se tornassem “civilizados”, conforme a concepção do poder público provincial, imperial e republicano. Porém, concebendo o índio como alguém não civilizado, não bastava demarcar as terras e criar toldos. Era preciso catequizá-los e educá-los para que os mesmos se tornassem dóceis e obedientes, sem prejuízo para a colonização.

Neste sentido, o Governo Provincial vai criar, no Médio Alto Uruguai, a partir de 1845, os toldos de Nonoai e Guarita e, juntamente, vai possibilitar aos missionários a tarefa da catequese, contribuindo para domesticar os índios.

Como conseqüência da fixação dos índios em toldos e da catequese, os mesmos, deixando o seu modo de vida, vão se tornar dependentes do poder provincial, pois perderam a possibilidade de subsistência autônoma, em nome da “civilização”.

Na República Velha, os positivistas, imbuídos da ideologia do “progresso”, mesmo mantendo uma aparente idéia de proteção aos indígenas, vão contribuir para colonizá-los. Houve a demarcação dos toldos –Nonoai, entre 1911 e 1913, ficou com uma área de 34.980 hectares e o Guarita, em 1918, com 23.183 hectares. Quando a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen passou a administrar os toldos, houve nova demarcação do toldo de Nonoai, em 1941, e o mesmo ficou com 14.910 hectares. O restante foi destinado ao Parque Florestal. Quanto ao Guarita, mesmo que a documentação da Inspetoria diga que ficara com 15.900 hectares após a demarcação, na prática, isso não aconteceu.

Além do Estado proceder à grilagem das terras indígenas, também havia intrusões nas mesmas, principalmente depois da década de 40. Estas aconteciam ou por pura invasão ou via arrendamento das terras, que o Estado legalizava e a FUNAI consentia e se responsabilizava de tal tarefa. Estas intrusões contribuíram para acabar com a mata existente nos toldos e esgotar o solo, trazendo, conseqüentemente, dificuldades para os índios sobreviver de forma autônoma.

Portanto, esta investida contra o modo de vida dos índios, a partir dos toldos, da catequese e das intrusões, fizeram com que os mesmos se tornassem dependentes do Estado e/ou de algum colono próximo dos toldos. Na verdade, a terra pertencente a eles não oferecia condições imediatas para a sobrevivência e isso fez com que se tornassem dependentes e submissos a algum patrão.

Do mesmo modo, podemos falar do lavrador nacional ou caboclo. Diante da idéia de que não eram aptos ao trabalho sistemático, foram substituídos pela mão-de-obra imigrante e, conforme a grande lavoura ia avançando, estes foram sendo expulsos de suas posses. No entanto, eles não viviam isolados do processo de colonização, visto que se relacionavam economicamente com outros grupos.

Quanto à questão da legislação agrária, esta quase sempre serviu de entrave para que o caboclo tivesse o seu pedaço de terra.

No Médio Alto Uruguai, muitos caboclos já residiam quando chegaram os migrantes. Porém, é nesta região que eles vão se estabelecer a partir da década de

20, principalmente por causa da expulsão, como consequência da privatização dos ervais no planalto gaúcho, dos conflitos de 1923, das enchentes no Vale Taquari em 1941 e do desemprego na grande Porto Alegre.

Com o processo de demarcação das terras na região e sua privatização, o caboclo, sem condições para saldar as prestações, vai perdê-la mais tarde ou sua posse era retalhada, impossibilitando sua sobrevivência na mesma.

Com o enxameamento de migrantes para o Médio Alto Uruguai, o espaço dos caboclos vai ser cada vez mais reduzido, sofrendo inclusive pressões diversas, por parte dos migrantes, o que fazia com que, muitas vezes, não suportando, vendia-a ao colono ou simplesmente a abandonava. Por outro lado, o Estado, mesmo fazendo promessas de protegê-los, na prática nada fazia.

Portanto, perdendo a sua terra ou esta sendo reduzida a alguns hectares, os lavradores nacionais, na região, vão se tornar meeiros, trabalhar esporadicamente para algum migrante, emigrar para outras regiões ou viver em algumas encostas de rios da região.

Nota-se, também, desde a chegada dos primeiros migrantes, que estes contavam com a ajuda dos caboclos para as mais diversas tarefas. Uma mão-de-obra barata que viabilizava a produção e a vida dos migrantes. Tanto pela via da simples ajuda ou como diaristas e, posteriormente, através dos mutirões. Os caboclos contribuíram para colonizar e desenvolver a região e, como consequência, foram excluídos e/ou expulsos da mesma, como foram também os índios.

Findando este trabalho, temos a certeza de que, conforme nos propusemos inicialmente, atingimos nosso objetivo, mesmo que de forma modesta e limitada. Ainda, respaldado pelos fundamentos teórico-metodológicos da História Agrária, apresentamos uma versão sobre a região do Médio Alto Uruguai até então inexistente. Contudo, conforme nos sugerem os *annales*, a História Agrária da região é uma história em construção e isso significa que nosso trabalho não tinha, e não tem uma intenção cabalista, no sentido de esgotar o assunto. Porém, temos a

certeza de que outros estudos vão surgir, para que possamos ampliar nossos conhecimentos sobre o Médio Alto Uruguai e, enfim, sobre a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson de A. & PILETTI, Nelson. **Toda a História**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1997.

BATTISTELLA, Mons. Vitor. **Painéis do passado**. 1996. *op. cit.* p. 17.

BECKER, Ítala I. B. O índio kaingang do Rio Grande do Sul. In: **O índio no Rio Grande do Sul**. Perspectivas. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1975.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul**. Trad. Ernestine Marie Bergman e Miro Rabuer. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BOLETIM INFORMAÇÃO MENSAL (12), 1961. Comissão de Desenvolvimento da Assembléia Legislativa do RGS.

BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: FNUAP, 1996.

BUSANELLO, Pe. Pio J. **A história de nossa gente**. Santa Maria: Pallotti, 1952.

CARDOSO, Ciro, F. In **Domínios da História**. 3 ed. Rio de Janeiro Campus, 1997.

CARRION Jr., Francisco M. **A economia do Rio Grande do Sul**: evolução recente. In: DACANAL, José H & GONZAGA, Sergius.

COLETÂNEA de Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. 1961

CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. O século XIX. O apogeu da civilização europeia. Vol. 13. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DIEHL, Astor A. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira-IV.. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993.

DREHER, Martin. O fenômeno migratório alemão para o Brasil. In: **Estudos Leopoldenses**. Vol. 31, nº 142, Maio/junho, 1995.

ENDERLE, A. Triches. **Palmitinho, origem e trajetória histórico-cultural**. Frederico Westphalen – RS: URI, 1996.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972.

GIRON, Loraine S. A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: DA'CANAL, José H. (org.). **RS: Imigração e colonização**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

GOUBERT, Pierre. História Local. In **História & Perspectivas**. Uberlândia, 6-45-57, Jan/Jun. 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. Tomo II, Vol. 3. 5 ed. São Paulo: Difel.

KLIEMANN, Luiza, H. Schmitz. **RS: terra & poder**. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LANDO, A. M., BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (org.). **RS: imigração & colonização**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LINHARES, M. Yedda. História Agrária. In CARDOSO & VAINFAS. **Domínios da História**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MENDES, Juçara M. L. **Fugitivos, caboclos, migrantes e balseiros** (A ocupação do Território de Vicente Dutra – 1912 – 1948). Monografia. mimeo. Frederico Westphalen – RS, maio de 2001.

MÜLLER, Geraldo. **A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60**. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius.

NONNEMACHER, Marisa S. **Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul** (século XIX). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Série Revisão 1. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PETRONE, Maria T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RAU, Virgínia. *As sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Presença, 1982.

REIS, J. Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz. Fundamentos teóricos. In: **Sociologia das imigrações**. Lisboa: Universidade, 1995.

ROCHA, Joaquim da S. **História da colonização do Brasil**. Vol 1. Imprensa nacional. Rio de Janeiro: 1918.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. Emery Ruas. Vol. 1. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

____. **Metamorfoses do espaço habitado** : fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Roselyz I. C. A imigração italiana através de periódicos (1875-1899). In: DE BONI, Luis A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Vol. II, FST, 1 ed. Porto Alegre: 1990.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

SILVA. LINHARES. Região e história agrária. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 8, nº 15, 1995.

SIMONIAN, Lúcia T. L. Visualização: Estado expropria (domina povo Guarani e Kaingang). **Cadernos do MUSEU**. Ijuí, 1980.

SPONCHIADO, Breno A. **Os positivistas e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Mimeo.

____. **Imigração e 4ª colônia**. Nova Palma & Pe. Luizinho. UFSM, 1996.

TRAMONTINI, Marcos J. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: **Os alemães no sul do Brasil**: cultura e etnicidade histórica. MAUCH, Claudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). Canoas: ULBRA, 1994.

VIEIRA, Maria do Pilar de A. et all. **A pesquisa em História**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

WEBER, B. Teixeira. Rio Grande do Sul na velha república. In: QUEVEDO, Júlio (org.). **Rio Grande do Sul** - 4 séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999

ZARTH, Paulo. **Do arcaico ao moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Tese de Doutorado. 1994, mimeo.

FONTES PRIMÁRIAS

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen – RS – 1939 – 1970.

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS. Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen – RS – 1939 – 1970.

CORRESPONDÊNCIAS REMETIDAS. Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen – RS – 1939 – 1970.

ENTREVISTAS DIVERSAS. Centro de Documentação e Pesquisas Históricas – URI – Campus de Frederico Westphalen – RS.

MAPAS DIVERSOS. Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen – RS.

RELATÓRIOS da Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen – RS.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)